

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

INDÍCIOS DE AUTORIA EM REDAÇÕES DO VESTIBULAR/ UFG

Bruna Maria da Cunha Oliveira
Orientadora: Prof^ª. Dra. Kátia Menezes de Sousa

**Goiânia/2007
BRUNA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA**

Bruna Maria da Cunha Oliveira

INDÍCIOS DE AUTORIA EM REDAÇÕES DO VESTIBULAR/UFG

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras e Linguística da
Universidade Federal de Goiás, como
requisito a obtenção do título de Mestre em
Linguística.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Menezes de
Sousa.

Goiânia, 1º semestre de 2007

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Oliveira, Bruna Maria da Cunha.
O482i Indícios de Autoria em Redações do Vestibular/UFG
[manuscrito] / Bruna Maria da Cunha Oliveira. - 2007.
xv, 148 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Menezes de Sousa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2007.
Bibliografia.

1. Autoria 2. Gêneros Discursivos 3. Análise do Discurso
I. Título.

CDU: 81'42

BRUNA MARIA DA CUNHA OLIVEIRA

Indícios de autoria em redações do vestibular/UFG

**Dissertação defendida em 30 de março de 2007, pela Banca Examinadora
constituída pelos Professores:**

**Prof^ª. Dr^ª. Kátia Menezes de Sousa - UFG
Presidente e Orientadora**

Prof. Dr. – Roberto Laiser Baronas - UFSCAR

Prof^ª. Dr^ª. – Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago – UFG

À Adelina Maria Cunha

Agradecimentos

- À orientadora, Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa, que norteou pacientemente toda a elaboração desta pesquisa.
- À minha família, em especial à mãe-professora Adelina Maria Cunha, cujo amor incondicional se reflete em todos os caminhos que tenho percorrido, me ensinando constantemente a acreditar na vida.
- Aos amigos, pela paciência e pela credibilidade nos meus esforços como ser humano.

OLIVEIRA, Bruna Maria da Cunha. *Indícios de autoria em redações do vestibular/UFG*. Goiânia, 2007. p. nº 221. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística. Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as redações do vestibular da Universidade Federal de Goiás/2005. Como pressuposto inicial para esta investigação científica, temos a autoria no gênero redação do vestibular. Para que pudéssemos encontrar indícios autorais nesses textos, partimos das seguintes questões: quem são esses sujeitos que produzem esses textos? Quais as particularidades dessa produção discursiva? Podemos entender esses textos como um gênero discursivo específico, gênero redação do vestibular? A partir de então, iniciamos uma análise que se propõe discursiva, seguindo os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa. As concepções de linguagem, discurso e texto, disseminados por essa vertente dos estudos lingüísticos, nos levaram a buscar em Mikhail Bakhtin e Michel Foucault concepções de produção discursiva, chegando aos seus trabalhos sobre autoria, que apresentamos nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Os dados que analisamos nos sugerem uma reflexão sobre o discurso e suas práticas cotidianas, pois a partir desse estudo de textos não consagrados encontramos redações que mostram, por meio de seus enunciados, uma tentativa profícua de construção do novo. Do ponto de vista da nossa teoria isso não só é aceitável com também demonstra uma responsabilidade interlocutiva dos jovens candidatos ao ingresso no ensino superior. Sabemos que a linguagem, na perspectiva da Análise do Discurso, parte da idéia de que a interação é fundamental para qualquer tipo de produção discursiva. Sendo assim, os sujeitos envolvidos nesse processo de produção de discursos precisam ser considerados em qualquer análise que se pretenda fazer. Tratamos, portanto, de sujeitos que, ao ocuparem o lugar de candidatos-autores, são direcionados, por questões históricas e sociais, a discursivarem certos enunciados em detrimento de outros. Isso implica numa série de questões pensadas pela teoria do discurso, que nos levou a estudar Michel Pêcheux, teórico francês, e seu conceito de condições de produção dos discursos. Esse trabalho de Pêcheux nos indicou para uma reflexão acerca das formações imaginárias que, ao serem acionadas por intermédio de uma memória discursiva, auxiliam os locutores a alcançarem os efeitos de sentido pretendidos em suas investidas interlocutivas, sejam orais ou escritas. Portanto, esses e outros conceitos provenientes dessa teoria do discurso foram estudados e acionados por nós no momento da análise dos indícios autorais, último capítulo desta pesquisa.

Palavras-chave: Autoria, Gêneros Discursivos, Análise do Discurso.

OLIVEIRA, Bruna Maria da Cunha. Indications of authorship in writings of vestibular/UFG. Goiânia, 2007. P. n° 221. Dissertação de Mestrado in Letters and Linguistics. College of Letters, Program of After-Graduation in Letters and Linguistics, Federal University of Goiás.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the essays requested as part of the university entrance exam (vestibular) of the Federal University of Goiás. As an initial assumption for this scientific inquiry, we took aspects of the authorship related to the genres requested in the vestibular exam under consideration. So that we could find authorial indicators in such texts, we asked the following questions: who are the citizens that produce these texts? Which are the particularities of this discursive production? We can understand these texts as a specific discursive genre, genre used and created for the vestibular exam? From these questions we initiated a discursive analysis, based on the notions elaborated by the theoreticians of the Discourse Analysis French school. Conceptions such as language, speech and text, led us to search in Mikhail Bakhtin and Michel Foucault conceptions of discursive production, which allowed us to look through their works on authorship, debated in the two first chapters of this research. The data analyzed indicates a reflection on the discourse and the practices originated from it, considering that this study of non-consecrated texts suggests an attempt of introducing something new. From this theory point of view, this is not only acceptable but also an demonstration of the literature responsibility of the young candidates to an opportunity in superior education. We know that the language, in the perspective of the Discourse Analysis French school, is followed by the idea that interaction is basic for any type of discursive production. Therefore, the aspects related to the life of the citizens in the process of production of these texts need to be taken under consideration in any analysis. This work, therefore, takes citizens that, when occupying the place of candidate-authors, are directed, based on historical and social matters, to use language to emphasized statements in detriment of others. This implies in a series of questions thought from the prospective of a theory of discourse, which led us to study Michel Pêcheux, French theoretician, and his conception of conditions of production of discourses. Pêcheux's work indicates a reflection about the imaginary formations that, accessed through a discursive memory, assist the speakers to reach the intended sense in their production, verbal or written. Therefore, these and other concepts proceeding from this theory of discourse had been studied and used by us on the analysis of the authorial indicators in the last chapter of this research.

Keywords: Authorship, Discursive Genre, Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.

(Michel Foucault)

O trabalho que aqui se apresenta tem como mola propulsora uma concepção de linguagem que parte da idéia de tomá-la como processo e não como produto. Isso implica em uma série de questões concernentes aos estudos lingüísticos.

A ciência da linguagem, como toda ciência, nasce com o desejo de compreender profundamente seu objeto de pesquisa. O que conhecemos hoje sobre a lingüística nos permite afirmar que existem conceitos variados de língua e linguagem. Apesar das diferentes vertentes desses estudos, existe uma concordância entre os pesquisadores da área no sentido de pensar que há uma estrutura da língua – e portanto, esse é o objeto concreto de estudo – que precisa ser “dissecada” e discutida no bojo dessa ciência, mas que essa língua só é vivida, praticada no corpo social.

Ainda hoje, algumas pesquisas são desenvolvidas pensando unicamente na língua enquanto estrutura, o que é de suma importância para que possamos compreender cada vez mais os mecanismos internos que envolvem esse objeto. Em contrapartida, outras pesquisas têm tomado espaço nos cursos de Letras das universidades de todo o país: um estudo da língua(gem) envolvendo os sujeitos e suas práticas discursivas cotidianas.

O que nos compete nesta pesquisa é uma análise que parte de alguns conceitos desenvolvidos e discutidos permanentemente pela Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD). Nessa perspectiva teórica, temos uma visão da linguagem como algo que depende sempre do outro para existir, o que significa dizer que esse outro do discurso desempenha papel fundamental na constituição dos sentidos de todo e qualquer enunciado que produzimos nas mais variadas situações enunciativas. Para Possenti (2003, p. 168), “[...] o regime de produção do discurso da análise do discurso é diferente do regime de produção do discurso da fonética e fonologia”, por exemplo. Portanto, temos uma produção científica diferente de outros domínios da

lingüística. Dessa forma, as condições de produção do discurso precisam ser consideradas e discutidas em uma análise discursiva como a que nos propomos. Segundo Pêcheux (1997, p. 123 – grifos do autor), um dos “funcionamentos” da lingüística diz respeito à “articulação entre enunciados, isto é, incide, na verdade sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do ‘texto’ ”. Sendo assim, importa-nos sobremaneira a relação entre a linguagem e os sujeitos que dela fazem uso (discurso).

Sabemos, ainda, que existem muitas disciplinas das ciências humanas que discutem o conceito de sujeito. A lingüística também o faz. Portanto, sentimos necessidade de apresentar brevemente aqui, nessas primeiras palavras sobre nossa pesquisa, de que sujeito estamos falando ao longo do trabalho. Estamos tratando de um sujeito do discurso, ou seja, de um sujeito apreendido em contextos sócio-históricos do funcionamento da língua. Sujeitos que ocupam lugares sócio-discursivos e que são preenchidos por esses espaços valorativos, enunciando a partir de regras sociais (regras de poder) específicas a cada situação discursiva. Ou seja, estamos tratando de diferentes formas de construção dos sujeitos e dos sentidos. De acordo com Navarro-Barbosa (2004, p. 113), “é o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas”. Portanto, ao analisarmos os discursos dos candidatos em redações do vestibular que compõem o *corpus* desta pesquisa, encontraremos uma pluralidade de sujeitos dispersos na materialidade textual, inclusive o sujeito candidato-autor da redação, função-sujeito que investigamos.

O conceito de sujeito constituído a partir do lugar que enuncia e das relações de poder que influenciam na constituição dos discursos e, portanto, dos sujeitos, nos levou a uma série de questionamentos referentes ao nosso objeto de pesquisa. Ao entendermos o texto como produto da atividade discursiva, tratamos nosso *corpus* (redações do vestibular) como objeto empírico para buscar indícios de autoria que guiarão nossa investigação científica.

Os pressupostos teóricos da AD nos deram sustentação para que pensássemos algumas questões iniciais: quem são os sujeitos que produzem esses textos? Quais as particularidades dessa produção discursiva? Podemos entender esses textos como um gênero discursivo específico – o gênero redação do vestibular? Muitas outras questões nos chegavam à cabeça, mas uma delas acabou se tornando o objetivo central dessa pesquisa, visto que ela se confirmava não mais como uma dúvida, mas como uma afirmativa: existe autoria nas redações do vestibular. O que tentaremos

verificar a partir dessa confirmação são os indícios de autoria nesses textos, ou ainda, como os candidatos-autores deixam marcas dessa autoria nas suas produções textuais.

Para pensarmos a autoria sob a ótica discursiva, decidimos utilizar dois teóricos que, em primeira instância, não compartilham do mesmo eixo epistemológico: Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. Sabíamos das dificuldades dessa “adesão”, mas não poderíamos deixar de uni-los. Apoiamo-nos em Castro (2006) para dizer que é, especialmente, no conceito de enunciado que os dois autores se encontram, pois que para eles há uma interseção entre o enunciado e a história e que, portanto, cada enunciado será um acontecimento, e os sentidos produzidos são definidos entre os interlocutores, em uma posição sócio-histórica específica. Vislumbramos três pontos de aproximação entre os dois teóricos nesta pesquisa:

- O conceito bakhtiniano de polifonia e dialogismo na constituição dos enunciados aproxima-se, ao nosso ver, da teoria de Foucault (2004a) sobre discurso, já que os dois teóricos tratam da constituição do enunciado sob um viés sócio-discursivo, ou seja, não há enunciado que não seja polifônico, tampouco há neutralidade discursiva. Além disso, para os dois teóricos o enunciado é a menor parte analisável de um discurso;
- Os dois pensadores discutiram as relações de poder que se estabelecem no bojo da sociedade e trataram a linguagem (e, portanto, o discurso) como uma das maiores fontes e suporte de luta cotidiana pelo/no poder;
- Tanto Bakhtin quanto Foucault discutiram, ao longo de suas pesquisas e publicações, a questão da autoria.

Portanto, não poderíamos, diante dessas convergências, deixar de aproximá-los nesta análise.

O que, especialmente, suscitou a pergunta fundamental da nossa pesquisa foi nosso conhecimento sobre a chave de correção utilizada pela Banca Avaliadora do Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás. Nela encontramos, como um dos principais critérios de avaliação, a autoria, que, num total de 32 (trinta e dois) pontos, equivale a 8 (oito) pontos na nota final do candidato. Além disso, sabemos que a prova de redação é quesito fundamental em todo e qualquer vestibular do país. Esse fato nos motivou a desenvolver esta pesquisa, visto que, em nossa sociedade, o vestibular

tornou-se um grande “monstro” a ser “derrotado” pelos jovens brasileiros que terminam o Ensino Médio.

O vestibular, como se conhece hoje, tem uma história recente. O exame de admissão tornou-se obrigatório por lei em 1911. O nome vestibular, dado à prova, vem de “vestíbulo” ou “ante-sala”, segundo o decreto de 1915. À época, as escolas de nível superior realizavam seus testes em duas etapas. A primeira era escrita e dissertativa, a segunda, oral. Se as vagas oferecidas não fossem preenchidas, havia nova convocação. Esse formato foi usado até meados dos anos 60, quando foram introduzidas as questões de múltipla escolha.

Processados em computadores, os testes facilitaram a correção, cada vez mais complexa pelo volume crescente de candidatos. Mas, o que apareceu para facilitar trouxe um complicador. O critério de nota mínima liberava aprovados acima do limite de vagas destinadas aos primeiros colocados. Dessa forma, alguns candidatos aprovados eram obrigados a aguardar uma expansão de oferta. Esses excedentes organizaram um movimento nacional que obrigou o governo a instituir o sistema classificatório, tal qual temos hoje – com corte por notas máximas –, deliberado com a Lei nº 5540, de 1968.

Para solucionar o problema da demanda, concentrada na rede pública de ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) permitiu a abertura de numerosas escolas privadas. Hoje, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 permite que cada uma, inclusive as particulares, opte por critérios próprios de seleção. Mesmo assim, a prova de redação é indispensável em todo e qualquer processo seletivo para egresso no ensino superior. “[...] O Decreto Federal nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977 [...] estabeleceu que, a partir de janeiro de 1978, os vestibulares deveriam incluir **obrigatoriamente** a prova de redação em língua portuguesa”. (BUNZEN, 2006, p. 146 – grifos do autor).

Diante disso, entendemos que sair-se bem na prova de redação é, nos vestibulares de todo o país, de fundamental importância para a aprovação dos candidatos, ou seja, elaborar uma boa redação tornou-se fundamental para que os vestibulandos alcancem o objetivo desejado: cursarem uma faculdade. Sendo assim, acreditamos que essa pesquisa sobre autoria nas redações do vestibular seja importante, também, para pensarmos o processo avaliativo dos textos produzidos pelos candidatos.

Não temos a pretensão de resolver a questão da autoria. Sabemos que esse conceito tem sido discutido por inúmeros pesquisadores de áreas distintas. Portanto, não contemplaremos aqui diversas posturas científicas sobre esse assunto. Mas sabemos que, ainda assim, podemos e devemos continuar pensando a autoria nos textos não

consagrados, ou seja, nos diversos textos que circulam em nossa sociedade, já que esse conceito implica uma série de outras considerações sobre a produção de discursos e, portanto, de sentidos. Podemos partir, então, da seguinte pergunta: como os candidatos ao vestibular realizam seus textos dentro da noção de gêneros discursivos e seus desdobramentos (gênero redação do vestibular desdobrando-se em três outros: diário, editorial e carta de leitor)?

Este questionamento aponta para mais uma razão da união teórica Bakhtin/Foucault. O primeiro desenvolve uma discussão sobre a autoria partindo de gêneros discursivos ficcionais consagrados, pois analisa romances, sem perder de vista a constituição discursiva dos sujeitos, seja ela ficcional ou não – união de dois universos axiológicos: o real e o ficcional; o segundo, pensa a autoria como sendo uma função que o sujeito exerce no momento em que produz seus discursos, sejam eles ficcionais ou não. Portanto, acreditamos que a noção de sujeito como um lugar vazio, a ser preenchido nas mais diversas situações sócio-discursivas, está contemplada nas duas perspectivas teóricas.

Quanto à idéia de encontrar *indícios* de autoria nas redações do vestibular, no lugar de *marcas* autorais, se explica pelo fato de que não estamos tratando a língua(gem) apenas do ponto de vista da estrutura, como já pontuamos acima. Isso se reflete a partir da escolha de nosso caminho teórico. A procura por *indícios* não significa que encontraremos neste trabalho uma metodologia pautada no paradigma indiciário. A AD nos dá o suporte metodológico de que precisamos para desenvolver a questão da autoria nas redações do vestibular.

Questões como coesão, coerência, modo de elaboração do discurso, o arranjo dos universos real e ficcional, tempo, espaço, organização das diferentes vozes discursivas, produção de sentido, condições de produção (formações discursivas e imaginárias) e relações de poder na produção de conhecimento farão parte de nossa análise.

Usamos como *corpus*, redações produzidas por diferentes candidatos ao processo seletivo da Universidade Federal de Goiás no ano de 2005. As redações que tomamos como apreciação refere-se ao seguinte tema: “**A verdade**: inerente aos acontecimentos e às coisas do mundo? Construída a partir dos acontecimentos e das coisas num dado momento e lugar?” (PROCESSO SELETIVO 2005, 2005, p.05).

A escolha dos textos analisados foi aleatória. O Centro de Seleção da referida instituição nos disponibilizou algumas redações produzidas naquele ano

(redações sem identificação dos candidatos), com as quais montamos nosso *corpus*. Analisaremos ao todo 9 (nove) redações divididas da seguinte maneira: três redações produzidas a partir da proposta A (Diário de um cientista); três redações elaboradas sob a instrução da proposta B (Um Editorial); três redações desenvolvidas a partir da proposta C (Uma Carta de Leitor).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos, sendo que os três primeiros são voltados para delinear o arcabouço teórico que nos dá suporte para a elaboração do último capítulo, dedicada à análise do *corpus*.

O primeiro, traz um apanhado geral da teoria bakhtiniana sobre a autoria, polifonia, dialogismo e gêneros discursivos. Tendo em vista que a prova do vestibular se realiza sob a perspectiva dos gêneros discursivos, não poderíamos deixar de lado esses pressupostos bakhtinianos, mesmo porque, esses conceitos interferem profundamente no que se refere aos indícios autorais.

O segundo capítulo foi dedicado aos postulados de Foucault sobre os mecanismos de controle dos discursos, dentre eles a autoria – que ocupa papel principal nesta pesquisa. Foucault (2004, p. 26) apresenta a noção de autoria como sendo uma função que o sujeito exerce na produção de enunciados, como “princípio de agrupamento do discurso [...] como foco de sua coerência”. É sob esse viés da função autor que buscaremos a autoria nas redações do vestibular.

O terceiro capítulo traz uma discussão sobre as condições de produção do discurso, teoria pensada e discutida por Pêcheux (1990). Nessa teoria, o autor considera como fundamental, nas situações sócio-discursivas, as representações imaginárias entre os interlocutores. Isso porque somos afetados não só pelas crenças e valores que circulam socialmente, mas também pelos papéis que representamos no momento em que enunciamos. Faz-se necessário, na ocasião da interlocução, elaborarmos imagens de quem é o outro do discurso a fim de alcançarmos com mais eficiência o efeito de sentido pretendido. Isso significa dizer que o interlocutor impõe, de certa maneira, o que se pode ou não dizer (outra forma de controle discursivo). No capítulo final, temos a análise das redações, norteadas pelos capítulos teóricos.

Ao longo de todo o trabalho, tentamos situar nosso *corpus* nas diversas situações teóricas apresentadas. Desse modo, um caminho analítico foi traçado ao longo de todo o percurso que fizemos para chegar ao final desta pesquisa.

Nas considerações finais, reaveremos os objetivos esboçados nesta introdução que estiveram presentes durante toda a nossa pesquisa para responder às indagações conforme os dados auferidos na nossa investigação.

CAPÍTULO 1

AUTOR E AUTORIA EM BAKHTIN: UMA RELAÇÃO DE DUPLICIDADE COM UM CARÁTER ESSENCIALMENTE SOCIAL.

[...] o autor acentua cada particularidade da sua personagem, cada traço seu, cada acontecimento e cada ato de sua vida, os seus pensamentos e sentimentos, da mesma forma como na vida nós respondemos axiologicamente a cada manifestação daqueles que nos rodeiam.

(Mikhail Bakhtin)

Neste primeiro capítulo, faremos considerações sobre alguns conceitos pertinentes à nossa pesquisa, a fim de iniciar o arcabouço teórico que sustentará a discussão deste trabalho: encontrar indícios autorais nos textos dos vestibulandos. Sendo esta a questão central desta investigação, enxergamos uma necessidade de salientar conceitos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin, tais como: polifonia, dialogismo, gêneros discursivos e, especialmente, a noção de autoria.

A discussão sobre autoria, sobre o sujeito que escreve e as implicações do próprio texto, percorrem boa parte da obra de Mikhail Bakhtin. Essas mesmas questões vêm sendo discutidas por vários pensadores nos mais diversos campos do conhecimento – quando pertinente, faremos uso de textos que discutem essas idéias.

Por ser um dos pilares do pensamento bakhtiniano, o dialogismo e a polifonia permitiriam certa autonomia na expressão, possibilitando ao indivíduo, na sua relação com o outro, tornar as coisas presentes ao argumentar e articular idéias. A polifonia no discurso do romance, especificamente cunhada a partir da obra de Dostoievski, foi, também, profundamente estudada em seus textos sobre o gênero moderno e a prosificação da cultura. Textos compilados no livro *Estética da Criação Verbal* (2003) e, em especial, o “Autor e personagem na atividade estética” revelam essa possibilidade dialógica (e nunca monológica) articuladora de elementos. Ela é importante porque representa um produto cultural que se manifesta na estrutura de um ato enunciativo – seja na figura ativa de um autor, na projeção ideológica de personagens ou, ainda, na própria estrutura organizadora do enunciado e das idéias.

Nesse sentido, o autor ocuparia um espaço que definiria o tom do discurso. E, nesse caso, todos os discursos no universo do texto dialógico se estabelecem por

justaposições e contrastes, formando assim uma cadeia de vozes que se justapõem e se complementam. Para o pensador russo, no caso do romance, é impossível definir o autor independente de seus personagens e das idéias que flutuam no universo textual. No nosso caso, tentaremos defini-lo no horizonte do gênero que analisaremos – a redação de vestibular, ou, mais especificamente, os indícios de autoria nas redações do concurso vestibular. Conscientes de que a teoria bakhtiniana é um dos estandartes da Análise do Discurso, achamos importante discutir seus conceitos, visto que eles convergem no horizonte de nossa análise justamente por ser a redação no vestibular um gênero específico. Gênero que, por sua vez, aproxima o candidato-autor, no momento de elaboração do texto, a um conjunto de idéias de outros autores e/ou ideologias.

Ao desdobrar sua teoria sobre a prosificação de gêneros antigos e perceber o nascimento de gêneros tipicamente prosaicos modernos no romance da Renascença, Bakhtin transcendeu a matéria literária e formulou categorias, se assim podemos dizer, referentes ao autor-enunciador. Visto que ainda hoje o processo de prosificação da cultura ainda se encaminha, é natural que possamos estender seus conceitos a gêneros contemporâneos. Logo, esse autor-enunciador, em um sentido mais amplo, seria a representação consciente da figura que enuncia concepções de mundo determinadas pelas mais diversas possibilidades discursivas. Assim, o autor de um mundo monológico (como na epopéia) é superado, e o conceito de polifonia enforma a percepção de uma possibilidade estética de uma modalidade discursiva – a prosa – que desenvolveu possibilidades heterogêneas e dialógicas.

Ao alargar o conceito de polifonia, seguimos o pensamento de Bakhtin no sentido de que os gêneros prosaicos ainda estão em formação e as possíveis representações na história dos gêneros ainda estão no começo de suas potencialidades. Porém, ao longo de suas obras, ele quis mostrar que a polifonia foi uma mudança significativa não só no gênero romance, mas em todos os gêneros que se desenvolveram nessa órbita da prosa. E é justamente nessa perspectiva de uma prosificação da cultura, e o romance é o seu limiar, que surge o objeto de nosso trabalho.

O autor, nesse sentido, é uma impulsão formadora que movimenta discursos que se apresentam, por serem prosificados, em constante interação dialógica. Guardadas as devidas proporções das diferenças entre os gêneros, tentaremos, a partir da percepção dessa prosaica dialógica, equacionar elementos das redações que possam demonstrar indícios de autoria – estejam eles no nível social (uma prova de seleção) ou em um nível específico (uma modalidade e uma proposta temática). Esses dois níveis serão

analisados a partir dos suportes polifônicos (sejam eles a coletânea e/ou o conhecimento de mundo do candidato-autor).

Bakhtin (2003) desenvolve uma distinção entre o que ele chamou de autor-criador e autor-pessoa. O primeiro exerceria uma função estético-formal, ou seja, seria o produtor da obra. Essa posição teria como característica principal a materialização de uma relação axiológica, ou seja, as relações dos homens com o seu mundo. Nesse sentido, o autor no romance, seria aquele que desenvolve o todo do universo particular dos personagens, suas atitudes, reflexões e, além disso, toda a organização estética dos acontecimentos na obra dialogaria com suas idéias. Nas palavras do próprio Bakhtin (2003, p. 06), o autor é

a única energia ativa e formadora, dada não na consciência psicologicamente agregativa mas em um produto cultural de significação estável, e sua reação ativa é dada na estrutura – que ela mesma condiciona – da visão ativa da personagem como um todo, na estrutura de sua imagem, no ritmo do seu aparecimento, na estrutura da entonação e na escolha dos elementos semânticos.

Assim, esse autor-criador estaria mais próximo de uma visão monológica do mundo, pois sua função é a de um manipulador da própria voz em um universo forjado com inúmeros enunciadores. É ele quem constituiria o objeto estético (real) e estaria inseparavelmente presente no todo da obra, dando forma e sustentabilidade ao objeto artístico, fazendo escolhas discursivas e decidindo os caminhos da obra e de seus elementos estilísticos.

Esse autor-criador tem, como mediador interno do processo de produção artística, o autor-pessoa. Esse autor-pessoa seria a possibilidade de interação dos discursos em movimento. Se, no romance polifônico, autor e narrador ocupam diferentes posições na realização da obra, na redação-vestibular, o candidato assumiria, também, diferentes papéis e a autoria estaria ligada à “máscara” de candidato. Nos gêneros da prosa, temos, por trás da voz que enuncia, a voz de um autor (autor-criador) que se sustenta polifonicamente; temos, por trás da voz prosaica¹, outras vozes e, principalmente, elementos estéticos que incidem sobre o próprio prosador.

De forma equivalente, nos deteremos de maneira mais aprofundada, no capítulo de análise do nosso *corpus* (quatro), no que se refere à distinção entre o candidato e o autor da redação, os quais ocupam lugares diferentes na realização da

¹ Nem todo texto em prosa possui um narrador, ao mesmo tempo em que nem todos os textos que se propõem a narrar são compostos em prosa. Os textos que analisaremos neste trabalho são referentes ao gênero prosaico.

atividade autoral. Essa diferença estaria no fato de que, “estrategicamente”, esse autor-candidato é, em primeira instância, “bipartido”, pois, para realizar a “atividade estética” da redação do vestibular, ele precisa ser, ao mesmo tempo, autor-criador, como aquele que organiza as vozes discursivas no momento em que produz o texto, e autor-pessoa, enquanto candidato a uma vaga na universidade. Essa atividade elocucional permite a expressão de pontos de vista no instante da atividade autoral e ao mesmo tempo possibilita que o texto seja compreendido de maneiras diferentes. No livro *Mikhail Bakhtin*, de K. Clark e M. Holquist (2004, p.37), temos um estudo biográfico que também aspira à diegese do pensador russo. No que diz respeito à autoria e polifonia eles afirmam:

O modo como os valores assumem a forma de expressão, introduzindo diferenças em um complexo elástico mais do que em uma unidade estática, é o que Bakhtin entende por atividade autoral. Destarte, todos nós que efetuamos declarações compreendidas como tais, quer faladas quer escritas, somos autores. Nós operamos a partir de um ponto de vista e moldamos valores como formas. O modo de fazê-lo é o meio pelo qual articulamos o que somos em meio à heteroglossia de possibilidades ideológicas abertas a nós em qualquer momento dado. Bakhtin trata os valores não como uma axiologia abstrata, porém como um labor prático de construção. Enformando respostas na constante atividade de nosso diálogo com o mundo, determinamos a arquitetura de nossa própria responsabilidade.

Ampliando o conceito de autoria, Bakhtin (1998) inclui, na posição axiológica do autor-criador, a forma composicional e material da obra, sendo ele quem daria forma ao conteúdo, não apenas registrando passivamente os eventos da vida, mas co-participando das expectativas sociais que giram em torno de um texto. Cabe a ele recortar e escolher os registros, os enunciados, dando-lhes uma nova organização estética, num novo plano aos acontecimentos do mundo e das relações axiológicas do mundo ficcional. Esse movimento do ato artístico se dá em espaços valorativos que dialogam com uma tradição. Esses espaços, analisados a partir da realidade vivida, são atravessados por diversas valorações sociais, num emaranhado complexo. Sobre essa relação, Bakhtin (1998, p.33) diz:

Naturalmente, a forma estética transfere essa realidade conhecida e avaliada para um outro plano axiológico, submete-a a uma nova unidade, ordena-a, mas não recusa a sua identificação nem a sua valoração: é justamente sobre elas que se orienta a forma estética realizante. A atividade estética não cria uma realidade inteiramente

nova. Diferentemente do conhecimento e do ato, que criam a natureza e a humanidade social, a arte celebra, orna, evoca essa realidade preexistente do conhecimento e do ato – a natureza e a humanidade social – enriquece-as e completa-as, e sobretudo ela cria a unidade concreta e intuitiva desses dois mundos, coloca o homem e a natureza, compreendida como seu ambiente estético, humaniza a natureza e naturaliza o homem.

Na produção textual, esses espaços reais são transpostos para um outro plano. O ato estético sempre trabalha com sistemas de valores pré-existentes e cria, dentro da obra, novos sistemas de valores. A distinção entre autor-criador e autor-pessoa também se pauta no deslocamento da linguagem, o que Bakhtin (1998, p. 88) chamou de “orientação dialógica do discurso”. Isso significa dizer que todo discurso existente não se compõe da mesma maneira em relação aos objetos discursivizados. Os enunciados estão contaminados pelo olhar do outro. É esse outro que dá sentido às idéias, numa teia discursiva sem fim. Humanizar a natureza e naturalizar o homem consiste na co-participação em um diálogo permanente que acaba por sustentar uma sociedade, uma cultura. Assim, é possível interpretar o dialogismo como característica inerente a qualquer situação de uso da linguagem.

1.1. Dialogismo e polifonia

Segundo Bakhtin (2002), toda enunciação se constrói a partir de duas bases essenciais: dialogismo e polifonia. Esses dois elementos se integram para formar o todo enunciativo dentro de uma estrutura organizada. Sendo social a natureza do enunciado, ele não pode existir senão num contexto sócio-ideológico sob o qual cada locutor organizará seu discurso. Logo, locutor e interlocutor se inscrevem em um contínuo processo discursivo de interação por meio da palavra, ou seja, não há interação sem enunciados. E são eles que constroem essa rede discursiva por meio das palavras que refletem a realidade.

O dialogismo, portanto, é um princípio constitutivo da linguagem, é a própria interação verbal entre enunciador e enunciatário. Ele articula sentidos no discurso, e torna-se o espaço de interação entre os sujeitos, ou seja, o espaço interacional do “eu” no “outro” ou, ainda, do “outro” no “eu”. Para Brait (1997, p. 98), há duas questões indissociáveis no que se refere à essa relação: o dialogismo como o

“elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem” e ainda, como relação dialética “entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, são também instaurados pelos mesmos discursos”.

Mas, polifonia e dialogismo não podem ser tratados como sinônimos (BARROS, 2003). A polifonia é a base da teoria que descarta o monologismo. São as várias vozes que, juntas, compõem os discursos que circulam no nosso universo linguageiro carregado de tensões. Ela determina a diversidade na transmissão discursiva encarregada de constituir o dialogismo do discurso. A polifonia é a forma suprema de libertação da voz do indivíduo.

Uma vez que não existe palavra original lingüisticamente, nenhuma estará, portanto, indiferente ao processo dialógico. Parafraseando Bakhtin (1998), se somente o Adão mítico tivesse desbravado com seu discurso o mundo ainda não-dito verbalmente e ainda evitado a relação com vistas ao discurso do outro, não teríamos linguagem. A partir do momento em que esse Adão mítico se sociabilizasse, a linguagem, o diálogo passaria a existir. O processo de semantização do discurso nasce da enunciação dinâmica interativa, pois o discurso na história nunca se estrutura de um único modo, nem parte de um único ponto, nem converge para um outro ponto único.

O gênero prosaico, ao representar-se no limiar da escrita e da fala rompe a hegemonia aparente da linguagem monológica. Todo discurso prescinde de autoria e de receptores – projeções de ouvintes, uma vez que a voz, mesmo privada da figura humana, no texto escrito, continua sendo voz. Para Bakhtin (2003), o autor é um elemento constitutivo da obra, um produto cultural ativo e significativo que imprime suas reações na estrutura de uma visão ativa e dialógica. Nesse sentido, o conceito de polifonia é importante para nosso trabalho porque ela constitui-se de vozes que povoam a constituição do gênero prosaico e, no nosso caso, da redação no vestibular. Essas vozes são plurivalentes porque são pontos de vista em constante interação. O vestibulando, antes mesmo de iniciar seu processo de escrita, se investe da figura de autor para, só então, lançar mão do caráter polifônico e dialógico do discurso. Não há neutralidade do sujeito autor, daí a sua relativa intencionalidade. Ao mesmo tempo, a linguagem, devido à sua própria natureza discursiva, faz com que tal fato seja também informado por questões inconscientes – o candidato, ao enunciar, mescla intenção e produção e idéias.

Portanto, a polifonia possibilita o estudo desse gênero contemporâneo que se apresenta sempre como uma representação de idéias em confronto, organizadas dentro de um espaço delimitado por regras explícitas e, principalmente, por mecanismos que revelam relações de poder – criação e correspondência com uma expectativa (avaliativa e, por isso, punitiva/seletiva). É desse modo que a redação-vestibular não só se define enquanto voz representativa de um autor-candidato (indivíduo, sujeito empírico), mas como representação da discussão de idéias apresentadas nas propostas de produção de texto (o que por si só já tem um caráter dialógico), na extensão dialógica dessas propostas (a coletânea) e na forma (que se configura como uma exigência): o “gênero discursivo”.

O caráter dialógico da linguagem, na enunciação, inevitavelmente responsabiliza o autor por todo o processo de criação e interação com as várias vozes que, atreladas, constituem o discurso (o universo) ficcional do projeto de texto. Segundo Bakhtin (2003, p. 173-174),

o eu e o outro são as categorias axiológicas basilares, que pela primeira vez tornam possível qualquer juízo de valor efetivo, e em momento desses juízos, ou melhor, a diretriz axiológica da consciência não ocorre só no ato na verdadeira aceção do termo mas em cada vivenciamento e até na sensação mais simples: viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiologicamente. (grifos do autor)

Na perspectiva de nossa análise, essa “responsabilidade” do candidato-autor de organizar dois universos – real e ficcional – no desenvolvimento da redação não se refere ao indivíduo que elabora o texto, mas ao sujeito inserido em um contexto sócio-histórico-ideológico, cuja posição ocupada (candidato a uma vaga na universidade) é que se imbuí dessa capacidade de responder a certas expectativas no processo de produção textual.

1.2. Sujeito e enunciação

Complementando os conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia, devemos nos lembrar de como o autor russo aborda a questão do sujeito e da enunciação.

Não é, definitivamente, do sujeito entendido por Benveniste (1995) de que fala Bakhtin (2002). A Teoria da Enunciação de Benveniste, que está sob a regesse do subjetivismo, trata de um sujeito intencional, ou seja, que tem total domínio sobre seu discurso e sobre as escolhas sintáticas e semânticas que faz. A enunciação, neste caso, é um processo pelo qual o indivíduo põe em uso o sistema lingüístico no instante em que necessita utilizá-lo. Dizendo de outro modo, seria apenas uma relação entre o locutor e sua língua. O sujeito da enunciação reduz-se a uma questão lingüística, já que a subjetividade é um ato individual de apropriação da língua: ao se designar como “EU”, o sujeito já pressupõe o outro como sendo o “TU”. Nesse caso, assegura-se a possibilidade de reversão dos papéis no discurso, mas, em contrapartida, percebemos o fato de que há uma predominância do “EU” em todo discurso e que o processo enunciativo da língua nos parece pronto e acabado, bastando apenas que esse sujeito faça uso dessa língua dentro de certos padrões definidos. E é nesse “egocentrismo” benvenistiano que se sustenta o mecanismo enunciativo dessa teoria.

O sujeito do discurso, concebido numa esfera exclusivamente gramatical da língua, não pode ser comparado ao sujeito bakhtiniano. Para o autor russo (2002), o sujeito é sempre bivocal, ou seja, duplamente constituído. Há uma consciência estabelecida pela palavra e outra construída socialmente. Nesse sentido, ele se configura como resultado de uma estrutura complexa, portanto não homogênea, que se constrói histórica e interativamente com o outro e pelo outro.

Mas há distinções entre a recepção ativa da enunciação do outro e sua transmissão em um novo contexto. Segundo Bakhtin (2002, p. 146), na forma escrita, por exemplo, devemos levar em conta os fins específicos do texto produzido e a pessoa a quem dirigimos as enunciações. Isso reforça a teoria de que as forças sociais organizadas incidem sobre o modo de apreensão dos discursos – às vezes de forma consciente, outras inconscientemente. A língua é, portanto, um reflexo das relações sociais estáveis e heterogêneas dos falantes. As variações transformam-se de época para época, de lugar para lugar e, principalmente, de língua para língua. Sendo assim, tudo depende da apresentação do objetivo específico na emissão (e recepção). O contexto define a predominância de uma forma ou a necessidade de uma variante.

Por sua vez, o discurso citado relaciona-se com o discurso do outro no meu próprio discurso. Como diz Bakhtin (2002, p. 144 – grifos do autor), ele “é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*”. Ao associarmos um discurso citado à

nossa zona de enunciação, estabelecemos uma construção discursiva ambivalente. Essa construção pode operar de maneira tal que, em certo momento, não seja possível distinguir (e nem mesmo há necessidade disso) onde nasce o “meu discurso” e onde ele distingue-se ou prescinde do “discurso de outrem”. A orientação dialógica, seja ela artística ou não, parte da premissa de que todo enunciado, no momento da enunciação, pauta-se em enunciados já existentes. Os discursos se encontram com outros em qualquer direção que eles incidam, pois, para Bakhtin (1998, p. 86),

[...] todo discurso existente não se contrapõe da mesma maneira ao seu objeto: entre o discurso e o objeto, entre ele e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, freqüentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos “alheios” sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. E é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente.

Mais uma vez confirma-se a visão bakhtiniana de uma lingüística que não se afasta da interatividade social. Bakhtin via, no discurso concreto e histórico, a enunciação como cerne da linguagem comunicativa. Ele é sempre ponto de partida e de chegada simultaneamente. Para enxergar a linguagem de uma forma polivalente, ele afastou-se radicalmente do descritivismo e passou a evidenciar as relações que o homem mantém com o mundo por meio da linguagem.

Nessa perspectiva, acreditamos que a redação no vestibular poderia ser lida como um texto plurivocalizado. A enunciação não é apenas a representação da voz de um sujeito. Ao contrário, ela nasce das citações e de discursos de outros. Na prova do vestibular, para compor um caráter enunciativo autônomo, exige-se do candidato-autor a não-identificação. Sua condição discursiva impõe-se pela capacidade de articular modelos, expectativas, propostas, direcionamentos com uma aparência de autonomia. Se o discurso citado é a enunciação na enunciação, como mostramos acima, essa teoria nos ajudará a analisar a palavra do outro na redação. Ao definirmos mais adiante os aspectos enunciativos que promovem um discurso sobre discursos, poderíamos chegar a uma tipologia da criação da redação e, com isso, estabelecer e repensar critérios de avaliação (especialmente no que se refere a autoria, já que este é um dos elementos fundamentais que compõem a “chave de correção” da banca avaliadora). Ao definir esse caminho, constatamos que o discurso do candidato aproxima-se de um discurso plurivocal, dentro do qual muitas formas são articuladas. Essa articulação se dá,

inclusive, no momento da leitura da proposta, da coletânea e das impressões diante de uma folha de papel em branco “vigiada” que precisa de indícios “autorais” que lhe infundam “autoridade” diante de uma autoridade maior – a banca de correção.

A compreensão da articulação harmoniosa de todos os elementos que envolvem esse gênero discursivo poderia auxiliar na avaliação do discurso do autor e, por extensão, na elaboração de propostas que se projetassem nesse candidato-autor. Propostas que tenham a capacidade de prever, até certo ponto, as variantes da linguagem “autorizada” pela escrita. Assim, o texto será sempre plurivocal. A relação do sujeito com e pela palavra nas relações sociais será mais um instrumento de consciência na elaboração da redação: o sujeito construirá seu texto e, por extensão, a si mesmo no outro e pelo outro. E, principalmente, a proposta será sempre uma abertura e nunca uma imposição monológica.

Nesse universo em que nenhuma voz está sozinha e a multiplicidade natural da linguagem se desdobra para a construção do texto, seja ele literário ou não, se essa orientação dialógica ocorre como nas relações sociais reais, ela passa a existir, também, no produto final da construção de um texto. Como diz Faraco (2005, p.39), temos, assim, uma dupla posição do autor-criador: refratada e refratante. Refratada por ser quem recorta e organiza, através do suporte do autor-pessoa, as posições axiológicas do mundo real; refratante porque é, a partir dessas escolhas do autor-pessoa, que o autor-criador reordenará esteticamente os eventos da vida numa nova posição axiológica.

Para Bakhtin (2003), esses universos axiológicos, que surgem a partir da dupla posição do autor-criador, são expostos discursivamente por meio dos gêneros discursivos (orais ou escritos). Portanto, o candidato-autor, no momento de elaboração e sustentação de um “novo” universo textual, ao se lançar em seu projeto de texto, só o fará, amparado pelas alternativas criativas desse gênero discursivo específico.

Essa capacidade criadora se alargará, segundo Barbosa (2000, p. 158), por que os “[...] gêneros do discurso permitem capturar, para além de aspectos estruturais presentes em um texto, também aspectos sócio-históricos e culturais”. Nesse sentido, podemos afirmar que a produção textual a partir de gêneros discursivos permite ao candidato-autor (pensando o nosso *corpus*) deixar mais nítido a que grupo sócio-histórico ele está se dirigindo, obtendo mais clareza e eficácia na produção de sentidos.

1.3. Os gêneros discursivos

A língua nunca é única, apesar de, nas relações sócio-históricas, criarmos certa unicidade nos limites de uma língua nacional que, teoricamente, se apresenta como única e homogênea. Mas, sabemos que há uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas ideológicas e sociais que “se depositam” nas palavras como amálgamas. Portanto, na linguagem, diferentes conteúdos semânticos e sintáticos são articulados e maturados ao longo do tempo.

No caso da linguagem literária, por exemplo, os índices gerais abstratos e as formas de interpretação desses momentos abstratos tornam-na, em sua concretude, exclusiva. Essa diferenciação da linguagem é, segundo Bakhtin (1998, p.96), determinada primeiramente pelos gêneros discursivos:

Estes ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) estão estreitamente unidos com a orientação intencional e com o sistema geral de acentuação destes ou daqueles gêneros: oratórios, publicitários, gêneros de imprensa, gêneros jornalísticos, gêneros de literatura inferior (como romance de folhetim, por exemplo) e, finalmente, os diversos gêneros da grande literatura.

Estes ou outros elementos da língua adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros.

Dessa forma, um texto, assim como todo e qualquer discurso (inclusive as falas cotidianas), só pode ser organizado a partir de necessidades específicas, pois eles definirão as possibilidades de linguagem utilizadas para uma determinada situação comunicativa de interação. Portanto, cada vez que dizemos ou escrevemos algo, estamos elaborando enunciados individuais, particulares: cada prática exige um gênero.

Segundo o próprio Bakhtin (2003), em cada campo de utilização da língua elaboramos tipos *relativamente estáveis* de enunciados que se compõem por intermédio de três elementos: o conteúdo temático, o estilo da linguagem e o conteúdo composicional. Esses elementos são “elaborados” em conjunto, não podendo, portanto, ser analisados ou organizados separadamente no momento da enunciação. Para Brait (2006, p. 60), é nesse caso que aparece a autoria: “Um determinado tema, por exemplo, vai ganhar corpo e estilo em diferentes gêneros e atividades de linguagem, dependendo necessariamente da esfera de produção, circulação e recepção que o acolhe, dimensiona, transforma e o constrói com sentido e efeito de sentido”.

Os gêneros do discurso, dessa forma, estão profundamente vinculados à nossa vida cultural e social, contribuem para ordenar e estabilizar todas as nossas atividades comunicativas. Eles são utilizados de acordo com as necessidades do sujeito em uma atividade “responsiva”. Essa utilização será definida pelo locutor que, por sua vez, depende sempre dos interlocutores para essa escolha. Como diz Bakhtin (2003, p.272),

[...] o próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes).

A variedade dos gêneros do discurso acaba por dificultar, muitas vezes, o seu estudo. Nesse caso, é preciso distinguir o discurso primário (simples) do discurso secundário (complexo). Este aparece inserido em uma comunicação cultural, como o romance, o teatro, o discurso científico etc. Isso significa dizer que o discurso primário se constitui a partir de uma manifestação espontânea e pode passar a integrar o discurso secundário. Machado, I (2005, p. 155), em seu texto sobre “Gêneros discursivos”, define as relações entre gêneros primários e secundários:

[...] Bakhtin distingue os gêneros discursivos primários (da comunicação cotidiana) dos gêneros discursivos secundários (da comunicação produzida a partir de códigos culturais elaborados, como a escrita). Trata-se de uma dimensão que dimensiona as esferas de uso da linguagem em processo dialógico-interativo. Os gêneros secundários – tais como romance, gêneros jornalísticos, ensaios filosóficos – são formações complexas porque são elaborações da comunicação cultural organizada em sistemas específicos como a ciência, a arte, a política. Isso não quer dizer que eles sejam refratários aos gêneros primários: nada impede, portanto, que uma forma do mundo cotidiano possa entrar para a esfera da ciência, da arte, da filosofia, por exemplo. Em contatos como esses, ambas as esferas se modificam e se complementam.

Assim, a natureza do enunciado só pode ser esclarecida se compreendermos a inter-relação entre os gêneros primários e secundários e também o processo histórico de formação dos gêneros secundários. Desse entendimento, poderemos equacionar esses “conceitos-chaves” para a análise da redação no vestibular enquanto gênero que, por sua vez, abriga tanto o nível primário quanto o secundário.

Nesse sentido, é importante considerarmos a natureza do enunciado, pensando em sua diversidade e não nos deixando levar pelo formalismo e pela abstração que, para Bakhtin (2003), ocorreu em momentos anteriores nos estudos da linguagem. Num estudo de estilística, por exemplo, devemos partir de um amplo conhecimento dos gêneros do discurso. Apesar de sabermos que nem todos os gêneros são propícios ao estilo, há um vínculo indissolúvel entre o estilo e o gênero. A seleção de recursos que a língua disponibiliza, direcionada pela posição enunciativa do locutor (o estilo), vincula-se a unidades temáticas determinadas (o que pode ser dito sob o suporte de determinado gênero) e, ainda, a unidades composicionais (maneira de dizer, modo de organizar disponível no contexto socio-discursivo), resultando, portanto, numa relativa estabilidade de um determinado gênero discursivo.

Segundo Brait (2006, p. 58), a relação constitutiva da linguagem entre interlocutores e, portanto, entre os discursos (dialogismo), se organiza sob o aspecto estilístico do locutor/interlocutor: “Essa relação constitutiva entre interlocutores e entre os discursos que atravessam os enunciados pronunciados ou não por esses interlocutores já está na gênese da concepção de estilo [...]”. Estilo, portanto, implica necessariamente num processo interacional e suas mudanças acontecem historicamente em conjunto com as mudanças nos gêneros discursivos e seus suportes (de onde falo), pois eles fazem com que a história da sociedade seja refletida na história da língua.

Daí, a necessidade de compreensão da existência e do uso dos gêneros, pois, para Bakhtin (2003, p.283), “se os gêneros do discurso não existissem, e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo comunicativo, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível”. Logo, os discursos se atualizam pela relação que estabelecem entre si. O estilo individual e o estilo da língua influenciam-se mutuamente. Segundo Sousa (2002, p. 205) “[...] o texto, realmente, só pode ser realizado por meio de gêneros que estão disponíveis no intertexto para que o agente-produtor possa adequá-lo à sua situação de produção”. Nesse caso, o estudo do enunciado, considerado como unidade real da comunicação verbal, deve possibilitar o entendimento das unidades da língua enquanto sistema, além de autorizar a compreensão das variantes discursivas e suas afinidades no universo interacionista.

Toda a discussão bakhtiniana sobre autor-criador e autor-pessoa foi baseada, principalmente, nos gêneros secundários, especialmente nos romances. O pensador russo chama a atenção para a característica formal do romance que é o

inacabamento, ou seja, está constantemente a gerar novas formas – como o mundo à sua volta. As redações do vestibular, as quais formam o nosso *corpus*, se situam na perspectiva dos gêneros secundários. Essa modalidade discursiva se complexifica, portanto, à medida que é elaborada a partir de informações culturais organizadas em sistemas específicos. A entidade para a qual o autor se habilitaria ou não, é representante desses discursos, principalmente porque “os leitores” do texto do candidato representam uma instituição. Tratando da composição dialógica do discurso presente nas redações, ela coloca em movimento, ao mesmo tempo, diferentes posicionamentos ideológicos presentes nos discursos que circulam em nossa sociedade.

Num processo de identificação estética e, portanto, de identificação de indícios autorais em textos como os que nos propusemos a analisar, nos pautaremos num aspecto especificamente relevante: o de que há diferenças essenciais na “recepção ativa” da enunciação, conforme esclarece Bakhtin (2002, p. 146):

Naturalmente, há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.

Isso implica dizer que o processo de produção discursivo não está livre das coerções sócio-discursivo-ideológicas. Assim, no momento de sua elaboração, o candidato-autor, influenciado pelos discursos que circulam no âmbito social, inevitavelmente, se apoiará nos mesmos para produzir o seu, considerando sempre os seus interlocutores, a fim de atingir o efeito de sentido pretendido.

Os conceitos de dialogismo e polifonia, já apresentados neste capítulo, são essenciais para tentarmos identificar, sob essa égide, indícios de autoria nos textos dos vestibulandos. Sendo assim, devemos nos lembrar de que, sob essa perspectiva teórica, os sujeitos de linguagem são entendidos como seres, até certo ponto, articuladores de seus discursos. As escolhas lexicais e até a percepção ideológica no momento da enunciação dialogam com os efeitos de sentidos pré-determinados por eles mesmos e ao mesmo tempo em acordo com a expectativa específica – dos discursos anteriores e posteriores a ele. Essa relativa consciência “capacita” esse sujeito a ser autor de seu discurso e ao mesmo tempo executar uma atividade responsiva.

O candidato ao vestibular tem, nas instruções da prova de redação, um tema específico a ser discutido. Uma resposta a ser dada. A fim de auxiliá-lo na elaboração de seus argumentos, encontram-se, na prova, alguns textos (coletânea) que discutem, a partir de pontos de vista de diferentes autores (polifonia), o tema em questão. A partir das propostas que seguem o mesmo tema, o candidato é levado a se investir de um locutor para, só então, iniciar sua argumentação. Nesse caso, sua discussão estará centrada no ponto de vista de um locutor (coerência), cuja ordem discursiva deve ser seguida (“faça de conta que...”).

Além disso, a redação do candidato deve ser organizada, do ponto de vista estrutural (coesão), em consonância com a linguagem formal, ou seja, o texto do candidato deve seguir uma estrutura pautada nos moldes de organização de um texto produzido para uma instituição.

Os conceitos ancorados em Bakhtin, desenvolvidos até esse momento de nosso texto, desembocam na demonstração de um sujeito heterogêneo, que dá vazão às possibilidades infinitas de construção de gêneros discursivos. Essa heterogeneidade constitutiva do sujeito, segundo Authier-Revuz (2004), só é possível nas relações dialógicas e polifônicas do/no sujeito discursivo: enunciamos para um outro que será, também, nosso ponto de partida. Os gêneros, tomados como modos de organização dos acontecimentos enunciativos, são construídos e utilizados a partir desse conceito de heterogeneidade dos sujeitos discursivos.

J. Authier-Revuz (2004), amparada pelo arcabouço teórico bakhtiniano e pela releitura que Lacan fez de Freud, aponta para um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. A partir desse pressuposto, o sujeito perderia definitivamente sua característica centralizadora dos sentidos (Teoria da Enunciação) que, por sua vez, não passaria a “residir” no outro, conforme postulou Bakhtin, mas na relação entre o “eu”, o “outro” e o inconsciente.

Esse sujeito se destaca na terceira fase da análise do discurso de linha francesa como um sujeito “cindido”, atravessado pela linguagem e, portanto, não homogêneo. Para os analistas do discurso de linha francesa, o sujeito do discurso não se estabelece no centro da alocação, tampouco na concepção de total liberdade discursiva e individual desse sujeito. Como diz Barros (2003, p. 3),

nessa perspectiva, o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa a estar não mais no *eu* nem no *tu*, mas no espaço criado entre ambos, ou seja, no texto. Descentrado, o sujeito divide-se, cinde-se,

torna-se um efeito de linguagem, e sua dualidade encaminha a investigação para uma teoria dialógica da enunciação.

A reflexão teórica de Authier-Revuz, baseada no círculo de Bakhtin e na psicanálise, articula o conceito de dialogismo do autor russo com o de heterogeneidade constitutiva da linguagem, elaborada por ela. Segundo Brandão (1996), essa perspectiva teórica nos remete à compreensão de que o conceito de subjetividade deve levar em conta a divisão do sujeito no corpo histórico-social no qual ele interage com outros discursos para, só então, se posicionar, ou ser posicionado discursivamente.

Quando falamos do Outro, sob a égide do conceito de heterogeneidade, estamos pressupondo a historicidade dos discursos, uma ‘memória discursiva’² que coloca os sujeitos do discurso na ordem do dizível. Esse Outro é parte fundamental do que Authier-Revuz chamou de heterogeneidade constitutiva do sujeito e, portanto, da linguagem. Esse caráter heterogêneo propicia conceber o discurso, desde o seu aparecimento, como interdiscursivo. Dizendo em outras palavras, discurso por si só já é interdiscurso³. Esse Outro não se refere ao interlocutor propriamente dito no momento da enunciação, mas no campo da historicidade. Segundo Orlandi (1996, p. 74), no campo da análise do discurso “o outro é o interlocutor (efetivo ou virtual) e o Outro é a historicidade, concebida sob a forma do interdiscurso”.

Há regras discursivas que nos permitem enunciar e/ou o silenciamento. Isso significa dizer que, nas relações sociais, somos “vigiados” todo o tempo e que há imposições no que se refere ao discurso, pois é por intermédio dele que novos objetos discursivos surgem.

Nesse ponto em especial, apesar de uma aparente divergência de idéias entre Bakhtin e nosso outro teórico, Michel Foucault, a percepção do pensador russo de que todo discurso primário é afetado por um secundário e vice-versa, poderia aproximar

² Sobre o papel da memória discursiva, Pêcheux (1999, p. 56) postula que “[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

³ Na teoria do discurso de linha francesa, o conceito de interdiscurso tem papel fundamental, pois que ele caracteriza a existência de diversos discursos que provêm de diferentes momentos históricos e lugares sociais que, entrelaçados no interior de um discurso específico, constituem uma formação discursiva. Segundo Fernandes (2005, p. 49), “os enunciados apreendidos em dada materialidade lingüística explicitam que o discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos e discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e modificam-se”. Por ser de fundamental importância para a nossa análise, o conceito de formação discursiva será explicitado mais pontualmente no próximo capítulo.

os dois pensadores se, contudo, convergirmos o olhar bakhtiniano para os mecanismos de poder que regulam as enunciações. Segundo ele (2002, p. 46), “o signo se torna uma arena onde se desenvolve a luta de classes. Essa plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância”. Dessa forma, podemos entender que Bakhtin pensava a linguagem como uma forma de realização de poder entre os sujeitos.

Michel Foucault, em livro intitulado *Microfísica do Poder* (2001), organiza uma discussão, já iniciada em seu livro *Vigiar e Punir* (2003), sobre o que ele chamou de micro-poderes ou micro-lutas. Segundo essa teoria, o poder é uma prática sócio-histórica que constitui os sujeitos. São formas periféricas de poder que não existem apenas em relação ou consonância com o poder estatal, mas que, ao contrário disso, tem uma relativa independência dele. Esse deslocamento das formas de poder é fundamental para a compreensão de um novo estatuto do conhecimento. Essas práticas de poder, que não se situam em lugares sócio-discursivos específicos e muito menos em sujeitos específicos, têm na língua e na linguagem, uma possibilidade de alargamento. Sendo assim, não temos apenas aspectos negativos no que se refere ao exercício de poder, pois este tem sua força construtiva e transformadora.

Diferentemente do pensamento bakhtiniano, no qual o poder está ligado à luta de classes, essa perspectiva foucaultiana nos remete a uma ampliação desse conceito, mas que carrega consigo a mesma importância no que se refere à produção de discursos e, portanto, na produção do conhecimento.

Quanto à relação entre o conhecimento e o poder, que será ainda mais comentada no próximo capítulo, Foucault (2001, p. 170) diz que a genealogia do poder

trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizados que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.

Embora a discussão sobre autoria proposta por esses dois teóricos não parte do mesmo eixo epistemológico, achamos possível aproximá-los por possuírem pontos convergentes. Bakhtin, como vimos, trata o sujeito incorporado numa natureza sócio-histórico-ideológica e seu discurso, inclusive o texto elaborado num processo de autoria, só é possível através do outro, pelo outro no discurso do outro. Em Foucault, o princípio de autoria teria início e caminharia em uma direção diferente da proposta bakhtiniana. Segundo Foucault (2004), existem procedimentos de controle, criados pelos sujeitos que

falam, no interior e no exterior dos discursos, que delimitam o que podemos ou não enunciar, pois o dizer está intimamente relacionado com o que o autor chama de “vontade de verdade” que, por sua vez, está ligada ao poder e seus mecanismos institucionais. Segundo Baronas (2001, p. 77 – grifos do autor),

[...] o que o autor russo não levou em consideração – talvez, por suas convicções religiosas e/ou pela sua formação kantiana – é que o trabalho do sujeito com e sobre a linguagem, mesmo sendo condição necessária para a constituição do princípio de autoria, não é suficiente, pois todo discurso para se legitimar deve se inscrever “na ordem do enunciável”, não só na ordem da língua, embora se realize nela. Ou seja, nem todos os sujeitos têm o direito de enunciar tudo o que querem, a todo momento, em todo lugar.

De qualquer forma, acreditamos que as relações de poder estudadas por Foucault já foram discutidas por Bakhtin, ao declarar, ao longo de sua obra, que o discurso não existe fora da relação social e da troca Eu ↔ Outro. O que legisla o significado repartido e os diversos elementos que orbitam toda palavra bilateral são os pontos em que iremos convergir esses dois autores.

CAPÍTULO 2

A FUNÇÃO AUTOR DE MICHEL FOUCAULT: MECANISMOS DE CONTROLE DOS DISCURSOS.

[...] o autor deve apagar-se ou ser apagado em proveito das formas próprias aos discursos. Entendido isto, a questão que me coloquei foi esta: o que é que esta regra do desaparecimento do escritor ou do autor permite descobrir? Permite descobrir o jogo da função autor.

(Michel Foucault)

Neste capítulo faremos uma exposição dos mecanismos de controle articulados por Michel Foucault a fim de compreendermos a organização que envolve toda produção discursiva, na tentativa de percebermos os efeitos desse controle no desenvolvimento das redações do vestibular. Um dos mecanismos de controle, segundo o filósofo francês, é a autoria – assunto de destaque deste trabalho.

Uma discussão acerca da autoria exige retomar a palestra de Michel Foucault, organizada mais tarde em livro, cujo título é *O que é o autor?*. Em conferência datada de 1969, Foucault (2002, p. 34) apresenta o tema autoria a partir de uma questão específica:

Como é que o autor se individualizou numa cultura como a nossa, que estatuto lhe foi atribuído, a partir de que momento, por exemplo, se iniciaram as pesquisas sobre a autenticidade e a atribuição, em que sistema de valorização foi o autor julgado, em que momento se começou a contar a vida dos autores de preferência à dos heróis, como é que se instaurou essa categoria fundamental da crítica que é “o-homem-e-a-obra”.

Sob esse ponto de vista, o autor seria aquele que dá unidade à obra e, portanto, só poderíamos falar em autoria no caso de sujeitos que compuseram um certo número de textos postos em circulação e que, a partir deles, pudéssemos caracterizá-las dentro de certa unidade conferida à obra. Não é esse o caso do *corpus* que nos propusemos a analisar buscando indícios autorais.

Apesar de sua inquietude sobre questões tão profundas como essa, Foucault (2002, p. 34) diz que irá se ater a uma pequena parte relativa à autoria: “sobre a relação do

texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência”. A fim de encontrar respostas a esse “estatuto autoria”, Foucault se coloca a discutir o que é a escrita, como ela se desenvolve, que elementos a compõe. Nas palavras de Foucault (2002, p. 35),

a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida; a escrita desdobra-se como um jogo que vai infalivelmente para além das suas regras, desse modo as extravasando. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer.

Sendo assim, o pensador francês (2002) fala de autoria alicerçada no parâmetro discursivo, distinguindo, portanto, a noção de escritor da noção de autor. Na leitura de Possenti (2002a, p. 113), o escritor refere-se ao indivíduo que escreve e o termo autor designa um sujeito alicerçado por “traços históricos variáveis, que têm a ver em grande parte com o modo pelo qual são vistos e considerados os diversos discursos em diferentes épocas em cada sociedade”.

Foucault (2002, p. 58) fala de autores como “fundadores de discursividades”, citando Marx e Freud como exemplos. Eles são caracterizados dessa forma por, além de serem autores (criadores) de suas obras, terem produzido “a possibilidade e a regra de produção de outros textos”. Segundo o próprio Foucault, numa civilização como a nossa, alguns indivíduos são providos da função-autor, ao passo que outros são dela desprovidos. “O nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular” (FOUCAULT, 2002, p. 46). Autor é, para ele, aquele que, a partir de enunciados aparentemente desconexos, organiza-os, costura-os dando-lhes certa nuance particular, produzindo sentido.

Para o desenvolvimento de nossa análise, não usaremos algumas dessas categorias, tais como a noção de obra e a fundação de discursividade, já que nosso *corpus* é composto de discursos que não buscam esse tipo de singularidade. Para justificarmos essa perspectiva, usamos as palavras de Possenti (2002a) tratando dessa questão:

[...] um vestibulando (um escolar, de maneira mais ampla) nem tem uma obra nem fundou uma discursividade. [...] Assim, de duas uma: ou renunciamos a discutir esta questão – textos de vestibulandos e outros textos escolares – em termos de autoria (por exemplo, discutimos somente coesão e coerência), ou descobrimos uma brecha para introduzir no campo uma nova noção (nova em relação a essa, de Foucault) de autoria.

Isso não implica em deixar de fora toda a discussão de Foucault sobre autoria. Quando o filósofo apresenta uma noção de autor como *função*, podemos encontrar um caminho para nossa “empreitada”. No caso desses textos de vestibulandos, podemos analisá-los do ponto de vista discursivo. O candidato está, no momento da produção de seu texto, exercendo uma função autor.

Essa função autor está intimamente ligada ao conceito de sujeito que encontramos nas discussões foucautianas e à teoria do discurso de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux na década de 60. Esse sujeito, diferentemente da noção de indivíduo, de sujeito empírico, trata-se de uma posição que, ocupada em determinada época (história) e em determinada situação socio-discursiva, permite elaborar certos enunciados e não outros. Segundo Fernandes (2005, p. 34 – grifos nossos) “a voz desse sujeito revela o *lugar* social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse *lugar* sócio-histórico”.

Dessa forma, o sujeito discursivo seria um lugar, ou seja, estaria representando, no momento da sua produção discursiva/textual, uma posição-sujeito. O lugar, a partir do qual o sujeito fala, influencia no que ele diz e essas posições somente significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (saber discursivo, o já dito) dos sujeitos. Segundo Orlandi (2001, p.91), “a essa forma-sujeito corresponde uma função autor. [...] a função-autor, como a concebo, realiza o imaginário da unidade de ilusão do sujeito como origem e é a que está mais exposta às injunções sociais e históricas, à normatividade institucional”.

Foucault (2002) desenvolve quatro características que nos possibilitam o reconhecimento do exercício da função-autor. Tentaremos, nesse primeiro momento, relacionar essas características à análise do nosso *corpus*.

- Propriedade (Foucault 2002, p. 48): Foucault estabelece uma relação entre a possibilidade de transgressão e punição com a autoria. Podemos reconhecer essa característica com relação aos textos dos vestibulandos quando percebemos que uma das formas de o candidato obter maior pontuação na avaliação está no que a

banca examinadora chama de “evidências de autoria” (oito pontos). Talvez essas marcas só sejam possíveis de serem vislumbradas no momento em que o autor-candidato transgride a ordem do discurso de maneira “consciente”. Para que isso seja possível, o candidato-autor deve conhecer as regras discursivas (incluindo as regras normativas) de sua língua.

- Inconstância (FOUCAULT, 2002, p. 48-9): O filósofo francês traça um pequeno histórico de como o nome de autor foi tratado durante séculos em nossa civilização (desde os gregos e romanos até o século XIX). Fala dos momentos na história em que os textos científicos tinham a necessidade de autor e os textos literários não. Mostra que, em seguida, há uma transferência desses valores, já que hoje os textos literários é que necessitam desse autor e os científicos não. A função autor, portanto, desempenha hoje um papel fundamental na literatura. No caso de nosso *corpus*, não temos textos literários, mas os candidatos-autores são convidados a entrar no mundo do “faça de conta que...”. As propostas de produção textual que compõe a prova de redação da UFG obrigam o candidato-autor a entrar numa ordem discursiva que se aproxima ao máximo dos discursos jornalísticos (editorial) ou científicos (diário de cientista) já que, lembrando a discussão bakhtiniana do capítulo anterior, ele deve organizar seu texto em um plano axiológico do real. Nesse sentido, as propostas baseadas em gêneros discursivos auxiliam esse candidato-autor a compor um mundo acordado nos moldes da realidade, balizando as regras que ele deve seguir na construção de seu projeto textual. Essas redações, portanto, precisam mostrar um exercício languageiro que se inicia com movimentos interpretativos do mundo real, dos textos que compõem a coletânea para atingir uma linguagem e uma estrutura textual que seja representativa dos discursos que realizam esses gêneros.
- Operações complexas/específicas (FOUCAULT, 2002, p. 50-1): A função autor é resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos de autor. Tenta-se dar a este ser racional um estatuto realista: isso representaria, no indivíduo, uma instância “profunda”, um poder “criador”, um “projeto”, o lugar originário da escrita. É essa projeção que dá ao indivíduo esse estatuto de autor. Isso significa que nas redações do vestibular, esse “estatuto” dá ao candidato-autor um sentimento de autonomia, unidade e responsabilidade com

relação ao texto que ele deve produzir. Segundo Orlandi (2001, p. 92), “a produção imaginária da unidade é um dos efeitos mais importantes da função-autor”, pois que ao transformarmos em texto nossos discursos, temos, necessariamente, que levar em consideração a mudança de espaço, tempo e dimensão (linearidade e extensão do corpo), “colocando em relação o comensurável com o incomensurável, o empírico com o simbólico e o político. O acontecimento do significante é limitado no tempo e no espaço de sua representação”.

- Pluralidade de “Eus” (FOUCAULT, 2002, p. 55-6): o texto traz sempre consigo certo número de signos que “revelam” a existência de uma função autor. Portanto, todos os discursos que são providos da função autor suportam uma pluralidade de “eus” (posição-sujeito). Relacionando esse tópico com a produção textual no vestibular, o candidato-autor deve organizar de maneira coerente e coesa as várias vozes que compõem seu discurso/texto para que a função autor se concretize.

Resumindo esses quatro traços característicos dessa função, Foucault (2002, p. 56) postula que

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não exerce uniformemente da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

Nos textos do vestibular, podemos encontrar, nessa busca de indícios autorais, o princípio que dá unidade ao discurso do candidato-autor, que dá verossimilhança ao seu texto, fluência discursiva. Ou seja, como o candidato-autor desenvolve suas manobras discursivas, como ele organiza o seu discurso/texto de modo particular, seguindo o caminho delimitado pela prova de redação, a fim de alcançar seu objetivo maior: a aprovação no vestibular.

Ainda em consonância com Orlandi (2001, p.92), no que se refere à análise de indícios autorais em textos não consagrados, procuraremos observar, a partir do nosso *corpus* “[pelo jogo da interpretação], como o sujeito está ancorado no discurso, em uma formação discursiva, em um sentido, produzindo este texto e não outro qualquer, realizando

o imaginário discursivo da unidade, da sua autonomia, da sua responsabilidade, face aos sentidos”.

Toda essa possibilidade de organização textual dos candidatos-autores só é possível ser executada em consonância com as regras discursivas postas pela instituição, pelos sujeitos que escrevem o texto e pelo próprio discurso, que se auto-controla. Essa grande teia de controle dos sujeitos e dos discursos, construída no bojo social, se reelabora e se refaz todo o tempo.

Em seu livro *A ordem do discurso*, aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em dezembro de 1971, Foucault levanta a hipótese de que toda produção discursiva funciona a partir de uma certa *ordem*, conjugando uma série de relações de poderes. Desse modo, entendemos que o filósofo francês já observava que toda e qualquer relação de poder, discursivamente elaborada, requer cuidados, pois “a ordem do discurso é arriscada” justamente pela falta de transparência e pela quantidade de possibilidades de verdade.

As instituições sociais, por sua vez, nos mostram que o discurso está na ordem das leis e, dessa forma, não podemos fugir desse embate, dessa luta, dos poderes que estão conosco e/ou longe de nosso alcance. De acordo com Foucault (2004a, p.8/9), existem procedimentos de controle dos discursos que envolvem as instituições, os sujeitos e suas práticas discursivas:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Esses procedimentos de controle funcionam como limitadores dos discursos possíveis de surgimento. Sendo assim, toda interação verbal possível é controlada no momento da interação. Foucault (2004a) classifica esses procedimentos levantando três hipóteses. Os mecanismos externos de controle, primeira hipótese, tratam, em primeira instância, da *proibição*. Ela se refere a toda e qualquer circunstância enunciativa, pois não se pode falar tudo que se quer, a quem se quer, na hora que se quer. Essa proibição velada incide ora sobre o assunto tratado (tabu do objeto), ora sobre a circunstância enunciativa

(ritual), ora sobre os próprios sujeitos envolvidos no discurso. Nas palavras de Foucault (2004a, p. 9), “[...] temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar”. As interdições mostram a ligação do discurso com o desejo e o poder.

Outro mecanismo de controle externo está na distinção que Foucault (2004a) faz entre *a razão e a loucura*. Esse mecanismo trata da segregação do discurso do “louco”. Há, segundo Foucault (2004a), um paradoxo no que se refere à escuta de tais discursos: ou consideramos esses discursos como revelações das forças sobrenaturais, como a voz da verdade que não podemos enxergar, ou ignoramos a sua existência.

Há, ainda nessa primeira hipótese, o mecanismo de oposição entre *o verdadeiro e o falso*. Trata-se, especialmente, da vontade de verdade. As verdades que se fazem presentes em cada época apóiam-se em práticas discursivas e, é claro, sobre os suportes institucionais. Há, portanto, um poder coercitivo das vontades de verdades que circulam em nossa sociedade. Nas palavras do próprio Foucault (2004a, p.17), essa vontade de verdade

[...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

Sendo assim, essas formas de verdade são, de certa maneira, o modo como os saberes são aplicados e desenvolvidos em uma sociedade por intermédio das formas de poder institucionais. Para Gregolin (2004a, p. 98), é “a vontade de verdade que opõe o verdadeiro ao falso. A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas contingências históricas”. E, ainda na avaliação de Foucault (2004a, p. 19/20), dos três sistemas de exclusão que atingem o discurso, a vontade de verdade é a principal, pois que os outros dois convergem em sua direção. Esses dois processos estão em ação no momento em que nos propomos a escrever e, dessa forma, produzir sentidos.

Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso

verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la.

Os textos nascem desse permanente diálogo, da vontade que nos toma de produzir verdades no que escrevemos e/ou dizemos.

Como segunda hipótese, procedimentos internos de controle dos discursos, temos, de acordo com Foucault (2004a), o *comentário* que, ao ser proferido, reflete sobre outro texto, ou sobre outro discurso, devendo a ele certa fidelidade e permitindo, ainda, a construção ilimitada de novos discursos. Para Gregolin (2004), os jogos discursivos realizados pelo comentário são parafrásicos e polissêmicos.

De acordo com o que Foucault (2004a, p. 25) postula, o comentário deve “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir, incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”. Essa relação dos discursos como acontecimento ou acaso permite a construção infinita de novos discursos. Quando ritualizados (por exemplo, casamentos, julgamentos) os discursos são acontecimentos; quando acaso, têm o papel de redizer, na maior parte do tempo, o discurso acontecimento. O locutor pode dizer e redizer a ponto de alcançar, em determinadas condições, um discurso primeiro (novo acontecimento).

O *comentário*, portanto, produz sentidos variados quando o inserimos em uma nova situação comunicativa. No caso do nosso *corpus*, cada texto produzido pelos vestibulandos apresenta comentários que, colocados em contextos diferentes dentro de cada texto, produzem um novo efeito de sentido, uma “nova verdade”. Isso implica dizer que mesmo as redações que nos parecem “treinadas” na escola, produzem sentido e podem, dessa forma, apresentar efeitos autorais. Para Gregolin (2001, p. 22 – grifos do autor), “a citação, a repetição e a formação do pré-construído, que constituem as séries de formulações, indicam a relação entre o intradiscurso e o interdiscurso: as ordens lingüísticas são vestígios nos quais a repetição se inscreve na *ordem do discurso*”.

Além disso, temos o *controle das disciplinas* que definem um conjunto de procedimentos, métodos, assuntos e proposições estabelecendo regras para os discursos realizados. Para Foucault (2004a, p. 30), esse princípio se opõe ao comentário, pois, “em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é

um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados”.

Para que esse controle disciplinar seja possível, Foucault (1995) distingue três formas de poder. A primeira delas seria o poder que exercemos sobre as coisas no desejo de modificarmos, consumirmos, destruímos as mesmas, ou seja, o poder pelo poder. Ele se liga ao poder de aptidões (segunda forma de poder) que, por sua vez, está diretamente relacionado ao corpo (capacidade) nas relações entre os indivíduos como um “conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 1995, p. 204). A terceira seria as relações de poder exercidas através da comunicação com suas regras languageiras, seu código lingüístico, e seu poder simbólico. Essas formas de poder diferem-se umas das outras e podem ocorrer ao mesmo tempo ou em momentos distintos. Ainda neste capítulo, falaremos mais sobre as relações de poder entre os sujeitos.

Essas três formas de poder, juntas, formam um bloco disciplinar organizado, constituindo um sistema regulado e concordante das relações de poder. Com base no exemplo do próprio Foucault (1995), a instituição escolar exerce controle, sobre e entre os indivíduos, munida dessas três organizações de poder. Segundo Foucault (1995, p. 241), a escola tem uma organização física e normas específicas que regulam suas atividades:

[...] os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isso constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal).

O vestibular representa uma seleção, um exame de ingresso na universidade. Apesar de ser avaliativo (sistema de inclusão aberto e comparativo), também se caracteriza pela seleção sistematizada, classificatória e, portanto, individual. Ele exerce controle sobre os sujeitos-candidatos e, de certa forma, sobre a instituição escolar média. Podemos dizer que o processo seletivo se mune, também, desse bloco de poder que Foucault (1995) aponta como uma prática não exclusiva, mas de toda e qualquer instituição. Contudo, esse aparato de poder institucional não se constitui apenas como um problema. De acordo com essa

organização do poder apresentada por Foucault (1995), as relações de poder também são criadoras e positivas.

O poder tem uma potência produtiva, uma positividade: ele adentra e mutila o indivíduo ao mesmo tempo em que o constitui e o aprimora. Assim sendo, saber e poder estão atrelados. Nas palavras de Machado (2001, p. XXI), “[...] saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber”. O poder controla ao mesmo tempo que liberta os sujeitos. O “efeito-autoria”, do qual tratamos no início deste capítulo, pode ser visto como um estabelecimento, no processo discursivo, da evidência de um sujeito submetido às múltiplas relações de poder e, portanto, de controle.

A *autoria*, como um dos procedimentos de controle internos ao discurso, segundo o teórico francês, deixa nos leitores a esperança de testemunho dos textos: esperança de coerência de organização do próprio autor para com a realidade fundadora do discurso proferido. Em outras palavras, a autoria deve coerência ao seu próprio discurso e também ao grupo no qual se insere. Segundo Foucault (2004a, p. 26), esse autor não pode ser entendido “como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.

Fazendo uma distinção entre o princípio do comentário e o de autoria, Gregolin (2004a, p. 99) diz que “ao contrário do princípio do comentário, que limita o acaso do discurso pelo jogo entre a paráfrase e a polissemia, o princípio do autor limita esse mesmo jogo por meio da criação do efeito da individualidade do autor”. Por essa razão, temos a possibilidade de evidenciar indícios de autoria nos vários textos produzidos. A organização das múltiplas vozes que compõem um texto, por exemplo, distingue um modo de dizer do autor. Essa instância, que organiza discursos aparentemente dispersos, é fundamental na produção dos textos. De acordo com Baronas (2001, p. 78),

[...] para que o sujeito se constitua enquanto autor é necessário transgredir mais do que uma determinada ordem estabelecida, mais do que atuar com e sobre a linguagem. É fundamental, sobretudo, que esse sujeito inscreva o seu discurso na ordem do enunciável, do verdadeiro da época.

Isso implica dizer que, segundo a teoria desenvolvida por Foucault, nem todo discurso e, portanto, nem todo texto, possui autor. Alguns gêneros não são passíveis de transgressão. Um dos exemplos do próprio Foucault (2002, p. 46) é o contrato. Há sempre um fiador, mas não há autoria, pois que a transgressão no processo de construção desse gênero não ocorre. O que podemos observar nesse gênero discursivo é uma excessiva regularidade.

Nesse sentido, verificamos uma ligação estreita entre autoria e gêneros discursivos. Os gêneros discursivos obrigam o produtor do texto a desenvolver uma “representação” da sua relação com o contexto social, e com o próprio discurso desenvolvido, em consonância com as regras de produção impostas pelo gênero, pela instituição na qual se insere o texto produzido e o próprio sujeito que escreve. Segundo Gregolin (2004a, p. 102), “a fundação de um espaço textual, pela escrita, obriga o sujeito a ‘representar-se’ na relação com um corpo social e com uma instituição de saber”.

A discussão sobre autoria, em Foucault, inscreve-se na sua preocupação principal: o sujeito e o discurso. Ele pensa a figura do autor inserida num processo de organização de sujeitos discursivos não psicologizados e não humanistas. Explicando essa concepção de sujeito como uma figura discursiva, Gregolin (2004a, p.102) afirma que, no caso do autor, esse sujeito seria o “efeito-autoria, entendendo-o como uma instalação, no discurso, da evidência de um sujeito submetido às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção dos sentidos”. A autora subdivide à sua maneira, as quatro características da função-autor as quais já tratamos neste capítulo. Entretanto, achamos necessário revê-las sob a ótica dessa autora, pois que sua leitura nos parece aproximar-se mais de nosso objeto de pesquisa. Tentaremos, como já o fizemos anteriormente, estabelecer uma conexão entre essas características da função-autor e o nosso *corpus*.

A função autor está necessariamente ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina e articula o universo dos discursos (FOUCAULT, 2002): a universidade, através de uma banca elaboradora, impõe regras discursivas que o candidato ao vestibular deve seguir para desenvolver seu texto.

- “A função autor não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização” (GREGOLIN, 2004a, p. 103): a instituição escolar, por si só, exige do aluno

certas elaborações discursivas específicas. Isso significa dizer que, para que a função autor se exerça na prova de redação do vestibular, o candidato deve seguir certas regras específicas da instituição à qual ele se submete e levar em consideração a todo o momento o universo sob o qual essa prova foi elaborada.

- “A função-autor não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas” (GREGOLIN, 2004a, p. 103): essas operações específicas e complexas dizem respeito a todo procedimento de controle que alcançam os discursos e que interferem na produção de texto. Isso significa dizer que o candidato-autor está submetido a essas coerções e deve seguir o seu julgo a fim de não perder sua ordem discursiva sob pena de não alcançar o status função autor.
- “A função-autor não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a várias posições-sujeito que diferentes classes de indivíduos podem ocupar” (GREGOLIN, 2004a, p. 103): nesse caso, podemos aplicar essas posições-sujeito às imagens⁴ que se constroem a partir do gênero específico (personagens subscritas nas propostas da prova).

Os mecanismos de controle dos sujeitos, terceira hipótese de controle dos discursos, tratam das exigências que se impõem aos/entre os sujeitos que enunciam. Segundo Foucault (2004a, p. 37), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”, pois, “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis”. Temos, então, os *rituais* que definem a qualificação, os comportamentos e as circunstâncias que os indivíduos devem assumir e todo o conjunto de signos os quais os indivíduos devem acompanhar no processo discursivo; as *doutrinas* que limitam o discurso a grupos pequenos de sujeitos ligando os mesmos a certos tipos específicos de enunciados e as *apropriações sociais do discurso* ligadas às instituições responsáveis pela distribuição dos discursos, gerenciando e

⁴ Sobre os jogos de imagens desenvolvidos a partir da posição-sujeito (conceito elaborado por Pêcheux, 1999), trataremos no próximo capítulo.

apropriando-se dos mesmos. Para Gregolin (2004a, p. 105) “todos esses sistemas de sujeição e de controle do discurso são interligados, não há uma fronteira que delimite seus espaços”.

Geraldi, analisando os processos de interação verbal, evidencia que, qualquer que seja a produção discursiva dos sujeitos, será sempre necessário considerar que qualquer discurso está inserido num contexto social mais amplo, que é permeado pelas relações de poder. Para tanto, ele articula assuntos, sujeitos e formas com os mecanismos de controle dos discursos propostos por Foucault (2004a), inserindo também um sistema de referências ao mundo que partem do locutor para o interlocutor. Tal trabalho pode ser resumido no quadro abaixo (1995, p. 66):

	Externos	Internos	Rarefação dos Sujeitos
ASSUNTOS	Proibição	Comentário	Sistema de apropriação
SUJEITOS	Razão/Loucura	Autoria	Doutrina
FORMAS	Verdade/Falsidade	Disciplina	Sociedade de discurso
FORMAS	REFERÊNCIA AO MUNDO	INTERLOCUTOR	LOCUTOR

Para Geraldi (1995, p. 66), o quadro exposto acima, analisa “[os mecanismos de controle do discurso] tomando-se em conta as referências que se fazem ao mundo; o locutor e o interlocutor”. Isso significa dizer que a expectativa que se cria em relação aos sujeitos no momento da interação é a de que todo enunciado se organize a partir de temas não proibidos, seguindo, ainda, o princípio da troca considerando-se o princípio da verdade, não deixando de ponderar a quem se fala, de onde se fala e como se fala. Portanto, o locutor é responsável pelo “sistema de referências” usado, além das atribuições dos lugares dos sujeitos no discurso.

A partir dessa seqüência, na qual nos apoiamos, sugerimos uma possível leitura, relacionada ao nosso *corpus*. O jogo discursivo no qual o candidato do vestibular entra pode ser caracterizado da seguinte forma:

- Candidato do vestibular X Sociedade em que se insere como sujeito discursivo (história): o candidato não deve se esquecer de que há uma

ordem discursivo-social, à qual ele precisa se submeter. Essa sociedade se constitui a partir de uma série de enunciados que irá subjetivar esse locutor, inclusive no momento em que ele se apropria desses enunciados para elaborar seu texto.

- Candidato do vestibular X Banca examinadora: como interlocutores diretos, a banca examinadora espera que o candidato trate do tema proposto segundo a vontade de verdade por ela instituída, numa situação bem peculiar em que os que se mostram não são os examinadores e suas verdades, antes, é o locutor (candidato) e a organização da vontade de verdade instaurada pela Instituição, através da prova.
- Candidato do vestibular X Redação do vestibular: o candidato deve elaborar seu texto seguindo as regras da prova de redação pré-estabelecidas pela Instituição. Essas regras, da forma como são organizadas, excluem e incluem certas elaborações possíveis para o produtor do texto (proibição).

Ao passar por todo esse processo o candidato-autor pretende causar o efeito de aprovação no vestibular, ou seja, mudar sua história como sujeito.

Para que o efeito de sentido seja alcançado pelo autor-candidato, ele precisa se fazer reconhecer como bom produtor de texto (discurso) pela instituição (o que poderá trazer o reconhecimento social). Com o intuito de alcançar esse reconhecimento, o candidato deve entrar na ordem discursiva pretendida pela instituição acadêmica e responder às suas expectativas, o que, até certo ponto, pode representar um obstáculo à organização discursiva desse sujeito. Segundo Foucault (1995, p. 232), “enquanto o ser humano é colocado em relações de produção e de significação é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”.

2.1. Sujeito, poder e verdade

Antes mesmo de delimitar o que seria o sujeito, Foucault afirma ser necessário compreender as formas criadas historicamente para a sua objetivação. Essa compreensão é marcada pelas relações de poder que, ao objetivar o indivíduo, na tentativa de

homogeneizá-lo, aguça sua subjetividade dando-lhe a possibilidade de lutar contra os mecanismos sócio-históricos de poder. Foucault (1995, p.235) afirma que

[...] essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõem-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.

Portanto, na perspectiva foucaultiana, o sujeito se constitui historicamente. Isso significa dizer que o indivíduo, inserido nos jogos de poder, é cada vez mais controlado e racionalizado de acordo com as atividades produtivas e as redes discursivas. Para que esse jogo de poder se instaure os indivíduos precisam se imaginar livres das coerções sociais. É apenas sob a ilusão de liberdade dos indivíduos que os jogos de poder se estabelecem.

Como não existe uma ciência que estude o poder especificamente, Foucault (1995), pensando a maneira como os seres humanos se transformam em sujeito, propõe uma discussão sobre o poder partindo das regras legitimadas pelo Estado. Nessa busca de conceituação do poder, Foucault parte das formas de resistência para, só então, chegar às formas de poder. Nesse caminho “inverso”, ele percebe que as lutas que se travam no bojo da sociedade aplicam-se à vida cotidiana imediata e, por meio delas, os indivíduos são categorizados. A partir dessas formas de resistências constantes, específicas, os poderes se multiplicam ao mesmo tempo em que se singularizam, transformando os indivíduos em sujeitos. Paniago (2005, p. 81/82), ao explicar esse conceito de poder foucaultiano, diz que

[...] o conceito de poder desenvolvido por Foucault é bastante distinto das idéias das teorias clássicas, como as da releitura althusseriana do marxismo, por exemplo. O poder, para Foucault, não é algo que se possa possuir, porque não é um bem alienável do qual se possa ter a propriedade. Por isso, qualquer que seja a sociedade, não existe divisão entre os que têm e os que não têm o poder. [...] embora não haja um titular, um dono do poder, o poder é exercido sempre em determinado sentido, não necessariamente de cima para baixo. O poder, em outras palavras, não se possui, o poder se exerce ou se pratica.

Um aspecto fundamental da teoria de Foucault sobre o poder é que ele trata os poderes (os micro-poderes) como ações sobre ações, ou seja, as relações de poder se enraízam profundamente no sistema social e não se reorganizam acima ou abaixo desse

sistema. Desse modo, qualquer relação social existente se constitui nas/pelas relações de poder e, portanto, as instituições (família, escola, igreja etc.) se transformam em campos onde os poderes se articulam. Essas micropráticas do poder não minimizam a função do Estado no exercício do poder, pois, na concepção foucaultina, o poder não se define na luta de classes e o Estado não é visto como aparelho de reprodução da exploração de uma classe sobre a outra. Isso implica dizer que o poder não surge apenas de um único lugar social. Nas palavras de Paniago (2005, p. 84), “o que Foucault queria deixar claro é que as relações de poder se prolongam além dos limites do Estado”.

Dessa forma, temos um emaranhado de fios do poder que podem ou não partir do Estado. O que fica evidente é que as relações de poder não são exclusivas de certos grupos sociais. Portanto, toda relação de verdades construídas em uma sociedade está ancorada às relações de poder que exercemos e que exercem sobre nós todos os dias. A construção de verdades existe graças às coerções e aos efeitos produzidos pelos diversos regulamentos sociais. Para Foucault (2003, p. 21), “cada sociedade tem seu regime de verdade [...]” que são construídos a partir dos “[...] tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. Para o filósofo francês (2003, p. 13), existem características historicamente fundamentais no que tange à relação verdade/poder:

- A verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem;
- A verdade está submetida a uma constante incitação econômica e política;
- A verdade é objeto de uma imensa disfunção e consumo;
- A verdade é produzida e transmitida sob o controle dominante, porém não exclusivo, de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos: universidade, exército, escritura, meios de comunicação etc.
- A verdade é objeto de debate político e confronto social, portanto, configura-se, em muitos casos, como lutas ideológicas.

Portanto, a verdade, ou melhor, a vontade de verdade rege comportamentos sociais, políticos e econômicos que influenciam diretamente toda a sociedade: regulam as nossas necessidades, nossas leis, nossas instituições. A vontade de verdade está ligada aos sistemas de poder que, por sua vez, produzem e apóiam cada nova verdade que construímos no bojo social.

O sujeito, por sua vez, se submete às relações de poder/verdade/saber, mas não de forma passiva. Como já dissemos anteriormente, essas relações são constitutivas dos sujeitos sócio-discursivos e influenciam na construção das relações entre os sujeitos: somos constituídos por esses efeitos de poder/verdade criando sempre novas técnicas de subverter os poderes, inaugurando novas forças de coerção e subversão.

O poder que exercemos sobre as coisas é capaz de modificá-las, consumi-las, utilizá-las. Todo esse movimento produzido pelo poder nos deixa entender que as práticas de poder que exercemos e que exercem sobre nós, não existem unicamente para nos controlar ou estagnar a sociedade. Antes disso, o poder é produtivo e necessário ao desenvolvimento dos sujeitos. Segundo Foucault (2003, p. 08), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”, ou seja, o poder não apenas reprime, mas exerce uma força produtiva em toda camada social.

Fazendo uma articulação dessas relações imediatas e ilimitadas dos poderes no mundo com nosso objeto de pesquisa, tentaremos mostrar de que maneira esses sujeitos-vestibulandos, autores-candidatos, lutam, discursivamente, contra a sujeição às regras sob as quais seu discurso deve ser elaborado (não deixando de pensar que essas exigências são institucionais e que os gêneros discursivos também impõe regras a serem seguidas), ou ainda, se essa subversão acontece no produto final da avaliação: a redação (texto). Observe-se que o desejo, mais uma vez, da instituição é de que o indivíduo entre na ordem discursiva estabelecida por ela. Mas, ao mesmo tempo, há o desejo de que esse sujeito subverta certas normas de produção de texto para que haja uma caracterização do efeito-autoria. Esse desejo é o mesmo que se estabelece nas mais diversas situações discursivas.

Há uma aparente contradição no que se refere à coibição, limitação do discurso produzido pelo candidato-autor (pensando nas coerções institucionais) e a liberdade

“cerceada” que ele tem com as propostas de produção de textos em gêneros discursivos específicos apresentados na prova de redação do vestibular. De acordo com Brait (2000, p.20), uma definição de gêneros discursivos ligados apenas a um entendimento da linguagem para fins comunicativos, por exemplo, “[...] poderia dar a idéia de determinismo, ou seja, os falantes estariam impossibilitados de criar, modificar, alterar um gênero, na medida em que o tema, a estrutura composicional e o estilo seriam características de um gênero a que o falante se assujeitaria”.

Acreditamos que uma prova de redação elaborada a partir do conceito bakhtiniano de gêneros discursivos (que “impossibilita operacionalizar certos conceitos”), no mínimo, indica o lugar de onde o sujeito-candidato deve falar e isso, de certa forma, o liberta. É nesse ponto que os dois eixos teóricos utilizados neste trabalho se convergem. Usamos a palavra liberdade, pois o texto que os vestibulandos são convocados a produzir, permite aos candidatos criar argumentos que sustentem uma verdade de forma um tanto consciente. Não há como fugir da realidade, portanto, os argumentos, as defesas, o reconhecimento de enganos públicos, a tentativa de convencimento se encontram para a produção de verdades em situações possíveis de ocorrer no mundo real.

Isso ocorre porque, como já dissemos, formamos imagens que se deslocam de maneira contínua. Esse jogo de imagens permite-nos elaborar enunciados que podem alcançar com maior eficácia o efeito de sentido que pretendemos causar com nossos discursos/textos. Sempre que tomamos a palavra, seja oralmente ou por escrito, mobilizamos esse mecanismo de funcionamento discursivo que designa o lugar que cada sujeito da interlocução se atribui – sempre levando em conta o lugar “possível” que se lhe atribuem.

Assim, a teoria pècheuxtiana das formações imaginárias é aplicada ao nosso objeto de pesquisa e se liga ao conceito de Foucault de formações discursivas possibilitando ao candidato-autor criar uma rede discursiva ao compor sua redação, assunto a ser tratado no próximo capítulo como desdobramento das condições de produção dos discursos.

Capítulo 3

A REDAÇÃO DE VESTIBULAR E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS: O PODER E OS SUJEITOS DO/NO DISCURSO

*[...] se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concerto é convidado a vir ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um **acordo** – de olhares: tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista. [...] assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança.*

(Jean Davallon)

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre a produção de textos, dando ênfase na elaboração de textos em situação de vestibular (gênero redação do vestibular). Formaremos um arcabouço teórico acerca das condições de produção elaboradas por Pêcheux (1990), apresentando uma relação das formações imaginárias com o processo seletivo de vestibular.

Mostraremos, ainda, uma articulação entre as formações imaginárias de Pêcheux e as formações discursivas de Foucault como forma de organização e controle dos discursos, tendo como perspectiva o efeito autoria nas redações do vestibular, conforme foi sinalizado nos capítulos anteriores.

3.1- As condições de produção do discurso

A noção de condições de produção do discurso substitui a noção muito vaga de “circunstâncias” nas quais um discurso é produzido. Essa mudança de nomenclatura ajuda a explicitar que se trata de estudar o que, nesse contexto, condiciona o discurso. Segundo Possenti (2002b, p. 76), essa substituição feita pela Análise do discurso de linha francesa tem como finalidade “retirar o funcionamento do discurso da cena pragmática, para inseri-

lo nas instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas”. Trata-se, portanto, de uma noção que separa o enunciado considerado do ponto de vista da pragmática (como uso da língua) do enunciado considerado do ponto de vista da AD (todo material simbólico passível de ser analisado e interpretado). Isso implica numa mudança fundamental que, para Possenti (2002b), é marcada pelo fato de que a AD coloca o sujeito ligado à história e isso significa dizer que não podemos colocar o sentido de um texto exclusivamente em seu autor/produtor como o faz a Pragmática.

Foucault (2004a) faz um estudo da função enunciativa, desde as suas modalidades, passando por sua definição, função até chegar a uma descrição “arqueológica” dos enunciados, ou seja, trata-se de uma descrição histórica, pois o autor francês não acredita que o enunciado possa ter uma clareza total. Foucault (2004a, p. 31) entende que qualquer análise proposta no campo do discurso deve ter como prioridade

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciados exclui.

No intuito de alcançar uma definição do que seria o enunciado, Foucault (2004a, p. 107/108) estabelece uma relação intrínseca entre a função-sujeito e o próprio enunciado.

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. [o sujeito] É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniformemente ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la.

Dizendo de outra forma, há uma relação fundamental entre o enunciado e o que ele enuncia. Esse arrolamento, portanto, envolve sujeitos, história e a própria materialidade do enunciado. Nas palavras de Gregolin (2004b, p. 27), “existem romances nos quais há vários sujeitos que enunciam. Isso não é característica apenas dos textos romanescos – é

uma característica geral, já que o sujeito do enunciado não é o mesmo de um enunciado a outro”. Essa mudança de posição sócio-discursiva dos sujeitos é possível por ser o sujeito um lugar sempre a ser ocupado e, por consequência desse não-preenchimento, temos a necessidade de, em qualquer posição-sujeito que ocuparmos no momento da enunciação, entrar no jogo de imagens propostos na teoria pecheuxiana. Isto é, formamos imagens dos nossos interlocutores e de nós mesmos; além das imagens que formamos das imagens que nossos interlocutores possivelmente formam de nós. De acordo com Orlandi (2003, p. 26), é “[...] o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva”.

Alicerçada na expressão marxista condições econômicas de produção, essa noção de condições de produção do discurso aparece em Pêcheux (1990, p. 79) com a hipótese de que um estado determinado das condições de produção (discursivas) corresponde a “invariantes semântico-retóricas estáveis”, no conjunto dos discursos suscetíveis de serem produzidos. Pêcheux, partindo do esquema da comunicação de Jakobson, substitui os dois pólos do destinador e do destinatário por um dispositivo em que as situações objetivas do locutor e de seu interlocutor são desdobradas em representações imaginárias dos lugares que um atribui ao outro e dos lugares que atribuem a si mesmos no momento da enunciação. As relações entre os lugares não constituem comportamentos individuais, não remetem nem à *parole* saussuriana nem à psicologia, mas dependem da estrutura das formações sociais e decorrem das relações de classes, tais como descritas pelo materialismo histórico. Sendo assim, os sujeitos discursivos enunciam de um determinado lugar social e que, portanto, será desse lugar que as formações imaginárias se construirão.

A noção de condições de produção do discurso, baseada no conceito de formações imaginárias, está alicerçada na discussão althusseriana sobre ideologia; as relações ideológicas são parte fundamental do jogo imagético que podemos construir no momento da interlocução (seja ela oral ou escrita). Althusser (1996), numa releitura das teses marxistas, vê a ideologia como uma maneira pela qual os homens vivem suas relações com suas condições materiais de existência. Esse conceito está edificado nas relações de poder de classes, diferentemente do que aponta Foucault⁵. Afirmar que é de

⁵ Conforme discutido no capítulo anterior.

responsabilidade da ideologia a perpetuação do ponto de vista da base econômica da sociedade seria compactuar com o conceito althusseriano e, portanto, marxista, de superestrutura e infra-estrutura. A primeira se compõe por meio das instâncias político-jurídicas e a segunda sob o suporte econômico. Desse ponto de vista, essas duas instâncias de poder sustentariam, por intermédio do que esse autor chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado, toda produção ideológica que se materializa sobre a forma de discurso.

Diferentemente dessa posição, consideramos uma noção de ideologia cujo eixo está nas relações de micropoderes que constituem os sujeitos no bojo social e que, por sua vez, transformam-se mutuamente. Segundo a leitura de Gregolin (2003, p. 26) sobre ideologia e as formações discursivas que dela partem,

cada formação ideológica constitui um complexo conjunto de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se reportam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito, umas em relação às outras. As formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas, isto é, o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição em uma dada conjuntura. As palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra e não podem ser apreendidas senão em função das condições de produção, das instituições que as implicam e das regras constitutivas do discurso.

É a partir da relação entre língua e ideologia que Pêcheux (1990) elaborou seu conceito de condições de produção do discurso. Novamente nos recorreremos às palavras de Orlandi (2003, p. 27) para explicarmos essa relação entre sujeito e ideologia no momento em que enuncia, seja em forma de texto ou não:

Há uma seleção em relação aos meios formais que uma língua oferece, seleção feita pelo falante que vai delimitando o que diz e, conseqüentemente, tudo o que seria possível dizer. Porém, o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual: há uma forma social de apropriação da linguagem em que está refletido o modo como ele o fez, ou seja, sua ilusão de sujeito, sua interpelação feita pela ideologia.

Essa discussão nos remete à articulação já feita neste trabalho no capítulo anterior: o processo parafrástico e polissêmico, que coloca em tensão o retorno a enunciados já ditos e a transformação desses enunciados em novos acontecimentos discursivos, e não uma mera repetição. As formações imaginárias têm papel fundamental

no desenvolvimento discursivo, pois que nos permite trabalhar essa luta entre o “velho” (estabilidade) e o “novo” (polêmico) desenvolvida a partir do referente da comunicação: para quem enviamos nossos enunciados e que efeito de sentido pretendemos causar com a enunciação. Assim sendo, o jogo imagético é um dos constituintes do sentido da produção verbal.

Toda organização discursiva, que por sua vez se ordena pelas formações imaginárias, pautar-se-á na(s) formação(ões) ideológica(s) em que o sujeito se insere no momento que enuncia. Essa cadeia organizacional do discurso, inserida no processo social e histórico em que as palavras são produzidas, demonstra uma evidência do que Pêcheux (1990) chamou de assujeitamento dos sujeitos. Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo, de forma inconsciente, seja conduzido a ocupar um lugar determinado no bojo social e que, em face disso, de certa forma, determina o que o sujeito pode ou deve dizer no momento da interlocução. Além disso, todo esse processo encaminha o sujeito do discurso a produzir sentidos, a partir de suas enunciações, dentro de formações discursivas específicas (unidade discursiva).

Segundo Foucault (2004b, p.43), teremos uma formação discursiva (doravante FD)

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações).

Dessa maneira, podemos afirmar que todo e qualquer enunciado produzido se integra a uma FD para produzir sentido. A teia ideológica formada a partir das FDs constitui os discursos e, portanto, põe em circulação sentidos. Essa teia ideológica de significações não se estabelece nas palavras, mas na discursividade. Por isso, não podemos ancorar limites que definam uma ou outra FD, daí a sua instabilidade. Como já dissemos no capítulo anterior, os discursos elaborados estão ligados a dizeres já produzidos que permanecem vivos materialmente nos textos em circulação e na memória discursiva que sempre acionamos no momento da enunciação.

Correlacionando esses conceitos ao nosso objeto de pesquisa, entendemos que o candidato-autor é convidado a entrar numa ordem discursiva tal que o direciona a certa FD. Quando esse candidato faz sua escolha entre as três propostas de produção de textos, ocupa

um lugar social que se difere do lugar de candidato ao vestibular e deve, portanto, dar unidade a seu discurso em acordo com esse aparato: seja qual for a posição-sujeito que o candidato escolher se investir, ele deve entrar numa FD específica que o permitirá, a partir das formações imaginárias (doravante FI) que desenvolver (formações essas, ligadas a uma ideologia sócio-histórica do lugar escolhido para produzir seu texto), elaborar certos tipos de enunciados em detrimento de outros. Portanto, temos a expectativa de encontrar como indícios autorais certos enunciados que, de alguma maneira, demonstrem que o candidato entrou na ordem discursiva estabelecida pela instituição por meio da proposta de produção de texto por ele escolhida.

O autor poderá, então, organizar saberes específicos de uma FD em consonância com outros saberes que emergem de outras FDs. Se o candidato-autor escolher “falar” a partir do lugar de cientista e, portanto, de uma FD específica, poderá organizar seus argumentos em consonância com os discursos jornalístico, político, judiciário, médico etc. Arriscamos dizer que, sem essa interdiscursividade, o autor não conseguirá organizar suas idéias já que, ao se apropriar dos discursos para produzir seu texto, ele estará “carregando” sua redação de valores ideológicos que afetam seu discurso.

O conceito de interdiscursividade está ligado ao que Pêcheux (1997, p. 99), ancorado por P. Henry, chamou de pré-construído, designando tudo aquilo que se remete a uma construção discursiva anterior, externa e independente do que será construído a partir dela. Portanto, a interdiscursividade pode ser entendida como as relações que se estabelecem entre os discursos: tudo o que já foi dito em algum lugar, num dado momento e que constitui a memória discursiva. Isso sinaliza uma marca sempre presente nos enunciados de que há um “sempre-já-aí” da interpelação ideológica em oposição aos sentidos construídos no momento da enunciação.

Diante disso, podemos afirmar que os discursos nascem de outros e que esses processos discursivos são sedimentados e institucionalizados. E para que possamos compreender os discursos que estão em circulação e, ao mesmo tempo, organizar novas produções de sentido, temos que montar estratégias discursivas. As FIs e FDs constituem essas estratégias ao passo que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição-sujeito estabelecida em uma dada conjuntura sócio-ideológica.

3.2. As formações imaginárias no processo de escrita no vestibular

No momento de toda e qualquer produção textual, devemos levar em conta o sistema da língua, que está na ordem do que é repetível, e o acontecimento discursivo, que inaugura uma nova maneira de dizer do sujeito do discurso. Nas palavras de Gregolin (2004, p. 89), “[...] o que torna uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a função enunciativa: o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado”. Portanto, há uma relação dialética entre repetição e singularidade: ao produzirmos enunciados (discursos), utilizamo-nos de um sistema languageiro que se repete (palavras, frases, enunciados já proferidos) e damos a esse sistema uma nova roupagem, ou seja, o modo como enunciamos, o lugar de onde produzimos discursos, o momento histórico em que essa produção está inserida... tudo isso faz parte de um novo modo de dizer, de enunciar, de produzir sentidos.

Como dissemos no início deste capítulo, as condições de produção do discurso dizem respeito aos lugares que os sujeitos ocupam na cena enunciativa (enunciador, enunciatário e referente) que são identificados pelo jogo de imagens. Essas formações imaginárias, portanto, designam o lugar que os sujeitos atribuem a si e ao outro, a imagem que enunciador e enunciatário fazem de seus lugares e dos lugares dos outros sujeitos no momento da enunciação.

Mas, antes de definirmos como essa cena imagética enunciativa se compõe, sentimos a necessidade de fazer uma observação específica sobre produção textual sempre nos referindo ao nosso objeto de pesquisa. Lembrando Geraldi (1995, p. 160), existem condições essenciais para produzirmos um texto:

- *Ter o que dizer:* faz-se necessário que o candidato-autor tenha o que buscar em sua memória discursiva sobre o tema da prova de redação do vestibular. O tema proposto se desdobra em duas vertentes sendo que o candidato deve apresentar um posicionamento a partir da proposta de texto que ele escolher. Ele pode definir seu projeto textual partindo de qualquer hipótese que ele queira seguir: a verdade sendo única e incontestável; a verdade que se constitui de diferentes maneiras para diferentes sujeitos envolvidos nos

acontecimentos. Trata-se de desenvolver um texto que acene para as leituras que o vestibulando tem em relação ao tema. Sendo assim, temos um tema que não se restringe a uma discussão sobre a verdade, mas como se constitui a mesma em nossa sociedade atual. A coletânea acena para algumas reflexões sobre o assunto a ser discutido.

- *Ter uma razão para dizer o que se tem a dizer:* no trabalho de produção textual específico como o vestibular, o candidato-autor tem uma meta singular que é conquistar uma vaga na universidade. Essa é a principal razão para que o vestibulando produza seu texto. Em contrapartida, o candidato-autor precisa considerar que cada proposta de produção de texto obriga-o a enxergar outras razões para dizer o que se tem a dizer. Sendo assim, o candidato-autor não pode perder de vista essa delimitação, pois isso poderia significar uma leitura pouco criteriosa da prova.
- *Ter para quem dizer o que se tem a dizer:* a redação do vestibular é produzida para uma banca de correção. Em contrapartida, o candidato-autor tem em mãos as três propostas de produção de texto elaboradas a partir de gêneros discursivos específicos e, sendo assim, o produtor do texto tem interlocutores exclusivos, mesmo que virtuais. Há, nesse sentido, um desdobramento da interlocução. O candidato não pode perder de vista seus interlocutores reais (banca de correção) tampouco os virtuais, pois que eles têm existência real no nosso contexto social. Seja qual for a opção eleita pelo candidato, ele deve organizar sua argumentação a fim de convencer seus interlocutores diretos e indiretos, da posição que ele defende enquanto candidato-autor da redação que elaborará, lembrando que essa posição deve ser organizada e defendida do ponto de vista do locutor que o candidato se investir.
- *Responsabilidade sobre o que se diz, constituindo-se, assim, como enunciador enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz:* assumir sua “escolha” do lugar a partir do qual enuncia, organizando, portanto, as estratégias discursivas de acordo com a situação enunciativa. No caso da prova que iremos analisar, a responsabilidade do candidato-autor passa

essencialmente pelo aspecto temático que o vestibulando privilegiará: *a verdade é inerente aos acontecimentos e às coisas do mundo ou construída a partir dos acontecimentos e das coisas num dado momento e lugar?*. O candidato-autor deve apresentar aspectos convergentes e divergentes com relação ao tema, mostrando conhecimento da relação dialética entre os pontos temáticos. Para isso, deve argumentar usando adequadamente os tipos de discursos possíveis (ironia, citação, comparação etc.) demonstrando conhecimento temático e lingüístico na tentativa de convencimento de seus interlocutores.

- *Escolher estratégias para realizar todos os processos anteriores (estratégias discursivas e textuais):* segundo Geraldí (1995, p.164), “[...] a escolha não se dá em abstrato. Elas são selecionadas ou construídas em função tanto do que se tem a dizer quanto das razões para dizer a quem se diz. Considerando-se, por exemplo, as modalidades oral e escrita, é preciso notar que as estratégias são diferentes”. Referendando essas estratégias ao nosso objeto de pesquisa, o candidato-autor não pode perder de vista os diferentes usos da língua, pois que produz um texto para uma instituição, encontrando-se numa situação de uso da linguagem formal. Além disso, os textos ficcionais que ele é levado a produzir também estão colocados em suportes institucionalizados (revista de circulação nacional, diário pessoal e jornal), o que significa que esses enunciados produzidos pelo candidato-autor e colocados na voz dos locutores em questão são controlados e devem seguir certa ordem discursiva. Mesmo no caso do gênero diário que, teoricamente, permite uma linguagem mais próxima da oralidade, o vestibulando deve se lembrar de que se trata de um locutor cuja posição social não permite certos usos da linguagem e, ainda, que são textos produzidos para uma instituição escolar e que esses diferentes usos da linguagem somente serão permitidos se estiverem a serviço do seu projeto de texto. Essas diferentes possibilidades de uso da língua está diretamente relacionada às FIs e FDs. Cada um dos papéis que o candidato-autor venha assumir em seu texto pede um desenvolvimento

imagético específico o que, por sua vez, põe a voz dos locutores em conformidade com certas FDs.

O candidato-autor, portanto, deve conduzir seu projeto textual a partir desses pressupostos. Sendo assim, o vestibulando precisa, antes mesmo de iniciar sua composição textual ou mesmo de fazer sua escolha entre as três propostas de produção de texto colocadas na prova de redação, “assumir-se como locutor” nessa “relação interlocutiva” que implica todo esse processo exemplificado acima. Nas palavras de Geraldi (1995, p. 161) “[...] ninguém se assume como locutor a não ser numa relação interlocutiva, onde se constitui como tal: assumir-se como locutor implica estar numa relação interlocutiva”.

Interpretando os conceitos de Pêcheux (1990) de FIs explicados no início deste capítulo, em todo discurso estão presentes um sujeito A e um destinatário B que encontram-se na cena enunciativa representando lugares sociais determinados (por isso estamos denominando-os como sujeitos e não indivíduos). Esses lugares, por serem representações sócio-discursivas, estão transformados. Isso nos permite afirmar que não há, nesse processo, mera troca de informações, mas sim um jogo de efeitos de sentido entre os interlocutores. Os enunciados, portanto, significam de modo diferente de acordo com o lugar a partir do qual se diz o que se diz.

Vejam agora, contando com os mecanismos de controle já apresentados no capítulo anterior, como as imagens são constitutivas na formação dos sujeitos discursivos e, portanto, como estariam em ação no momento em que o vestibulando produz seu texto:

1. O candidato-autor está inserido numa sociedade formada por relações hierarquizadas, sustentadas pelos poderes em circulação nesses diferentes lugares que, se valendo desses poderes, permitem a construção de certos enunciados em detrimento de outros.
2. Os sentidos produzidos discursivamente nessa relação de hierarquia são embasados por certo imaginário, que é social e que é, por sua vez, resultado das relações de poder.
3. O atravessamento ideológico dos sujeitos implica na ilusão de que o efeito de sentido constituído é único. Isso significa dizer que toda prática discursiva dá aos sujeitos a ilusão de que são a fonte do sentido e de que têm domínio total do que dizem. Essa ilusão de domínio absoluto dos sentidos só

é possível, segundo Pêcheux (1997), por dois tipos de esquecimentos provocados nesse processo: o esquecimento nº 2, a partir do qual o sujeito “seleciona”, no interior de uma FD que o domina, formas e seqüências que nela se encontram, em relação parafrásica, certos enunciados e não outros; esquecimento nº 1, que se caracteriza como um esquecimento ideológico, não permite ao sujeito enunciar sem que isso seja feito dentro de uma FD específica. “Nesse sentido, o esquecimento nº1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão” (PECHÊUX, 1997, p. 173).

4. A ilusão de domínio dos sentidos é extremamente construtiva na produção dos discursos, já que os sujeitos esquecem que o que eles enunciam já foi dito em algum outro lugar, em outro momento e, por isso se identificam com seus dizeres constituindo-se sujeitos nesse processo.

Todas essas questões apresentadas até agora neste trabalho entram em ação no momento em que o candidato-autor vai produzir sua redação. A existência real de interlocutores (banca corretora), somada à existência de interlocutores virtuais postos pelas três propostas de produção de texto apresentadas na prova de redação do vestibular/UFG, fazem com que o candidato-autor produza seus textos desejando causar determinado efeito de sentido. Isso implica no desejo do autor de que seus interlocutores assumam uma atitude “responsiva”, numa tentativa de antecipação do que o outro poderá dizer sobre o texto produzido. Essa projeção do lugar do interlocutor revela uma atitude “responsiva” do candidato-autor no ato de produzir sua redação e faz com que ele deseje o mesmo de seus interlocutores.

Ao levarmos em conta a relação que esse candidato-autor mantém com a língua e com a história, sua experiência simbólica e de mundo, e o atravessamento ideológico sofrido que os transformam em sujeitos do discurso, acreditamos ser possível encontrar, por meio da materialidade lingüística, indícios autorais nos textos dos vestibulandos. O que tentamos fazer até esse momento, foi compreender a enunciação colocada no movimento dialógico e polifônico, nas relações de poder às quais estamos sujeitos no bojo social como

constituintes dos saberes que estão em circulação em nossa sociedade e que, por vezes, confrontam-se no processo de produção dos discursos e, por consequência, no desenvolvimento dos textos.

A maneira pela qual esses candidatos-autores são afetados e controlados pelos discursos faz com que eles organizem as várias vozes que compõem seus textos de maneira particular e, nessa perspectiva, acreditamos ser possível vislumbrar com certa objetividade a presença de autoria nos textos dos vestibulandos. O modo como essa prova se apresenta, nos permite dizer que ela leva em conta todos esses elementos conceituais que abordamos até o momento, pois que nos permitirá analisar esses textos em termos discursivos e, por assim dizer, a qualidade do texto passará necessariamente pela questão da subjetividade. Paraphrasing Possenti (2002a), tratar-se-á de uma análise sobre uma forma de autoria carregada tanto de singularidade quanto de tomada de posição.

3.3 - A prova de redação do vestibular e os gêneros do discurso: formas de controle

A prova de vestibular da Universidade Federal de Goiás (doravante UFG), que deu origem aos textos que são analisados neste trabalho, é organizada em duas etapas classificatórias e eliminatórias: a primeira, múltipla escolha; a segunda, prova discursiva. A prova de redação, realizada na segunda etapa, é elaborada a partir de um tema com três propostas de produção de texto a serem desenvolvidas sob o suporte de três diferentes gêneros discursivos. Os candidatos têm exatamente cinco horas para responder às questões discursivas da prova de língua portuguesa, literatura e elaborar sua redação.

No caso da prova de redação de 2005, temos como gêneros específicos: um diário, um editorial e uma carta de leitor. O desenvolvimento desses três gêneros discursivos está ancorado no tema central da prova, mas, por razão do caráter específico de cada gênero, cada um deles direciona a questão central a um aspecto diferenciado do assunto a ser tratado.

O primeiro gênero discursivo que encontramos na prova de redação 2005 (diário), tem como características gerais um texto cuja pretensão primeira é “fazer um balanço das próprias ações, um julgamento de si, um exercício moral” (MACHADO, 1998,

p. 30). Esse diálogo consigo mesmo, tem, segundo Machado (1998, p. 31), um “caráter de diálogo aberto e franco consigo mesmo, com suas múltiplas faces e com os outros que o rodeiam, diálogo em que não se deve permitir o adormecimento da auto crítica [...]”. Esse gênero permite ao sujeito diarista revelar o que se encontrava escondido sobre os fatos ocorridos, numa tentativa de expurgação, já que a escritura de um diário é quase uma confissão.

Segundo Lourau (*apud* Machado, 1998, p. 39), o diário científico ou “diário total”, tem como característica uma mistura do homem – indivíduo – e do cientista – pesquisador. Essa mistura sem demarcação discursiva clara, mescla um discurso científico com o não-científico: “na verdade, nele não haveria uma demarcação nítida entre ciência e não-ciência, misturando-se o diário de campo, o diário de pesquisa e o diário íntimo”.

O segundo gênero discursivo que compõe a prova de redação/UFG – 2005 é o editorial. Nele encontramos como característica principal a veiculação da opinião do jornal ou revista sobre os assuntos que serão tratados ao longo do veículo de comunicação. Normalmente, encontramos um texto que explica o posicionamento ideológico do suporte midiático sobre questões da atualidade e, por essa razão, a argumentação é o grande forte desse gênero discursivo. Segundo Milanez (2004, p. 185), os veículos de comunicação como jornais e revistas, são dispositivos “de constituição de identidades, [pois servem] à recriação de uma identidade que caracteriza uma experiência da alteridade para os leitores”, já que essa relação leitor e mídia escrita promove uma experiência ao leitor de se inscrever em um campo de saberes estabelecidos aprioristicamente que, de certo modo, moldam sua percepção da realidade em que vivem.

O terceiro e último gênero discursivo apresentado na prova de redação/UFG – 2005 é a carta de leitor. Esse gênero, assim como o segundo, é elaborado para ser publicado em jornal ou revista e trata de assuntos publicados no veículo de comunicação, configurando-se, portanto, na ordem do comentário. Em contrapartida, não veicula a opinião dos jornalistas, mas do leitor. Segundo Bezerra (2002, p.210),

é um texto que circula no contexto jornalístico, em seção fixa de revistas e jornais [...] utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe da revista/jornal, respectivamente), atendendo a diversos propósitos comunicativos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero do domínio público, de

caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando, assim, ao público em geral sua leitura.

O vestibulando, portanto, irá escolher entre esses três gêneros do discurso o que ele desejar desenvolver. Para tanto, há na prova de redação uma caracterização simplificada de cada um dos gêneros e o personagem/locutor que vai enunciar a fim de discutir o tema proposto.

Conforme apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, os gêneros discursivos são formas relativamente estáveis, pois apresentam traços marcados pela regularidade e pela possibilidade de repetição de enunciados. Esses são ressignificados em cada enunciação. Segundo Sousa (2002, p. 39) “[...] o gênero apresenta dois lados: um que molda e um que transforma o discurso”.

Os estudos sobre gêneros discursivos nos dão a possibilidade de ampliação do uso da linguagem com maior eficácia. Nas palavras de Barbosa (2000, p. 159), os gêneros são uma espécie de instrumento complexo “[...] que media, dá forma, viabiliza uma materialização de uma atividade de linguagem”. Além dos gêneros, está nas condições de produção toda a organização dos discursos e, portanto, dos textos. Estruturamos todos os nossos discursos em gêneros e, assim sendo, o gênero redação do vestibular não poderia ser diferente. Os candidatos-autores precisam desenvolver seus textos em consonância com todo esse processo de seleção e avaliação que é o vestibular. Além disso, não podem deixar de levar em consideração as regras institucionais de conformação da linguagem. Esse processo só é possível, como sugerimos no item anterior deste mesmo capítulo, quando o candidato recorre à sua memória discursiva. A leitura é fundamental na constituição dessa memória e, portanto, torna-se essencial para o projeto textual do candidato-autor.

Com a finalidade de auxiliar o caminho argumentativo que o candidato escolher, a prova contém, também, uma coletânea composta por dez textos. Diante disso, entendemos a necessidade de expormos, aqui, algumas considerações sobre uma leitura desses fragmentos, já que toda a compreensão da prova depende essencialmente da capacidade de leitura do candidato.

Relembrando os procedimentos de controle foucaultianos, a coletânea exerce controle sobre o que o candidato pode discutir a respeito do tema proposto, tendo em vista que ele é obrigado a usá-la (ver prova de redação em anexo). Todo argumento elaborado na

redação deve obedecer aos caminhos oferecidos ao longo da coletânea (não se pode dizer o que quiser, como quiser, do lugar que quiser). Lembrando ainda que, se essas leituras têm o papel de auxiliar no processo argumentativo do vestibulando, é importante que o candidato-autor entre na ordem discursiva do comentário, direcionada pelos dez fragmentos apresentados na prova. Será na coletânea que o candidato-autor encontrará o que ele pode ou não dizer sobre o tema a ser discutido. Esse retorno à coletânea constituirá numa regularidade enunciativa que se apresentará de modo diferente em cada texto, visto que o aparecimento da regularidade é diferente para cada sujeito, mostrando-se como memória e como polissêmico.

Nos vestibulares de todo país, tanto das universidades públicas quanto privadas, há, na prova de redação, alguns trechos retirados das mais variadas fontes (livros, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas etc.) que compõem uma coletânea. Ela deve auxiliar os candidatos na elaboração de seus textos.

Particularmente no vestibular da UFG no ano de 2005, o uso dessa coletânea na composição das redações é obrigatório, ou seja, o candidato deve mostrar, em seu texto, que leu a coletânea e dela fez “um bom uso”. Na prova de 2005 foi explicitado que o não uso ou a mera cópia da coletânea ou partes dela na elaboração dos textos acarretaria a atribuição da nota zero (0,0) ao candidato, excluindo-o do processo seletivo (zerar a prova de redação implica a exclusão do candidato do processo seletivo, mesmo que ele alcance boas notas nas outras disciplinas).

Desse modo, a UFG definiu ainda mais o tipo de aluno que deseja na instituição. Ingressar nessa universidade requer do candidato um perfil de leitor mais atento às significações possíveis que o texto escrito, ou melhor, que os discursos que circulam em nossa sociedade permitem. Essa definição institucional de um perfil desejado é uma das formas de controle dos sujeitos e de seus discursos, como prevê Foucault (2004b).

No manual do candidato de 2005 (anexo), recebido no ato da inscrição, o candidato encontra as “dez habilidades gerais esperadas do egresso do ensino médio para o ingresso na UFG” (CENTRO DE SELEÇÃO DA UFG, 2005, p. 18). Nessas dez habilidades temos as palavras “ler”, “interpretar”, “analisar”, “identificar” e “contextualizar” apresentadas repetidas vezes, o que nos leva a entender que a leitura é a base de todas essas habilidades desejadas pela instituição.

No caso da prova de redação, essa capacidade deve ser mostrada de modo mais preciso na leitura da coletânea e em seu uso na elaboração da redação e na leitura das três propostas de produção de textos. A universidade, ao considerar que “as situações comunicativas em que a língua é utilizada e o contexto sociocultural de cada situação específica contribuem para a produção e compreensão de textos” (CENTRO DE SELEÇÃO DA UFG, 2005, p. 24), entende que é sob essas condições que se dá a interação e, portanto, uma leitura menos atenta da coletânea e/ou da proposta escolhida pode causar um efeito negativo para o texto do candidato, demonstrando ao leitor/avaliador do texto ingenuidade ou falta de criticidade, por exemplo.

Na primeira página da prova de redação/UFG – 2005 encontramos os gêneros discursivos os quais o candidato deve escolher um para o desenvolvimento de sua redação, deixando claro aos concorrentes que o tema central a ser discutido em qualquer uma das propostas é: “A verdade: Inerente aos acontecimentos e às coisas do mundo? Construída a partir dos acontecimentos e das coisas num dado momento e lugar?”. Antes de apresentar o tema, podemos ler as primeiras linhas explicativas sobre como o candidato deve proceder no desenvolvimento de seu texto. Isso inclui uma observação aos estudantes sobre a fuga ao tema: se isso acontecer, eles estarão fora da concorrência por uma vaga. Há uma instrução clara e objetiva para que o candidato não assine seus textos. Toda essa estrutura organizacional de produção textual dada pela prova (as instruções que determinam como e o quê o candidato-autor deve “cuidar” ao produzir seu texto) também controla, regula os sujeitos e seus discursos: “a superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível [...]. Pois nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder” (FOUCAULT, 2003, p. 154).

Seguindo a seqüência temática, encontramos, ainda na primeira página da prova de redação, os primeiros textos referentes ao tema que compõem a coletânea. Os dez fragmentos, como já dissemos anteriormente, devem ser lidos e utilizados na sustentação dos argumentos que os candidatos elaborarão. Essa instrução também está disposta na primeira página da prova de redação (PROCESSO SELETIVO 2005, p. 05):

Com a finalidade de auxiliar o projeto do seu texto, o tema vem acompanhado de uma coletânea. Ela tem o objetivo de propiciar uma compreensão prévia e abrangente a respeito da temática proposta. Por

isso, a leitura da coletânea é *obrigatória*. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases sem que essa transcrição esteja a serviço do seu projeto de texto (grifos do autor).

Com relação aos fragmentos apresentados na prova de redação do vestibular, sabemos que existem sujeitos específicos para lê-los e dar a eles significados que tenham uma relação direta com o tema e com os gêneros propostos na prova de 2005. Essa situação de interpretação condicional, também, a leitura da coletânea.

Não existe compreensão de um texto qualquer que não dependa das formas através das quais o leitor é atingido (CHARTIER, 1994). Isso significa que, numa situação de avaliação – prova de vestibular –, o “movimento interpretativo” do candidato é afetado por vários fatores: tempo de duração da prova, extensão da coletânea, presença de fiscais do vestibular, tema proposto a ser seguido, jogo de imagens da realidade e das diferentes posições-sujeito que o candidato-autor é levado a construir etc. Tudo que envolve o fato de estar passando por um processo seletivo afeta a leitura que cada candidato fará da prova de redação e da coletânea que a compõe. Não devemos nos esquecer de que cada candidato será afetado de maneira diferente, pois cada sujeito possui uma subjetividade. “A leitura é, portanto, ao mesmo tempo, espaço de controle e lugar de possibilidade de criação de novos sentidos. É movimento que pode constituir um lugar para a subjetividade do leitor” (MILANEZ, 2004, p. 184). Trata-se, conseqüentemente, de diferentes formas de interferência no processo de leitura: externa (as condições de produção) e interna (os aspectos concernentes à subjetividade de cada sujeito-leitor).

A interferência externa no discurso, como o nome diz, está focada no controle que cada candidato-autor está submetido pela própria prova/exame. Ele deve, portanto, desenvolver seu texto seguindo às ordens da avaliação sob pena de ser punido (reprovado): deve discutir um tema específico, basear-se na coletânea e demonstrar ao longo de seu texto que a leu (interdiscurso), sem perder de vista os sujeitos envolvidos no processo de interlocução (formações imaginárias) – banca avaliadora e público leitor do jornal ou revista. Todo esse processo influencia no dizer do candidato-autor, pois que ele, mesmo que inconscientemente, precisa saber o que pode e o que não pode dizer, sob a máscara de locutor que escolher (proibição e interdição discursiva): “por mais que um discurso seja

aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. (FOUCAULT, 2004b, p. 10)

Quanto à interdição interna, à subjetividade, refere-se às lutas dos sujeitos, não só contra o exercício de uma autoridade (de um sujeito ou grupo para outro(s)), mas das lutas do sujeito consigo mesmo. Na tentativa de se individualizar, se diferenciar dos demais indivíduos sociais, o sujeito acaba por se colocar cada vez mais dentro de um grupo, de uma comunidade, de certo padrão identitário.

O jogo proporcionado entre o dito e o não-dito dentro de uma formação discursiva, esse *toujours là*, marca a subjetivação de nossa constituição enquanto leitores e homens contemporâneos. É, então, possível destacar três balizas no processo de subjetivação: a) um ser-saber, determinado pelas formas que assumem o visível e o enunciado num momento marcado; b) o ser-poder, determinado nas relações de força, variáveis de acordo com a época; c) o ser-si, determinado pelo processo de subjetivação. (MILANEZ, 2004, p. 183-4).

Não há como fugir das caracterizações sócio-culturais. A exemplo disso, relacionando a questão ao nosso *corpus*, temos uma prova padronizada, elaborada para indivíduos cuja situação escolar é vista como sendo idêntica, o que cria expectativas similares ao que se pode encontrar nos textos produzidos por eles, mas, no entanto, alguns deles vão surpreender negativamente a instituição, outros vão simplesmente se sobressair. Esses conflitos, gerados pelas tramas de poder, não só reprime os sujeitos, mas faz com que novos saberes e conhecimentos sejam produzidos. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, conduz as coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 08).

Portanto, os procedimentos de controle do discurso, do qual tratamos no segundo capítulo desta dissertação, e as condições de produção tratadas neste capítulo, estão em ação nesse e em todos os processos discursivos sociais. Segundo Foucault (2004a, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O candidato, na prática discursiva em questão, lê e escreve para ser avaliado, e isso certamente interfere na sua produção. Além disso, ele tem uma imagem do lugar do cientista, do jornalista, de

um leitor que, se sentindo injustiçado, escreve uma carta para publicar num jornal. O candidato elabora imagens de como e o quê esses sujeitos-lugar podem enunciar para atingir o efeito de sentido esperado.

Uma leitura fragmentada, em unidades de sentido distintas, poderia causar um efeito “dispersivo” do próprio tema e das duas questões iniciais nas quais ele se desdobra: “a verdade inerente aos acontecimentos e às coisas do mundo?/ a verdade construída a partir dos acontecimentos e das coisas num dado momento e lugar?”. Se observarmos toda a prova (anexo), veremos que cada fragmento que compõe a coletânea está devidamente referenciado. As referências estão completas: local de publicação do texto completo (jornal, revista, livro...), dia, mês e ano de publicação. Em alguns casos, podemos identificar o autor dos textos. Em outros, a autoria é atribuída à revista ou jornal que publicou o texto completo.

Os fragmentos que compõem a coletânea estão em consonância, todos, com as propostas de produção de texto. Eles conectam-se, cada um de forma diferente, com todas as propostas. Do mesmo modo, os fragmentos podem ser lidos e interpretados, a partir de cada proposta, como uma unidade discursiva de raciocínio.

Frequentemente, tanto na mídia televisiva quanto impressa, temos noticiários sobre os assuntos que envolvem o tema da prova em questão. Assim como a coletânea, esses comentários ampliam as possibilidades de ação da memória discursiva dos candidatos para que eles possam desenvolver com mais eficácia seus argumentos e as FIs possíveis no momento da produção textual configurando, assim, um processo imprescindível de interdiscursividade.

Capítulo 4

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

[...] o sujeito só se constitui como autor a partir do momento em que legitimar o seu discurso. E para que isso ocorra não é suficiente só a atuação do sujeito com e sobre a língua, nem estar na origem da discursividade, mas principalmente que esse sujeito reconheça de que lugar sócio-histórico-ideológico produz sentidos. Ou que se desvencilhe da formação discursiva na qual estava inscrito e se inscreva em outra.

(Roberto Baronas)

Nos capítulos anteriores, apresentamos um aparato teórico que dá suporte às considerações que realizamos sobre indícios de autoria nos textos produzidos no vestibular. Faremos uma exposição da prova de redação do vestibular de 2005 da UFG (prova integral em anexo) que contém as três propostas de produção de texto que dão origem às redações produzidas pelos candidatos, as quais analisamos, bem como explicações sobre os critérios utilizados para a construção desta análise.

4.1 Das três propostas de produção de texto: diário, editorial e carta

Ao lermos as três propostas de redação com atenção, percebemos que todas elas pretendem a mesma discussão: a relação entre a política e a verdade, ou ainda, entre a verdade e o poder, já que, em consonância com Foucault (1995), política e poder estão diretamente ligados pela 'racionalidade' política. Vislumbramos, também, que nessa relação não é possível deixar de questionar a mídia, pois é por meio dela que o poder político se constrói, se firma e se alimenta nos dias de hoje.

Desse modo, entendemos que, pelo fato de os candidatos-autores serem convocados a produzir textos a partir de gêneros discursivos que circulam em nossa sociedade, a configuração dos mesmos se dá no plano da argumentação. Essa necessidade de convencimento dos interlocutores está presente em todas as propostas (A, B e C). Isso fica claro para o candidato, pois, em cada um dos comandos, encontramos os seguintes dizeres (PROCESSO SELETIVO 2005, p. 08 – grifos nossos):

Proposta A) “O diário é um tipo de relato pessoal que narra fatos de nosso cotidiano, relata impressões sobre o mundo que nos cerca, nossas idéias, opiniões, emoções e até nossos segredos. No ambiente acadêmico-científico, o diário deixa transparecer os caminhos da pesquisa, as dúvidas, os problemas do pesquisador, as relações sociais que se estabelecem entre os participantes da pesquisa, enfim, é uma forma de se fazer um balanço das próprias ações.

Imagine que você seja um cientista que descobriu a vacina contra o vírus HIV. O ministério da Saúde resolve aplicar a vacina antes de ela ser amplamente testada, e uma campanha de vacinação em massa é realizada pelo governo. Depois de realizada a vacinação, você descobre, por meio de novos testes, que a vacina não é eficiente, mas a divulgação da notícia é proibida. Você é obrigado a se calar. Diante desse conflito, você resolve escrever uma página de seu diário, **relatando** os acontecimentos e **refletindo sobre** o seu papel no desenvolvimento das pesquisas científicas e sobre a verdade na ciência.”

Proposta B) “ O editorial, por veicular a opinião do jornal sobre assuntos da atualidade, quase sempre polêmicos, caracteriza-se como um texto de natureza argumentativa.

Você é o editor-chefe de um jornal de grande circulação nacional, que publicou uma notícia sobre o desvio de verba para a conta particular de um senador. A partir da denúncia do jornal, o senador foi julgado e teve o seu mandato cassado. Alguns meses passaram-se, e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) comprovou que houve um equívoco do jornal na demonstração dos valores, absolvendo, assim, o senador.

Por meio de um editorial, você deve discutir o acontecimento e suas conseqüências, mostrar ao leitor as razões da publicação da notícia, **justificando** a atitude do seu jornal, **questionar** e **tecer reflexões** acerca da questão da verdade na política e no jornalismo.”

Proposta C) “ A carta de leitor é um gênero da mídia impressa; um espaço destinado aos leitores que queiram emitir pareceres pessoais favoráveis ou desfavoráveis às matérias publicadas.

Faça de conta que você seja uma jovem francesa Marie-Léonie, que, ao ler, no jornal *Le Monde*, a notícia de que a agressão que sofrera havia sido uma farsa, decide escrever ao jornal a fim de esclarecer os acontecimentos ocorridos no trem. Você deve se **defender** das acusações divulgadas pelo jornal e **recorrer a argumentos** que

fortaleçam sua defesa e **que questionem** o princípio da verdade nas práticas desenvolvidas pelos veículos de informação de massa.”

Bronckart, (apud. MENEZES, 2002), propõe quatro tipos de discursos que se distribuem em dois eixos: o eixo do expor, em que se configurariam o discurso interativo, o teórico e a mistura dos discursos interativo e teórico e, no eixo do narrar, temos o relato interativo e a narração. Na prova do vestibular UFG/2005, estamos diante de três gêneros que implicam na produção de textos argumentativos, expositivos, explicativos e com relatos interativos. Trata-se, então, da elaboração de redações que envolvem os dois eixos, de acordo com a necessidade de cada gênero discursivo.

Sendo assim, as situações expostas nas três propostas devem ser explicitadas ao longo do texto do candidato. Como tentativa de identificação de indícios autorais nessas redações, partiremos da premissa de que um texto que satisfaça apenas exigências de ordem gramatical pode não comportar indícios autorais. Desse modo, o que nos interessa nessas redações são os enunciados produzidos nesses textos a partir de cada um dos três gêneros discursivos.

4.2 Analisando as redações do vestibular

Os elementos que analisaremos estão na ordem discursiva e, portanto, os textos precisam fazer sentido em acordo com o que se pede na prova de redação do vestibular. Três elementos em especial serão analisados como fundamentais para o exercício da função-autor pelo candidato: **dialogismo e polifonia** (como o candidato organiza as variadas vozes que compõe seu texto); **recursos argumentativos**, tais como ironia, citação, exemplificação, negação, depoimentos, dados, retrospectivas históricas etc. (que entendemos fazer parte do modo como o candidato constrói sua argumentação expondo seu posicionamento diante do tema); **uso da coletânea**, que, no nosso entendimento, pressupõe uma leitura crítica sobre o tema proposto (implicando o desenvolvimento da intertextualidade e interdiscursividade) que faz com que o candidato desenvolva melhores argumentos a fim de alcançar o efeito de sentido pretendido. Esses elementos constam na chave de correção da prova do vestibular da UFG/2005 (anexo).

4.2.1 – Indícios de autoria em redações da proposta A (Diário)

A polifonia e o dialogismo constitutivos da linguagem permitem que o candidato-autor constitua um texto repleto de vozes que lhes servem como força

argumentativa na tentativa de persuadir, de convencer seus interlocutores na defesa de suas convicções a respeito do tema proposto pela prova de redação. De acordo com Bezerra, p. (2006), com os processos dialógico e polifônico, há um cruzamento de vozes e valores que partem de diferentes pontos de vista os quais precisam coexistir. Essa movimentação de posições ideológicas ajuda ao candidato-autor no convencimento de seus interlocutores sobre a discussão temática da avaliação.

A posição do autor-candidato diante do gênero que ele se dispuser a produzir precisa de um mínimo de densidade o que, segundo Possenti (2002a), se representa na maneira como o produtor do texto caracteriza a situação a ser desenvolvida no texto. Portanto, o modo como o candidato relata os fatos, como constrói a sua argumentação e como expõe sua posição diante do tema fazem parte do desenvolvimento da autoria. Mas esse processo autoral precisa, ainda, da reciprocidade inteiramente nova entre a verdade de quem enuncia com a verdade impressa nas outras vozes que acompanham o locutor. Isso é possível ser verificado por meio da intertextualidade e interdiscursividade que o locutor organizará em sua redação, marcando a posição-sujeito que ocupa no momento em que produz seu texto.

Nas redações transcritas abaixo, os candidatos-autores iniciam seus textos, já no primeiro parágrafo, marcando a existência de um locutor que situa o leitor na situação de conflito em que se encontra. Os candidatos que escolherem a proposta A, devem desenvolver seu texto em primeira pessoa, visto que o gênero diário não permitiria outro tipo de locutor. A seguir, faremos a transcrição de três redações elaboradas a partir da proposta A (Diário) e, posteriormente, analisaremos os aspectos autorais propostos acima. Para fins práticos, faremos referência às redações, sequencialmente, como texto1, texto2 e texto3.

- Texto1

Interesses políticos

Os acontecimentos recentes proliferam minhas preocupações quanto ao bem estar populacional e me fazem indagar sobre a minha verdadeira função social. Desde que me interessei pelas atuais pesquisas, tinha como maior motivação a sensação de estar fazendo algo que viesse a enjaular uma das “epidemias pandorianas” da atualidade.

Trabalhei incansavelmente pelo que eu acreditava ser um grande feito, mas o Alto Governo, maior financiador das pesquisas, ao saber dos resultados primários, viu em meu trabalho um grande trunfo eleitoral.

As primeiras amostras de eficiência da vacina contra o vírus HIV se deram um ano antes das vésperas eleitorais para presidência. Os Agentes do Ministério da Saúde trataram logo de organizar uma abrangente campanha de vacinação em todo o país, e mesmo que eu tenha alertado quanto a imaturidade das pesquisas e riscos que uma ação precipitada, como a que o Governo adotou, poderia repercutir, ainda assim mantiveram a execução do projeto.

O que mais me preocupa são os resultados dos últimos testes que revelam a ineficácia da vacina. Levei os resultados ao ministério da Saúde, que me proíbe de trazer a informação ao conhecimento público, pois fazer seria dar uma imagem negativa a re-candidatura do presidente, o que evidentemente contraria seus interesses. Esses chefes governamentais parecem preferir enfrentar os agravados resultados que minha ineficiente vacina pode e provavelmente causarão a perderem seus altos cargos públicos.

Me sinto usado como uma terrível ferramenta, autor do que virou uma mentira que arruína toda a minha integridade proficional, testemunha das atrocidades que o mundo político é capaz de realizar para atingir interesses pessoais.

- Texto2

Os riscos de uma “verdade”

Encontro-me em uma situação catastrófica e desesperadora. Não tenho a quem recorrer. Mesmo não sendo o meu desejo, tenho que assistir calado a tudo o que está ocorrendo. Sei que muitas vidas estão agora em minhas mãos e só agora compreendo o mal que pode causar uma falsa verdade. Mais ainda quando é proferida por um dito “cientista renomado e competente” como eu. Mas agora vejo que me enganei ao me permitir pensar assim, me ver assim.

Não há verdade que seja absoluta e incontestável. Sempre acreditei nesse princípio, mas receio que conhecer as ciências tenha me tornado alheio a razões pré-estabelecidas. Sei que crer demais nestas leva ao atrofiamento das idéias e ao comodismo; aprendi isto ao ver que grandes cientistas como Eisten e Newton somente se destacaram por não se contentarem com o que eram as verdades de seu tempo. Eram revolucionários em seus campos!

E por quê todos não pensam assim? Por quê quase todos se contentam com o que lhes é imposto? Talvez porque possa ser arriscado criar novas verdades...agora vejo isso; agora que sou responsável por uma (falsa) verdade de conhecimento público; agora que não haverá prevenção já que supostamente a vacina que criei é a tão esperada cura para a AIDS! Não vejo saídas, pois as descobertas da ciência são tão difíceis de contestar... e ainda mais quando anunciam benefícios tão esperado!

Na realidade, a verdade na minha descoberta foi aceita com tanta facilidade por ter-se constituído num contexto geral de preocupação quanto à AIDS. Eu me pergunto: se não houvesse tantos contaminados, se estes não fossem tão dispendiosos e incômodos para a rede pública, seria, nessas condições, a minha descoberta aceita com tanta rapidez e até certa voracidade? Não teriam feito todos os testes necessários? O que vejo agora é que o que é ou não verdade, depende do contexto geral e dos detentores do poder e da informação. É nesse meio que a verdade transmitida, sendo de um modo ou de outro, de acordo com os parâmetros dentro dos quais ela é analisada.

Minha falsa cura foi difundida pelos órgãos do governamentais, que mesmo cientes de sua ineficiência posteriormente, e da gravidade disso, continuam calados e me forçam a fazê-lo também, mas terei que contrariá-los. A verdade pode ser muito

perigosa e agora arriscarei minha vida para revelá-la finalmente. Ainda não sei como, mas é necessário que seja em breve.

Agora vejo que os cientistas, além de impor novas verdades, deveriam antes de tentar saber mais sobre o que é a tal verdade e quais suas conseqüências. Parece óbvio, mas a própria obviedade não passa de uma perigosa verdade, que é o nosso cotidiano conformismo.

- Texto3

Descobri a verdade!

A descoberta feita por nosso grupo no dia 12 de dezembro de 2004, foi aparentemente, a maior do século. Foi testado e aprovado pelo grupo de pesquisas que o antígeno age de forma eficaz ao combate contra o vírus HIV. Vários testes em laboratório foram realizados, mas não ainda em uma escala que confirme sua ação total. Como a pesquisa é mantida pelo Ministério da Saúde, o líder do mesmo ordenou uma vacinação em massa de toda a população, e acompanhados os resultados.

Após três meses à vacinação, verificou-se através de dados estatísticos que não havia total ação do antídoto contra o vírus. Estes dados foram proibidos de serem revelados.

Por ser um órgão que tem função de cuidar da saúde das pessoas, estar pronto a atendê-las quando precisarem, deveria-se agir com bom senso, e ter o teste confirmado em cobaias. A intenção do órgão não foi resolver problemas, mas de mostrar falsas preocupações com o humano. Os pesquisadores são mantidos de forma precária, sem suporte técnico e material, e ainda assim com uma imagem irreal e mentirosa.

Temos convicção de nosso trabalho. Descobrimos com a ciência e através da ciência. O homem muda a verdade da ciência, mas a verdade não muda o homem.

O conflito instaurado logo no primeiro parágrafo do texto1 mostra ao leitor a existência de um locutor que participa ativamente da vida social do país. Além disso, dá indícios aos leitores de que algo estranho e inesperado aconteceu, mudando sua vida. Cria a expectativa de que toda a confusão será mostrada ao longo do texto. A voz que enuncia foi caracterizada pelo candidato-autor como um cientista que acaba de se envolver num engano terrível e escreve em seu diário a angústia que vive, assim como foi solicitado pela prova. A voz do locutor revela o lugar sócio-discursivo em questão, expressando, ao mesmo tempo, um conjunto de outras vozes integrantes dessa realidade social: um cientista preocupado com o bem da população, com as descobertas no avanço da ciência médica, marcando a posição-sujeito do autor. Os elementos culturais, as crenças construídas socialmente sobre quem são os médicos-cientistas, suas preocupações e responsabilidades estão presentes ao longo do texto.

Nesse primeiro parágrafo, o locutor mostra quem ele é, inscrevendo-se no lugar de cientista, iniciando seu relato conforme orientação da proposta (grifos do candidato-autor): “Desde que me interessei pelas atuais pesquisas, tinha como maior motivação a sensação de estar fazendo algo que viesse a enjaular uma das “epidemias pandorianas” da atualidade”. Inicia-se, portanto, um processo de reflexão do papel de cientista apontado como mola propulsora da proposta A.

Ao usar o termo “epidemias pandorianas”, o candidato-autor se mostra atento ao que discursivamente ele aspira, extrapolando a coletânea. A referência ao mito de Pandora, que ao abrir o recipiente proibido espalha por toda a humanidade os mais terríveis males, configura a AIDS como um grande mal que o mundo enfrenta.

Alem disso, demonstra certo conhecimento do léxico que encontramos na classe médica, visto que aos sujeitos que ocupam o lugar discursivo de médico implica uma série de enunciados que representam esse lugar social, dando evidências de que o sujeito entrou na ordem discursiva desejada pela proposta, FD médica. Ao mesmo tempo, mobiliza o discurso das histórias clássicas (o mito da Caixa de Pandora), chamando seus interlocutores à atitude responsiva de leitor que deve acionar sua memória discursiva para compreender o quê e como uma formação discursiva pode se relacionar com outra. O candidato poderia ter dito simplesmente que a AIDS é uma doença que não tem cura e que tem se transformado numa grande preocupação social desde o seu surgimento. Ao contrário disso, ele usa “epidemias pandorianas”, fazendo um apelo à memória de seus interlocutores para a compreensão da gravidade da doença e marcando a interdiscursividade presente em seu texto.

Esse enunciado, assim como todo e qualquer outro, não é neutro e, tampouco, independente de suas condições de produção, ou seja, a ordem ideológica defendida pelo locutor de que os cientistas representam socialmente o discurso da verdade, especialmente no caso de doenças, encontra força argumentativa na memória social do povo ocidental. Para Pêcheux (1999, p. 52), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que a leitura necessita”, ou seja, uma remissão ao real histórico é fundamental para que possamos produzir textos cujos sentidos podem ser compartilhados entre interlocutores. Historicamente somos levados a dar valor de verdade aos discursos médicos, visto que vivemos em uma sociedade centrada em tais valores e, portanto, esse locutor, constituído como sujeito dessa/nessa sociedade, está afetado por esses valores. Sendo assim, o jogo enunciativo elaborado pelo candidato-

autor coloca-o em uma posição de sujeito do seu próprio discurso e, também por essa razão, exerce a função autor.

O argumento de que a vontade do locutor era a de realizar um trabalho científico voltado para o social, de enfrentamento das doenças como forma de auxílio à humanidade, está em acordo com o desdobramento do texto, pedido pela proposta A. O ministério da saúde e todo o governo o corrompe, cerceia-o e, por isso, ele se cala, o que ratifica a dependência dos sujeitos às relações de poder que se engendram às práticas humanas: “Trabalhei incansavelmente pelo que eu acreditava ser um grande feito, mas o Alto Governo, maior financiador das pesquisas, ao saber dos resultados primários, viu em meu trabalho um grande trunfo eleitoral”. A manobra discursiva demonstra que o candidato-autor leu a coletânea, pois que encontramos nas mesmas uma ligação entre o poder público e as pesquisas científicas realizadas, situação mostrada na redação: qual o papel da ciência, dos cientistas-pesquisadores e as influências da política, especialmente brasileira, no processo de produção de conhecimento (por exemplo, cura de doenças) e o quanto economia, política, saúde pública, poder e verdade podem se emaranhar.

Essas condições de produção revelam uma imagem elaborada pelo candidato a respeito do locutor e da história sócio-discursiva que envolve toda a problemática que a redação deve abordar. Imagem esta que, segundo Pêcheux (1999) opera como memória social que depende de um programa de leitura, repetição e reconhecimento para existir.

Nos parágrafos seguintes, o locutor vai desvelando seu conflito, quem o causou e o porquê da sua situação desesperadora, revelando aos leitores que tem o que dizer, para quem dizer e responsabilidade sobre o que diz. Tudo isso está em consonância com o que pede a proposta escolhida pelo candidato-autor e, sendo assim, segue a linha argumentativa incitada desde o primeiro parágrafo do texto. Na seqüência textual¹¹, temos uma discussão temática que se propõe desde o título: “interesses políticos”, seguindo essa linha argumentativa ao longo da redação.

O cuidado que o candidato tem em modalizar seu discurso também demonstra que ele aceita o pacto com a instituição e com seu locutor cientista, visto que a escolha desses modalizadores deixa as afirmações no plano das possibilidades não realizadas, poupando o locutor da assumência de um problema do qual ele se sente culpado, desviando a responsabilidade aos interesses políticos: “mesmo que eu tenha alertado...”; “seria dar uma imagem...”; “ poderia repercutir...”. Relembrando Gregolin (2004a), a partir de sua leitura de Foucault (2004a), a função-autor se define, também,

através de operações específicas e complexas que dizem respeito a todo procedimento de controle que alcançam os discursos e interferem na produção de textos. Sendo assim, o candidato, está submetido a certas coerções. Ele não pode, por exemplo, fazer afirmações categóricas que denigrem a imagem do poder público, mas se sente seguro ao colocar na voz do cientista as atrocidades que o universo da política é capaz de realizar.

Localizamos na redação nº1 uma produção imaginária que se posiciona em relação aos papéis sociais do governo e do cientista. A apresentação, por meio da coletânea, desses dois enfoques ideológicos dá uma idéia geral dessas representações que servem como sustentação dessas opiniões. Além dessas duas instâncias ideológicas, encontramos também a imagem que socialmente construímos do papel da mídia na sustentação de verdades sociais: “Levei os resultados ao ministério da Saúde, que me proíbe de trazer a informação ao conhecimento público, pois fazer seria dar uma imagem negativa a re-candidatura do presidente...”. O candidato-autor, inserido numa sociedade formada por relações hierarquizadas, sustentadas pelos poderes em circulação nesses diferentes lugares sociais, se vale dessas estruturas para dizer o que diz, do lugar que diz, embasado pelo imaginário social dessas representações que são, por sua vez, resultados das relações do poder. Retomando Geraldi (1995, p. 160), o candidato, assume a responsabilidade sobre o que diz e, dessa forma, constitui-se como enunciador enquanto sujeito do que diz para quem diz.

Isso se reflete pela tentativa que o vestibulando faz de se situar na posição-sujeito cientista, pois ao seguir todo o comando da prova e se posicionar ideologicamente no que nossa sociedade entende como o papel de um cientista, o candidato-autor demonstra o jogo imagético que constrói ao longo de seu texto: “Me sinto usado como uma terrível ferramenta, autor do que virou uma mentira que arruína toda a minha integridade profissional, testemunha das atrocidades que o mundo político é capaz de realizar para atingir interesses pessoais”. Segundo Oliveira (2004, p. 23),

se essas possibilidades do dizer são determinadas ideologicamente, o sentido necessariamente encontra-se aí vinculado. Isto é, aquilo que é dito muda de sentido ou adquire outro sentido de acordo com as posições inscritas em determinada formação ideológicas.

Existe, portanto, uma íntima relação entre os sentidos e a FD sob a qual o discurso se realiza, pois que elas são responsáveis pela constituição dos sentidos. Diante disso, é possível afirmar que o gênero sob o qual o discurso é realizado, deve ser

considerado ao analisarmos o exercício da função autor, visto que o sentido produzido pelos enunciados é entendido a partir da posição que o locutor ocupa ao produzir seu texto.

Arriscamo-nos a dizer que o texto¹ acaba por representar um contexto social mais amplo, já que o candidato-autor apresenta uma imagem dos cientistas preocupados com sua “função social”, “com o bem estar populacional”, mas que o faz pensando na sua própria ascensão como pesquisador, pois o que o motiva é o fato de estar fazendo algo que “acreditava ser um grande feito”. De acordo com Foucault (2004a), essas relações circunscrevem, na história, os poderes, saberes e suas ordens, que proíbe certos enunciados e que, por essa razão, nos “obriga” a seguir certos sistemas de referências. Nessa redação temos, portanto, retomadas de pontos de vista diferentes com relação ao tema proposto pela prova, configurando opiniões correntes a propósito dos políticos e suas práticas de poder sobre outras instâncias sociais, dialogando com outras ações de vontade de verdade que se instauram a partir do lugar social que ocupam os sujeitos.

A imagem do cientista que esse candidato possui está representada ao longo de seu texto como a voz científica que diz a verdade e, sendo assim, é desse lugar ideológico que o candidato enuncia. Segundo Foucault (2003), as verdades construídas em uma sociedade estão ancoradas às relações de poder que regulam os homens e suas práticas discursivas cotidianas. O candidato-autor mostra, do ponto de vista do locutor em questão, que a verdade política é a única incontestável, visto que o poder de dizer essas verdades não está nas mãos dos cientistas; a verdade está sempre submetida aos interesses políticos e econômicos; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante: “...mesmo que eu tenha alertado quanto a imaturidade das pesquisas e riscos que uma ação precipitada, como a que o Governo adotou, poderia repercutir, ainda assim, mantiveram a execução do projeto”.

No caso específico do gênero diário, em que o locutor fala a si mesmo, os lugares de locutor e interlocutor se misturam e, portanto, as imagens das posições dos mesmos se confundem. Dizendo a si mesmo, o locutor acaba por colocar os acontecimentos no plano do agora, não distanciando em demasia os acontecimentos vividos do momento em que produz o texto: “O que mais me preocupa são os resultados dos últimos testes que revelam a ineficácia da vacina. Levei os resultados ao ministério da Saúde, que me proíbe de trazer a informação ao conhecimento público...”.

Finalmente, encontramos nessa redação uma unidade discursiva necessária para estar em acordo com as instruções da prova do vestibular, aceitando a ordem

institucional controladora desses sujeitos e desses discursos. O texto contempla o que neste trabalho estamos chamando de gênero redação do vestibular, pois segue às instruções da prova, sem perder de vista o gênero diário, visto que o vestibulando assume as “máscaras” de candidato e de cientista, traça o perfil de seu locutor no plano discursivo da representação e, estrategicamente, realiza sua “atividade estética”. O “fio condutor” desse texto está em o candidato-autor mobilizar os desdobramentos imagéticos, saber-se inserido em uma situação sócio-histórica específica e responder ao que ideologicamente se constrói hoje em nossa sociedade sobre o papel do cientista brasileiro, dos nossos políticos e da população brasileira nas relações de poder.

Os dispositivos de indícios autorais, exemplificados acima no texto1, também são utilizados no texto2. O título da redação dá efeito de unidade discursiva – “os riscos de uma ‘verdade’” –, que se configura inicialmente, no texto2, pela atitude perturbadora do cientista em escrever em seu diário, de modo categórico, que está passando por uma situação “catastrófica e desesperadora”.

No primeiro parágrafo do texto, o locutor revela a imagem que o candidato-autor faz de um cientista cercado por uma responsabilidade de dizer verdades que interferem diretamente nas vidas humanas: “Sei que muitas vidas estão agora em minhas mãos e só agora compreendo o grande mal que pode causar uma falsa verdade. Mais ainda quando é proferida por um dito ‘cientista renomado e competente’ como eu”. Essa imagem de “cientista renomado e competente” é deslocada a outra instância nos dizeres seguintes, pois que o locutor passa a se ver como ser humano que, ao ocupar a posição social de cientista, esquece de sua condição de sujeito controlado e cerceado pelas relações de poder que o constituem e o controlam: “Mas agora vejo que me enganei ao me permitir pensar assim, me ver assim”.

Segundo Baronas (2001), para que haja o efeito autoria, é fundamental que o sujeito do discurso se inscreva na ordem do enunciável, dentro das possibilidades de ações verdadeiras à época em que se situa. O autor do texto2 consegue, coerentemente, organizar as imagens diferentes que produz da posição-sujeito do locutor. O que poderia se configurar como uma contradição, visto que o discurso científico e as instituições que o produzem configuram as verdades elaboradas socialmente, aparece como um modo contundente de argumentação do locutor em sua própria defesa, pois independente da posição que os sujeitos ocupam socialmente, o equívoco é permitido, especialmente quando os enganos são construídos coletivamente. Esse é o caso das veracidades científicas que, por razão do poder concedido socialmente de criar e validar verdades,

envolve a todos: “Sei que crer demais nestas leva ao atrofiamento das idéias e ao comodismo”.

De acordo com Possenti (2002a), um dos recursos disponíveis para mencionarmos outros discursos, em qualquer desenvolvimento enunciativo, é fazê-lo através de um léxico que implique, invariavelmente, na avaliação do próprio autor. No texto², o autor menciona dois grandes cientistas que mudaram a história da humanidade para comprovar não só a competência de seu locutor como conhecedor dessas verdades científicas, como também para demonstrar seu conhecimento de mundo na posição de candidato à vaga na universidade. Ao afirmar que “Einstein e Newton somente se destacaram por não se contentarem com o que eram as verdades de seu tempo”, o discurso do autor deixa de pertencer somente a si e passa a fazer parte do universo sócio-cultural humano, o que reflete o atravessamento discursivo de outros em um mesmo discurso. O que fica do autor, portanto, é o modo como esse enunciado foi organizado.

Além disso, na ânsia de produzir argumentos em defesa do locutor do qual se investe, sabendo-se institucionalmente direcionado, tanto pelas regras da prova de vestibular quanto pelas regras sócio-discursivas, insere em seu texto grandes nomes do universo científico humano para validar sua posição em relação à temática, colocando o locutor como um pesquisador que segue aos mesmos princípios que os cientistas citados: “Eram revolucionários em seus campos! E por quê todos não pensam assim? Por quê quase todos se contentam com o que lhes é imposto? Talvez porque possa ser arriscado criar novas verdades...agora vejo isso”. Verificamos que o locutor, que se mostra anteriormente ingênuo quanto aos riscos de sua profissão, após sofrer os percalços do ofício, enxerga a ousadia de ser pesquisador. Mas essa ingenuidade não se apresenta como algo negativo. Interessante observar que há, nessa passagem, um movimento de subversão quanto ao sentido do enunciado: esse locutor prefere correr riscos criando novas verdades do que contentar-se com o que se impõe como verdade, pois isso o torna um revolucionário, tal como os cientistas citados.

Nessa articulação há um deslocamento que permite estabelecer novos limites para as zonas de sentido em que tais elementos se inscrevem. Todo esse processo argumenta em favor do locutor, em prol de sua defesa quanto ao problema que enfrenta e da sua competência enquanto cientista. Essa filiação histórica, que determina todo um processo de identificação na relação sujeito/sentido, é entendida por Pêcheux (1990b, p. 56) na medida em que o discurso “constitui ao mesmo tempo um efeito

dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida”.

Seguindo a linha argumentativa, o locutor insere outras vozes em seu diário, que nos permite afirmar o dialogismo presente no texto: “se não houvesse tantos contaminados, se estes não fossem tão exendiosos e incômodos para a rede pública, seria, nessas condições, a minha descoberta aceita com tanta rapidez e até certa voracidade?” Nesse trecho, o locutor dialoga com as instâncias sócio-políticas e econômicas para dar vazão à sua argüição.

Defender um posicionamento dialético em relação ao tema proposto pela prova, requer dos candidatos um movimento da posição-sujeito que ocupam quando enunciam, mostrando diferentes posições-sujeito que podem ocupar e as relações de poder a que se submetem: “O que vejo agora é que o que é ou não verdade, depende do contexto geral e dos detentores do poder e da informação. É nesse meio que a verdade transita, sendo de um modo ou de outro, de acordo com os parâmetros dentro dos quais ela é analisada”.

Percebemos que a responsabilidade sobre a “(falsa) verdade” a qual o locutor se refere, tornou-se um problema a partir do envolvimento do governo, que representa o poder maior, tentando, desse modo, se destituir da possível culpa que o locutor sente em relação ao problema: “Minha falsa cura foi difundida pelos órgãos governamentais, que mesmo cientes de sua ineficiência posteriormente, e da gravidade disso, continuam calados e me forçam a fazê-lo também, mas terei que contrariá-los. A verdade pode ser muito perigosa e agora arriscarei minha vida para revelá-la finalmente. Ainda não sei como, mas é necessário que seja breve”.

O locutor demonstra certa ingenuidade com relação aos poderes que se estabelecem na sociedade, ao dizer que irá arriscar sua vida para divulgar a verdade que comprovou em suas pesquisas. Essa possível ingenuidade revela a voz do sujeito candidato ao vestibular e sua ideologia de revolucionário, contestador, ignorando a força dos poderes e das lutas que singularizam os indivíduos. Sem perceber, o candidato-autor, na ilusão de domínio absoluto dos sentidos, produzida pelo atravessamento ideológico ao qual estamos submetidos, sai da FD científica e instaura um novo efeito de sentido, projetando-se fora do imaginário do cientista. A voz que enuncia se modifica, o locutor coloca-se fora do grupo do qual faz parte: “Agora vejo

que os cientistas, além de impor novas verdades, deveriam antes tentar saber mais sobre o que é a tal verdade e quais as suas conseqüências”.

Conseguimos observar que o candidato-autor conhece as regras discursivas de sua língua, bem como as regras do mundo do “faça de conta que...”, que revelam o imaginário do sujeito exposto às injunções sócio-históricas e à normatividade institucional. As manobras discursivas realizadas confirmam um sujeito-candidato ancorado num discurso fluente e verossimilhante que segue o caminho delimitado pela prova de redação (vontade de verdade instaurada pela instituição, a partir das regras da prova), constituindo-se, assim, como autor.

No texto³, ainda elaborado a partir do gênero diário, temos uma abordagem temática diferente dos dois primeiros textos analisados. O vestibulando se inscreve no discurso da verdade como sendo incontestável, não promovendo a dialética proposta pelo tema e apresentada ao longo de toda a coletânea. É possível verificar que o candidato deixa a discussão sobre o tema ancorada na proposta temática, ocultando as vozes nela presentes: o papel da mídia na produção de verdades; as relações de poder entre cientistas, políticos e sociedade; como a comunidade enxerga o papel da ciência na produção de conhecimento etc.

Os leitores do texto não são esclarecidos quanto aos detalhes da confusão social (que mal à humanidade pode causar a manutenção da “mentira”) e pessoal (questões éticas do cientista) causada pela produção de uma falsa vacina. Faz-se necessário que o candidato demonstre certo conhecimento do universo discursivo dos cientistas, de outros discursos sobre o tema, de uma memória social ativa sobre os universos envolvidos na discussão da proposta A: os fatos divulgados parecem não contemplar as possíveis imagens que o candidato ao vestibular deve realizar para se investir da posição-sujeito cientista, apenas relatando os acontecimentos. Mesmo que o gênero diário permita menores referências no que tange aos detalhes de uma discussão, existe a necessidade de um diálogo consigo mesmo que pressupõe a abertura a outras vozes no discurso produzido, mostrando aos leitores do texto, configurada especificamente na banca corretora, suas reflexões a respeito do tema da prova.

O locutor do diário, estando fora das redes controladoras das instituições e da vida pública, por escrever a si mesmo, tem uma relativa liberdade em assumir posições sócio-discursivas variadas. Espera-se desse diarista, que a ordem discursiva institucionalizada seja alcançada. Isso pressupõe que o candidato use os mecanismos das FIs para atender às necessidades básicas na produção de qualquer texto. Segundo

Geraldi (1995, p. 160), conforme explicitado no capítulo 3 deste trabalho, existem cinco condições essenciais para produzirmos um texto: ter o que dizer, ter uma razão para dizer o que se tem a dizer, ter para quem dizer o que se tem a dizer, responsabilidade sobre o que se diz, constituindo-se assim como enunciador enquanto sujeito do que diz para quem diz e, finalmente, escolher estratégias para realizar todos os processos anteriores.

O texto³ não acentua o conflito proposto pela prova, deixando o leitor na expectativa de que posição esse locutor ocupa quanto à problemática do tema. Mesmo que o candidato não tenha antecipadamente nenhuma posição concreta a respeito da discussão temática ou sobre o lugar sócio-discursivo do locutor, os textos que compõem a coletânea dão suporte para especulações sobre essas questões. Isso significa, ao nosso ver, que o candidato não leu ou fez uma leitura ingênua da coletânea. Seguindo as considerações de Geraldi (1995, p. 166), o trabalho com a leitura é fundamental para atingir as condições essenciais na produção de textos, especialmente em dois sentidos: “[...] de um lado ela incide sobre ‘o que se tem a dizer’, pela compreensão responsiva que possibilita, na contrapalavra do leitor à palavra do texto que se lê; de outro lado, ela incide sobre ‘as estratégias do dizer’ de vez que, em sendo um texto, supõe um locutor/autor”.

De acordo com a chave de correção (ver anexo), para que uma redação possua indícios autorais, alcançando nota 6 (seis) no quesito tema, basta que o candidato faça considerações que sigam apenas uma das linhas temáticas (divergente ou convergente), não sendo necessário que ele desenvolva dialeticamente o tema proposto. Em contrapartida, é necessário que o vestibulando use as informações da coletânea a fim de mostrar-se leitor atento aos pressupostos e subentendidos da mesma. Isso implica na leitura que esse candidato faz, não só do tema e das propostas, mas também da coletânea.

Uma leitura crítica da coletânea sugere que o candidato faça citações, paráfrases e identifique os pontos de vista presentes nesses textos de apoio. No caso da prova do vestibular que analisamos (ver anexo), encontramos 9 (nove), entre os 10 (dez) fragmentos de suporte temático, que apontam para uma reflexão dialética do tema. O que percebemos no texto³ é que o candidato não mobiliza, em nenhum momento da escritura de seu texto, essa coletânea para a construção argumentativa que propõe, deixando sua redação exclusivamente na ordem do relato. Isso se reflete desde o título da redação: “Descobri a verdade!”. Ao longo do texto, o candidato segue a vertente: o governo, representado pelo ministério da saúde, não está preocupado com a população,

tampouco com as pesquisas científicas e os cientistas-pesquisadores, nos quais o locutor não se insere, não têm suporte técnico e financeiro para desenvolver seus estudos com maior eficácia. A voz que relata os fatos não é a do personagem cientista; não há distanciamento necessário entre o sujeito candidato ao vestibular e a “máscara” de cientista da qual o vestibulando deve se investir para produzir um texto sob a égide da proposta A.

Por todas essas questões, entendemos que o texto³ não marca a posição do autor. Sem embarcar na perspectiva imagética, torna-se impossível que o produtor de um dos gêneros discursivos pedidos pela prova de redação UFG/2005 atinja seus interlocutores e, portanto, alcance o efeito de sentido pretendido. Nas palavras de Possenti (2002 a, p. 118-9 – Grifos do autor), “Pode-se dizer que alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não) fundamentalmente duas atitudes: *dar voz a outros enunciadore*s e *manter distância em relação ao próprio texto*”. Isso implica no desenvolvimento de um locutor cuja posição está marcada em relação ao que diz e em relação a seus interlocutores, dando voz explícita ou implicitamente a outros, incorporando ao texto discursos correntes sobre o tema que a ser discutido.

4.2.2 – Indícios de autoria em redações da proposta B (Editorial)

Nas redações seguintes, temos textos elaborados a partir da proposta B (Editorial). Os candidatos-autores, neste caso, se inscrevem na ordem discursiva jornalística partindo, sempre, da discussão principal, pedida pela proposta: tecer reflexões sobre a verdade na política e no jornalismo. Sabemos que o texto jornalístico possui características específicas definidas: encontramos, normalmente, textos informativos sobre os mais variados assuntos que estão em pauta na sociedade. Como produção e veículo de informações, os variados gêneros que compõem a mídia impressa são desenvolvidos, especialmente, por elementos da ordem do expor. Portanto, a força argumentativa tem um peso enorme na tentativa de esclarecer aos leitores, a partir do convencimento, sobre os temas abordados e discutidos nos jornais e revistas.

O discurso jornalístico é fonte que espelha parte dos conflitos da sociedade, da contemporaneidade. Lugar de disputas, que muitas vezes transparecem no texto, na edição e outras vezes, não. Por maior controle que se faça do discurso midiático na tentativa de alcançar uma neutralidade, as ideologias aparecem, pois, sendo esse discurso expressão de relações de poder é, por isso mesmo, lugar de resistência, de “insubmissão da liberdade” (Foucault, 1995, p. 236).

O editorial, particularmente, veicula a opinião do jornal ou revista sobre um assunto especial de cada edição. Sendo assim, nesse gênero não encontramos a opinião de um jornalista ou do editor chefe dos mesmos, mas a posição ideológica do meio de comunicação frente aos assuntos abordados. Os créditos das informações publicadas nos editoriais ficam a cargo do jornal como empresa.

Segue, abaixo, os três textos que analisaremos (ver cópia em anexo). Da mesma forma que nas análises anteriores, chamaremos de texto1, texto2 e texto3, sequencialmente, as redações que discutiremos a seguir.

- Texto1

Em qual verdade você acredita?

A verdade jornalística pode não se constituir de uma verdade absoluta, inquestionável, no entanto ela sempre passa pelo crivo da dúvida perante o público leitor e crítico. Diferente disso, a verdade política é carregada de corporativismo e de uma onisciência que beira a sabedoria divina.

O mais importante na construção da verdade é o debate. É dele que se propõem teorias, hipóteses e teses. Como a realidade é dialética, contraditória, segundo Karl Marx, a verdade também o é. É nessa perspectiva que se deve analisar o caso do Senador que teve seu mandato cassado e depois restituído pelos seus correligionários. O jornal que veiculou a notícia de desvio de verba, para a conta do referido parlamentar, assim o fez por julgar necessário o conhecimento dos eleitores da suspeita transação econômica. A verdade política, bem menos inquestionável do que a jornalística, veio à tona e absolveu o político. E por quê?! As justificativas devem aparecer assim como as suspeitas.

O jornal, transmissor das notícias acerca do Senador, pode até se desculpar pela talvez imprecisão ou imperícia das denúncias, mas jamais pela falta de coragem e de postura questionadora diante de indícios tão graves. Afinal, eles (os Titãs Políticos) são eleitos por nós. Na campanha eleitoral, são bastante questionados sobre seus projetos, mas pouco sondados durante a execução das mesmas. Cabe à mídia, responsável, fiscalizar o cumprimento de tais promessas.

A notícia tem como objetivo levar a realidade dos fatos à sociedade, bem como suas contradições internas e inerentes, e nesse contexto, deve aparecer o debate racional como fonte de comprovações ou reprovações das verdades estabelecidas. As verdades estão submetidas aos interesses econômicos e políticos, mas nenhuma dessas estruturas podem ser impermeáveis aos contínuos questionamentos e julgamentos da sociedade inserida neste ambiente; e este jornal estimula e não teme o julgamento crítico e comprobatório de qualquer instituição ou instância social.

- Texto2

Qual é o “Segredo de Bonzo”?

Discutir a veracidade da verdade. Por mais paradoxal que possa parecer, a verdade pode nem sempre ser verdadeira. A ciência, as universidades, a mídia, os políticos, quem é o dono da verdade? Existe alguém com tal posse ou cada um, frente

aos seus próprios valores, constrói a sua verdade? “Uma mentira contada mil vezes torna-se uma verdade”. Não existe portanto verdade absoluta. Existem interpretações variadas sobre um mesmo assunto. Aquela que for mais interessante veiculada nos meios de informação comporta-se como a mais verdadeira das verdades. Veracidade e poder estão, portanto, intimamente ligados por uma relação indissociável.

O jornalismo exerce importante papel social, levando a público acontecimentos e fatos que alteram o cotidiano das pessoas, fazendo-as pensar e refletir sobre os mesmos. As fontes jamais são citadas, visando preservá-los, porém são inerentes à informação jornalística. Um meio de comunicação de responsabilidade jamais veicula informações ao acaso. O caso do Senador acusado de desvio de verba pública não foi, portanto, fruto de irresponsabilidade por parte do jornal e sim da relatividade instaurada acerca das informações. A verdade mostrada neste jornal foi alterada segundo interesses das classes políticas vinculadas ao Senador. Como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) provou a inocência do mesmo? Existem provas ou produziram-nas?

Machado de Assis, em pleno século XIX, no conto “O Segredo de Bonzo”, questiona a existência da verdade absoluta. Fica evidente no conto, que o poder de persuasão é fundamental para se convencer alguém de que algo é verdade. Partindo-se desse princípio, observa-se como ocorre a estruturação da política. Esta baseia-se no poder de argumentação, de convencimento de uns sobre os outros. As pessoas, dessa forma, acabam por perder a sua subjetividade individual ao aceitarem a imposição da verdade política sobre a individual. Como não achar então que as informações que inocentam o Senador forma manipuladas, visto que a política baseia-se na “elaboração” de verdades que buscam um interesse econômico ou político comum?

Não se pode, dessa forma, analisar um fato isoladamente e julgá-lo como verdadeiro ou mentiroso. A verdade não se comporta como algo absoluto, inequívoco ou imutável. Ao longo dos séculos, a manipulação de informações, os fatos mostrados de acordo com interesses específicos, construíram e destruíram civilizações. A dominação de uns sobre os outros encontra suas bases na relativização da verdade, a qual varia em função de diferentes momentos e lugares. O “Segredo de Bonzo” consiste justamente no poder de argumentação, que é capaz de convencer as massas, mostrando uma verdade supostamente absoluta.

- Texto3

Alguém é dono absoluto da verdade?

Há alguns meses denunciemos neste jornal as evidências do caso de um desvio de verbas públicas para a conta particular de um senador, que ao ser julgado teve seu mandato cassado. No decorrer da história uma CPI afirmou que houve um equívoco do jornal na demonstração dos valores, absolvendo, assim, o senador.

É fato que, como editor-chefe do jornal, não sou (e ninguém o é) dono absoluto da verdade. Talvez tenhamos deixado a desejar no quesito da “tarefa contínua de melhorar ao máximo o controle de qualidade”, do qual afirma o jornalista da Carta Capital, ser responsável todo especialista.

Segundo Rubem Alves, todo bom cientista e profissional deve buscar evidências contrárias à sua teoria para descobrir o novo, e o estamos fazendo. Todavia, devemos lembrar-lhe que muitas vezes a verdade pode ser construída de acordo com os interesses de uma elite manipuladora. É como afirma M. Foucault: “a verdade está

submetida a uma constante incitação econômica e política” e “é produzida e transmitida sob o controle...de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos”.

Muitas vezes a mídia comete “deslizes” e “fabrica” notícias, como afirma o ministro Luiz Gushiken, contudo, indago a você, nosso leitor, se nesse caso relatado sobre o desvio de verbas, a verdade não poderia estar sendo comprada, fabricada, através dos interesses políticos e poderes econômicos, e sendo transmitida por grandes aparelhos políticos?

Por esse motivo peço a você, leitor com senso crítico, que não deixe ser alienado por “verdades fabricadas”. Que reflita sobre a exatidão dos fatos, até onde vai a integridade dessa verdade, se tem sido uma representação fiel ou contraditória.

Publicamos o acontecimento a fim de, com nosso dever de bons jornalistas, informar à população sobre o que tem acontecido com as verbas públicas, e como conseqüência tivemos a grande repercussão nacional. Agora cabe a você julgar a realidade. Minha esperança é que a verdade sempre vem à tona.

O texto1 segue um plano argumentativo que comunga completamente com o que se pede na proposta B: um jornal deve se explicar ao público leitor, sob forma de editorial, discutindo o acontecimento, mostrando as razões e as justificativas da publicação de uma matéria que denunciava o senador por corrupção.

Podemos encontrar na redação nº 1 um conflito permanente sobre a verdade na política e a verdade no âmbito jornalístico, ambos pedidos pela proposta B: “a verdade jornalística pode não se constituir de uma verdade absoluta...”; “a verdade política é carregada de corporativismo e de uma onisciência que beira a sabedoria divina...”. Os recursos argumentativos utilizados no texto1 revelam um locutor irônico que, ao defender o jornal para o qual escreve e, por conseqüência, os meios de comunicação impressos, cria uma dúvida nos leitores quanto à verdade na mídia para, em seguida, afirmar a corrupção da verdade política: “A verdade política, bem menos inquestionável do que a jornalística, veio à tona e absolveu o político. E por quê?! As justificativas devem aparecer assim como as suspeitas”. A verdade jornalística pode não ser absoluta, partindo do pressuposto de que nenhuma verdade o é, mas a verdade política, essa não é passível de julgamento da sociedade, pois sempre é autoritária e serve a interesses particulares – “Em qual verdade você acredita?”.

A respeito da ironia, recurso lingüístico que identificamos nesta pesquisa como indício de autoria, Brait (1997) diz que esse tipo de construção linguageira dá aos textos força argumentativa, já que partilha entre locutor e interlocutor uma memória discursiva ativa na produção e recepção de discursos. Sendo assim, a ironia como recurso argumentativo põe em jogo a subjetividade e a alteridade no discurso para alcançar o efeito de sentido pretendido, permitindo que os envolvidos no processo

discursivo compreendam, a partir dos recursos argumentativos, o modo como a relação entre discurso, história e instituição se estabelecem.

Podemos inferir, a propósito do que supomos manifestar-se pelo implícito, que o locutor, ao colocar a verdade política carregada de “onisciência que beira a sabedoria divina”, traz com esse enunciado, recorrente no discurso religioso, uma possível aspiração política de alcançar a verdade divina, incontestável, mas que, por esse mesmo motivo, perdem a razão, a racionalidade que deve existir no universo político. Para Foucault (2003), toda produção de verdade existe apenas sob a égide do poder e suas coerções. Na construção argumentativa do locutor do texto¹, encontramos essa luta pelo e no poder materializada discursivamente e desenvolvida a partir de dois pólos imagéticos bem definidos por ele: “O mais importante na construção da verdade é o debate. É dele que se propõem teorias, hipóteses e teses. Como a realidade é dialética, contraditória, segundo Karl Marx, a verdade também o é. É nessa perspectiva que se deve analisar o caso do Senador que teve seu mandato cassado e depois restituído pelos seus correligionários”. Temos os desdobramentos imagéticos, materializadas no texto¹, das duas vertentes sobre o caso do Senador: a mídia, representada pelo locutor – voz ativa no editorial, e os políticos, representados pela CPI, cuja voz pode ser percebida pelos não ditos do locutor.

A tentativa de neutralidade e objetividade no discurso jornalístico acaba por se tornar outro recurso argumentativo, pois que, ao partir da premissa de que o papel da mídia é informar a sociedade, suprime, contudo, a possibilidade de que a notícia já venha moldada e formatada de tal maneira a se adequar e fazer sentido no amplo jogo das significações, dos sentidos que dão concretude às relações do poder. Encontramos nesse texto¹ nuances que revelam, na tentativa de neutralidade, uma defesa da mídia em detrimento do assolamento do poder político: “as verdades estão submetidas aos interesses econômicos e políticos, mas nenhuma dessas estruturas podem ser impermeáveis aos contínuos questionamentos e julgamentos da nossa sociedade inserida neste ambiente; e este jornal estimula e não teme o julgamento crítico e comprobatório de qualquer instituição ou instância social”. Fica evidente, portanto, que o autor, ocupando o lugar sócio-discursivo de editor-chefe, escreve no jornal como seu representante, caracterizando a função autor.

O locutor modaliza seu discurso quando vai falar do ponto de vista do jornalismo, colocando-se nessa posição discursiva de defesa do jornal, deixando claro aos leitores o posicionamento do jornal com relação ao problema do senador: “a

verdade jornalística pode não se constituir...”; “o jornal pode até se desculpar pela talvez imprecisão ou imperícia das denúncias...”. Em contrapartida, quando fala do senador ou do desdobramento da história da cassação, o candidato-autor se posiciona com indignação quanto à absolvição do senador, no que tange a verdade política: “a notícia tem como objetivo levar a realidade dos fatos à sociedade, bem como suas contradições internas e inerentes...”; “as verdades estão submetidas aos interesses econômicos e políticos...”. O texto contempla a dialética temática e utiliza-se das vozes que compõem a coletânea da prova para defender a imprensa. Ao contrapor as duas posições, o locutor se inscreve na FD jornalística, visto que ao ocupar esse lugar social de jornalista, esses enunciados já estão previstos como o que pode e deve ser dito.

O locutor que argumenta em favor do jornal está bem caracterizado pelo autor, com uma linguagem coerente ao mesmo. Podemos dizer que há um jornalista que enuncia, em um determinado espaço (editorial de um jornal), num tempo determinado. Ele defende o posicionamento do jornal, suas publicações e deveres midiáticos. Temos, portanto, um autor que racionaliza sua postura de jornalista – representando uma instância criadora, um projeto que, nas palavras de Foucault (2002, p. 50) dá ao sujeito um “estatuto realista” que permite ao mesmo se entender como “o lugar originário da escrita”. É a operacionalização lingüística feita por esse locutor, ao eleger algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase, que o permite “ocultar”, “esquecer” outras. Nas palavras de Brandão (1996, p. 66), “Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade”.

Percebemos, ainda, uma organização das vozes que compõem o discurso do editor-chefe de um jornal de maneira coesa, concretizando a função autor: sentimos que há uma “verdade” no discurso do autor; verdade que se caracteriza com um discurso veemente de um jornalista, chefe de departamento, que compreende as relações imbricadas no bojo de uma sociedade, cujo alcance do valor político e midiático produz verdades institucionalmente “inquestionáveis”: a lei como poder político e a verdade/esclarecimento populacional pela mídia.

Ao utilizar o mito Titãs, para definir o poder político, o autor chama o leitor a acionar sua memória discursiva para a compreensão do termo (os Titãs representam as forças brutas – supremas e insubmissas – na terra e, por conseqüência, todos os desejos terrestres em atitudes contra o espírito humano). Além disso, mostra-se como candidato ao vestibular leitor e atento às manobras discursivas possíveis que possam mostrar sua capacidade leitora e de interpretação: “afinal, eles (os Titãs Políticos) são eleitos por

nós”. Ainda nesse caso, temos o que a chave de correção da UFG/2005 intitula como “extrapolação da coletânea”, já que o mito dos Titãs não está presente em nenhum dos fragmentos textuais apresentados na prova, nos levando a entender que o candidato não utiliza apenas os dados fornecidos pela prova para construir sua argumentação, indo além dos comandos da prova.

Nos arriscamos a dizer que o uso do mito Titãs e a seqüência enunciativa que o segue poderia dar vazão ao cerceamento próprio dos discursos. Os mecanismos externos e internos de controle dos discursos, especialmente a proibição e o comentário, coíbem os sujeitos de dizer qualquer coisa que queiram, da maneira que desejam: o locutor, diante do papel social que ocupa, não deveria dizer que os políticos são monstros ditadores quando querem defender seus cargos públicos, tampouco denominá-los como ladrões, pois poderia perder a razão, a voz de “verdade” que deseja instituir. Por isso usa o interdiscurso, como força argumentativa: “Afinal eles (os Titãs Políticos) são eleitos por nós. Na campanha eleitoral são bastante questionados sobre seus projetos, mas pouco sondados durante a execução das mesmas”. “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade*, que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2004, p. 29 – Grifos do autor). Dessa forma, podemos dizer que o autor do texto¹, ao elaborar certas formulações que pode nos parecer meras repetições, apresenta vestígios que, por sua vez, indicam a relação entre o já dito e o novo, no que se refere aos sentidos produzidos.

A vontade de verdade instituída pela prova de redação da UFG alcança, nesse texto, um lugar especial, pois a redação viabiliza uma percepção das instâncias controladoras do discurso, sem que os enunciados se contraponham de maneira a fazer com que o leitor perceba uma divisão clara das instâncias sociais que estão no embate: os políticos, representados pela CPI e seu poder de verdade, e a mídia, representada pelo editor-chefe do jornal. Há referências perceptíveis dos dois universos: um editor chefe de um jornal de circulação nacional, cerceado pelas instâncias de poder político e institucional, acusa um senador de corrupção, e uma CPI que absolve o senador de suas acusações. Essa representação das duas instâncias de poder, se configuram como um espaço de confronto, materializado em discurso: “As verdades estão submetidas aos interesses econômicos e políticos, mas nenhuma dessas estruturas podem ser impermeáveis aos contínuos questionamentos e julgamentos da sociedade inserida neste ambiente”.

O autor se mostra atento às imagens que construímos socialmente de um editor chefe de um jornal de circulação nacional e dos políticos, fazendo uma aposta em seus leitores de responsabilidade na produção de sentidos suscitada pelo texto. A construção argumentativa, pautada na ironia e no posicionamento dialético sobre a verdade, possibilita enxergarmos na redação as vozes presentes nos textos da coletânea, evidenciando o exercício da função autor.

No texto² encontramos como maior força argumentativa a intertextualidade e a interdiscursividade evidenciadas pelos discursos citados. Com o título “Qual o ‘Segredo de Bonzo?’”, que se configura como uma unidade discursiva, o autor desenvolve a discussão temática propondo ao leitor uma entrada no universo literário para comprovar suas afirmações a cerca da verdade publicada pelo jornal. Há, portanto, uma intertextualidade e uma interdiscursividade usada como recurso para tingir o efeito de sentido de verdade.

Ao iniciar seu projeto textual, o autor se inscreve na ordem discursiva jornalística e cria uma expectativa de conflito nos leitores do jornal ao propor uma discussão que parte de um “paradoxo”: “discutir a veracidade da verdade”. A partir daí, percebemos a inserção do vestibulando, a partir do locutor, na dialética temática: a verdade é única ou pode ser construída?

Ainda no primeiro parágrafo, frente ao questionamento filosófico sobre a verdade, o autor insere uma afirmação comum, um dito popular, alcançando, assim, todos os leitores do jornal, provocado pelo desdobramento das FIs: “ ‘Uma mentira contada mil vezes torna-se uma verdade’ ”. Essa escolha argumentativa chama a atenção dos mais diversos leitores possíveis da distensão imagética a qual os candidatos ao vestibular são convocados a realizar. Nos parece, então, que o locutor tenta uma aproximação de seus interlocutores e, por isso, nos arriscamos a dizer que a colocação das aspas demonstra que essa expressão pode não ser adequada para um editor chefe de um jornal, mas carrega consigo uma voz de verdade sobre o tema. Trata-se, portanto, de tomar um discurso cristalizado e mobilizar o seu funcionamento a fim de chamar a atenção dos leitores para uma possível obviedade que o locutor mesmo explica: “Não existe portanto verdade absoluta”.

Mas o texto, ao se pautar por essas vozes que ecoam vastamente pela sociedade, chama a atenção de leitores mais atentos quando insere Machado de Assis, como uma voz de autoridade, para confirmar suas afirmações a respeito do tema. Utiliza um escritor brasileiro respeitado e admirado que, segundo o texto², no início do século

XIX já questionava, em nosso país, a existência de uma verdade absoluta e que as relações de poder estão presentes nessa construção da verdade: “Fica evidente, no conto [de Machado de Assis], que o poder de persuasão é fundamental para se convencer alguém de que algo é verdade. Partindo-se desse princípio, observa-se como ocorre a estruturação da política”. Esse intertexto, além de extrapolar os recursos argumentativos expostos na coletânea, provoca uma interdiscursividade, pois sugere que o autor considerou uma outra FD como forma de convencimento do posicionamento do jornal diante dos acontecimentos que desembocam no tema da redação.

A projeção dos interlocutores feita pelo autor, desdobra-se em uma nova imagem, já que o locutor deixa a argumentação iniciada por ditos populares e insere um novo dado, menos comum, pressupondo que seus leitores conheçam o escritor citado. Esse recurso aposta na memória discursiva dos leitores do jornal, que, não conhecendo a obra machadiana, deve, no mínimo, conhecer sua importância na história da literatura brasileira. Ele representa um grupo de escritores que desenvolveram suas obras concertadas no contexto sócio-cultural de uma época representando, contudo, a natureza humana nos seus mais diversos aspectos como a ética, a honestidade, e, especialmente, as contradições humanas.

Nesse sentido, ressaltamos que, ao incluir em sua argumentação, como voz que avigora o convencimento, esse escritor em específico, em detrimento de qualquer outro, o autor se mostra atento às confluências discursivas e de sentido para afirmar seu poder de persuasão e de verdade. Parafraseando Foucault (2004a), as verdades que se constroem em nossa sociedade, apóiam-se em práticas discursivas já existentes e, ainda, sob os suportes institucionais. Elas são, portanto, configuradas como vontades de verdades ao serem reforçadas a partir de novos discursos. Dessa forma, o autor da redação instaura um valor positivo aos seus argumentos quanto utiliza o conto de Machado de Assis.

No último parágrafo do texto², o autor apresenta mais um contraponto sobre o fato ocorrido: “A verdade não se comporta como algo absoluto, inequívoco ou imutável. Ao longo dos séculos, a manipulação de informações, os fatos mostrados de acordo com interesses específicos, construíram e destruíram civilizações”. Essa tentativa de desconfiguração da verdade entre os políticos se dá, nessa passagem do texto², em duas instâncias. A primeira fica a cargo da afirmação de que a verdade não é absoluta, é construída a partir de interesses específicos. A segunda, leva os leitores a acreditarem que a estrutura social, de toda a civilização, se constrói essencialmente sob

essa égide o que, invariavelmente, retira do jornal a responsabilidade pela publicação de uma possível inverdade. Essa manobra discursiva dá força argumentativa ao texto² corroborando com o argumento do parágrafo anterior: “Como não achar então que as informações que inocentam o Senador foram manipuladas, visto que a política baseia-se na “elaboração” de verdades que buscam um interesse econômico ou político comum?”.

Em contrapartida a esse discurso negativo a respeito da manipulação política sobre a verdade, o locutor imprime em seu texto um discurso positivo a respeito dos meios de comunicação. O processo de produção da notícia é controlado de tal forma que busca evitar dubiedades ou, às vezes, provocá-las. No texto² está impressa essa ambigüidade discursiva ao passo que o locutor defende a publicação da notícia de desvio de verbas do Senador como sendo uma responsabilidade inevitável dos meios de comunicação: “O jornalismo exerce importante papel social, levando a público acontecimentos e fatos que alteram o cotidiano das pessoas, fazendo-as pensar e refletir sobre os mesmos”. Apostamos na idéia de que o locutor supõe, a partir de seus argumentos, que seus interlocutores assumirão a responsabilidade de acreditar na publicação do jornal em detrimento da ‘nova verdade’ instaurada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Ao dizer que “as pessoas, dessa forma, acabam por perder a sua subjetividade individual ao aceitarem a imposição da verdade política sobre a individual”, o autor parece subjugar a idéia de que o jornal tentou impor uma verdade sobre o Senador. A seleção feita pelo locutor pode demonstrar a interpelação ideológica do sujeito do discurso, ou seja, de modo inconsciente o indivíduo, ao ocupar o lugar de editor-chefe de um jornal, elabora seu enunciados de modo a produzirem sentidos dentro dessa posição de sujeito que ele ocupa para desenvolver seu texto. O desdobramento imagético se configura de tal forma que esse sujeito passa a defender a mídia como absolutamente neutra e, se o jornal produziu alguma inverdade, ela é entendida apenas como um equívoco causado pela “relatividade instaurada a cerca das informações”.

Esses dizeres e formas de dizer dos quais o autor lança mão para produzir seu discurso, estão filiados a uma memória do dizer, o que chamamos de interdiscurso, que circulam em determinadas condições de produção. As imagens que construímos a respeito da mídia fazem parte de um universo de possibilidades de enunciados que tecem e produzem sentido na medida em que são postos em funcionamento e se configuram como discursos no contexto social. Segundo Oliveira (2004, p. 17), os

deslocamentos possíveis pelo processo de interpretação, “se refletem nas posições discursivas que não são fixas e não advêm simplesmente da cristalização de práticas sociais, mas são mobilizadas na medida em que o interdiscurso se dá como movimento”, ou seja, esses espaços de significação funcionam como espaço aberto a um novo significado.

Dizemos isso porque, na nossa memória discursiva também está marcada as manipulações da mídia com relação à verdade dos fatos, visto que, para a sociedade, as informações já vêm moldadas e formatadas de tal maneira a se adequar e fazer sentido no amplo jogo das significações que dão sentido às relações do poder. Inclusive, alguns textos da coletânea deixam nítida a idéia de que a mídia produz e transmite verdades. A escolha do locutor, portanto, demonstra o desenvolvimento de uma estratégia discursiva constituída a partir das FIs, ao passo que são essas imagens que determinam o que pode e deve ser dito sob a égide de uma posição-sujeito estabelecida em determinada conjuntura sócio-ideológica.

A respeito do texto³, encontramos uma argumentação pautada em discursos autorizados como verdadeiros, ou seja, o produtor do texto dá voz a alguns autores dos fragmentos que compõem a coletânea por meio de citações diretas, a fim de assegurar veracidade argumentativa do seu próprio discurso. Segundo Bakhtin (2002), o discurso citado indica ao interlocutor as tendências sociais manifestadas na forma da língua em uso. Portanto, o mecanismo desse processo está ancorado no que a sociedade aceita como voz de verdade de uma determinada época. Para Bakhtin (2002, p. 146), os enunciados escolhidos devem ser “pertinentes e constantes e que, por conseqüência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada”. Em concordância com Bakhtin (2002), entendemos que, nas relações sócio-econômicas e políticas, os discursos que têm valor de verdade (FOUCAULT, 2000), estão ligados às formas de poder que se estabelecem no/pelo discurso.

Portanto, a citação desses discursos autorizados se configura como uma forma encontrada pelo produtor do texto de convencer seus interlocutores do seu trabalho com a linguagem e da sua competência discursiva relacionada, especialmente, ao tema. Essa forma argumentativa reforça e assegura, desse modo, a influência dos poderes organizados socialmente sob o modo de apreensão dos discursos. Logo nas primeiras instruções da prova de redação da UFG/2005, fica claro para o candidato que ele deve usar a coletânea, com a advertência de que não fazê-lo pode implicar a reprovação desse candidato (ver anexo). Dito isso, encontramos no texto³ um candidato

que, na tentativa de seguir a essa regra fundamental, usa desse recurso argumentativo em favor da arguição que se propôs a desenvolver.

As vozes mobilizadas pelo candidato-autor do texto³ revelam uma leitura atenta da coletânea, visto que a seleção realizada está em harmonia com as afirmações que o locutor faz a respeito da verdade que se propôs a defender, já que o jornal do qual ele é o editor chefe pode ter cometido um equívoco: “Segundo Ruben Alves, todo bom cientista e profissional deve buscar evidências contrárias à sua teoria para descobrir o novo, e o estamos fazendo”; “É como afirma M. Foucault: ‘a verdade está submetida a uma constante incitação econômica e política’ e ‘é produzida e transmitida sob o controle... de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos’”; “Talvez tenhamos deixado a desejar no quesito da ‘tarefa contínua de melhorar ao máximo o controle de qualidade’, do qual afirma o jornalista da Carta Capital, ser responsável todo especialista”. O que nos parece possível dizer é que o autor filia diferentes textos que se remetem a um mesmo discurso.

Como linha temática, o autor tenta polemizar a absolvição do Senador pela CPI instaurada após as denúncias de corrupção feitas pelo jornal em questão. Para tanto, inicia seu texto chamando seus leitores a se perguntarem: “Alguém é dono absoluto da verdade?”. A partir desta pergunta-título, podemos inferir que o locutor espera que, se todos os leitores do jornal não se manifestarem positivamente acerca das afirmações sobre a corrupção feitas por eles, ao menos questionem a verdade instaurada pela CPI, que absolve o senador da acusação, já que não há verdade absoluta ao alcance de ninguém: “No desenrolar da história uma CPI afirmou que houve um equívoco do jornal na demonstração dos valores, absolvendo, assim, o senador”. Ou seja, todos cometemos equívocos e, sendo assim, a integridade do jornal está garantida.

Mas, como já falamos anteriormente, não há possibilidade de neutralidade discursiva. Os sentidos não são claros, transparentes. Para que possamos compreendê-los, temos que levar em conta todo o processo que envolve a produção de enunciados: locutor, interlocutor, momento histórico e social, relações de poder imbricadas entre os enunciadore, atravessamentos ideológicos. Sendo assim, esse texto objetivo, defendido pelos jornalistas, está carregado de conflitos e opacidades.

A escolha de explicar os fatos e, em seguida, argumentar sobre a questão central é motivada pelas representações que o locutor faz dos seus interlocutores, assim como do efeito que neles deseja produzir: esclarecer aos leitores sobre o conflito que será discutido ao longo do texto. As seqüências explicativa (primeiro parágrafo da

redação) e argumentativa (segundo, terceiro e quarto parágrafos), apresentam a característica em comum de isolar um elemento tratado (um objeto, um discurso) e de apresentá-lo de um modo que seja adaptado às características presumidas da posição ocupada pelo locutor tendo, portanto, caráter dialógico por suscitar decisões a partir do movimento interpretativo dos interlocutores. A diferença entre as duas é marcada pelo aspecto contestável/incontestável do tema, pois que ao explicar os acontecimentos, o locutor já indica o problema do jornal usando o termo “equivoco”, em detrimento do termo “verdade comprada” que usa no momento da argumentação contra os políticos.

Como já dissemos, as FDs, que representam um dos componentes das formações ideológicas em jogo nos processos enunciativos, produzem o efeito de transparência do sujeito e do sentido. Desse efeito surge a ilusão necessária de que o autor do texto³, que ora analisamos, é exclusivamente o responsável por seu discurso, por seu texto, *esquecendo-se* de que todo enunciado, para ter *certo* sentido, necessita estar inscrito em uma FD e não em outra. Isso porque o sujeito *esquece* que o sentido dos enunciados é determinado historicamente e que ao dizer algo, outros dizeres foram apagados, outras significações são excluídas (o não dito). Para Pêcheux (1997), a ilusão de domínio dos sentidos é absolutamente construtiva na medida em que, ao produzir discursos, os sujeitos esquecem que o que eles enunciam já foi dito em um outro lugar e, por essa razão, identificam-se com seus dizeres constituindo-se sujeitos.

4.2.3 – Indícios de autoria em redações da proposta C (Carta de Leitor)

O gênero carta de leitor, presente nos jornais e revistas, faz parte de uma tentativa de comunicação entre os leitores e as empresas midiáticas. Correspondem ao retorno que os interlocutores dão às matérias publicadas pelo meio de comunicação. Nesse espaço, os leitores fazem críticas de todos os tipos, direcionadas a todas as matérias que queiram discutir. Há, provavelmente, uma seleção das cartas enviadas à redação da empresa antes de publicá-las. Por ser um espaço destinado a todos os leitores, normalmente as cartas publicadas não podem ser extensas.

Sabemos, portanto, que a carta de leitor tem como interlocutor específico um dos jornalistas que assinam as matérias e, em contrapartida, tem todo o público leitor também como interlocutor. Isso se reflete no que se pode ou não dizer e no como dizer, pois, em conformidade com Pêcheux (1990, p. 85), acreditamos que a “condição pré-discursiva do discurso” opera no sentido da possibilidade de “supomos que a

percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”, ou seja, o autor da proposta C precisa, inicialmente, se reportar aos fatos ocorridos com a jovem francesa, pensando necessariamente nos leitores do jornal e, para tanto, carece construir uma imagem desses interlocutores: quem lê o jornal *Le Monde*? Essa percepção de quem são esses leitores irá auxiliá-lo na construção argumentativa, que deve ser direcionada no sentido de acusar o jornal de uma publicação falaciosa e, principalmente, questionar os meios de comunicação quanto à sua integridade.

Portanto, temos um gênero complexo, pois, ao mesmo tempo em que sua estrutura é simples, não se trata de qualquer carta.

O candidato deve ficar atento à posição-sujeito do qual ele deve se investir para escrever sua carta: uma jovem francesa que sofre agressões em um vagão de um trem cuja história é contada no jornal *Le Monde*. Sendo assim, deve escrever uma carta ao jornal, defendendo-se das acusações feitas pela matéria publicada. A temática gira em torno da verdade nos meios de comunicação de massa.

Há, na coletânea (ver prova em anexo), um texto específico sobre a situação ocorrida com Marie-Léonie, discutindo a trama da história. O candidato deve utilizar, no mínimo, esse fragmento textual a fim de conferir mais veracidade aos seus argumentos, além de recuperar os fatos que motivam a escritura da carta.

Esse mesmo texto da coletânea sugere que após tanta repercussão dos acontecimentos, descobriram que, na realidade, a jovem francesa havia forjado os ataques que sofrera a fim de “chamar a atenção de para si de um companheiro pouco sensível a seus problemas” (Ver coletânea da prova de redação em anexo, p. 07). O vestibulando deve dar voz a essa jovem para, então, se defender dessa acusação de que forjou toda a violência.

- Texto1

Goiânia, 12 de dezembro de 2004

Jornal Le Monde,

Fiquei surpresa ao abri o caderno de notícias do dia, e ver minha foto estampada na capa. Por um momento pensei que o acontecimento pelo qual passei, tivesse feito o jornal dedicar uma matéria de reflexão à respeito da população que permaneceu passiva diante do fato. Durante a leitura do artigo percebi que estava equivocada e que a mídia cria mecanismos de prender a atenção do leitor, mesmo que para isso tenha que passar por cima de princípios éticos e de respeito ao próximo.

Jornalistas do Le Monde, trago aqui a minha indignação ao ver o quarto poder tratar a sociedade como um tabuleiro de xadrez, em que as peças são mexidas de acordo a obter sempre vantagens, independente da regra do jogo.

Faço parte, Le Monde, de mais uma das vítimas do mercado midiático. Como no conto de Machado de Assis, “O segredo do Bonzo”, vejo que uma mentira repetida, ou melhor, impressa várias vezes, torna-se verdade. Agora, me sinto presa a um mundo construído por papéis, sem a possibilidade de levar a voz da verdade aos quatro cantos. Mas me considero uma vitoriosa nesta situação, pois tive a coragem de relatar os fatos de forma transparente e sem maiores ambições, diferente deste jornal para o qual escrevo.

A verdade, Le Monde, é que a sociedade esta cansada de presenciar interesses capitalistas, como este que esta atrás das vendas dos jornais. O jornal edita um fato hoje, e amanhã, contradiz o acontecimento para gerar polêmica, e vender mais exemplares.

Sendo assim, editores do Le Monde, vejo que a verdade verdadeira, como dizia Platão, está no questionamento das coisas e no bom senso das ações, algo que este jornal não esta conseguindo ser.

Até a próxima notícia,

- Texto2

Ao jornal Lee Monde,

Após ler a notícia relatando o ocorrido comigo na semana passada fiquei estarecida com a apuração dos fatos feita pelo jornal.

É inadimicível que nem com a brutalidade com que fui agredida, com o fato de nenhum passageiro do trem ter tido a capacidade de me socorrer e nem mesmo com a ameaça anti-semita pairando sobre a Europa o jornal teve abordagem melhor em sua notícia.

Agora que uma verdade foi criada sobre mim, gostaria de esclarecer os fatos e mostrar que a imprensa dessa vez está errada. Não há a menor procedência no relato de que eu estaria chamando a atenção de alguém, tanto é que o pai do meu filho faleceu a dois e certamente me desfigurar não seria a melhor estratégia para chamar a atenção de um homem.

Pesso ajuda ao governo e a sociedade, não por mim, mas pelos muitos crimes que estão por vir. Ao governo pesso que haja maior segurança nas vias públicas e a sociedade imploro por paz, basta de tantos séculos de exclusões.

Os europeus estão passando dos limites com seu xenofobismo. É inaceitável que uma população tão evoluída continue com valores tão precários.

Por que não pedir paz a imprensa, que fantasia acontecimentos para vender mais jornais, revistas, enfim para lucrar com a “invasão de verdades”. Manipular é muito fácil para quem tem o poder de persuasão. Espero que tenha conseguido abrir os olhos dos leitores sobre o perigo que correm acreditando em tudo o que lhes é dito.

Sem mais,

- Texto3

Por sempre acreditar na integridade do La Monde, é que devo-me colocar indiganda em relação à matéria publicada, pelo jornal, sobre uma possível farsa da agressão que sofri no início do verão.

Mesmo estando em uma época pós-moderna e de valores defasados, não me sinto corrompida a ponto de colocar em “jogo” a segurança de uma inocente criança (meu filho) para tentar resgatar a piedade de um amor naufragado.

Somente os que presenciaram a brutalidade e o vazio moral de jovens bárbaros é que não seriam capazes de transformar-me de vítima a réu. Isso, se aqueles passivos expectadores não se deixarem levar pelas maquiavelíces do La Monde, que acreditava ser digno da verdade.

Porém, pretendo esquecer as agruras físicas e, agora, moral por que passei. Talvez a culpa não seja do jornal que na busca de respaldo, lucro elabora as mais inusitadas possibilidades para verdades. Ninguém pode prever “forças ocultas” que influenciam nas decisões da imprensa, com o propósito de não se comprometem. Ficando assim uma incógnita, por que ao invés de aprofundar nos assuntos de segurança do país ou intolerância racial, o jornal se deixou levar por questões pessoais. Isso realmente é de se lamentar, o macro sendo maquiado pelo micro.

Agora estou convicta da incapacidade jornalística para com a verdade. Mas isso já são outros viés e não será empecilho para me compor. O que de fato me fere, é a boçalidade de uma sociedade maleável e sem espírito ideológico, crítico, capaz de aceitar todas as ditas “verdades” do jornalismo. Isso se dá devido a um povo sem lutas ideológicas, uma sociedade sem ao que se acreditar e lutar, sem verdades próprias, ou seja, pós-moderna. Esse é o verdadeiro câncer que nos atinge, uma invasão bárbara que nos faz ter como real os olhos alheios.

No texto1, temos uma carta de leitor que não recupera os fatos ocorridos com o locutor, na tentativa de situar o leitor do jornal sobre o assunto que está tratando. Essa falta de referenciação pode não causar efeito negativo desde que os pressupostos estejam bem localizados. No texto da coletânea fica exposto que as agressões sofridas pela jovem tiveram grande repercussão no país, visto que, à época, muitas foram as declarações de personalidades importantes da política e dos meios de comunicação sobre o fato. Apesar disso, encontramos, no primeiro parágrafo do texto1, uma referência explícita ao problema, cuja idéia central está presente no texto da coletânea: “Por um momento pensei que o acontecimento pelo qual passei, tivesse feito o jornal dedicar uma matéria de reflexão à respeito da população que permaneceu passiva diante do fato”.

Ao iniciar a carta, o locutor já se situa como leitor do jornal *Le Monde*: “fiquei surpresa ao abrir o caderno de notícias e ver minha foto estampada na capa”, o que nos permite inferir que o locutor não estava com o jornal em mãos pela primeira vez, ou ainda, que lia o jornal a fim de procurar qualquer notícia sobre o que sofrera.

Mas logo em seguida, o locutor diz perceber que houve uma manipulação dos fatos. A partir daí, inicia sua argumentação a cerca da verdade nos meios de comunicação. Mostrando-se surpreso com a notícia, o locutor sintetiza toda a história precedente, partindo do pressuposto de que tanto os leitores do jornal quanto os leitores de sua redação conhecem os acontecimentos, a trama que envolve o locutor. Essa forma de interlocução cria, portanto, pode criar equívocos de compreensão dos sentidos estabelecidos entre os sujeitos envolvidos no processo discursivo. Os equívocos, entendidos como constitutivos da linguagem, pois que não podemos negar seu atravessamento nos discursos, parecem produtivos na medida em que não reduz os sentidos apenas à reprodução do mesmo, mas permite as discontinuidades, os deslocamentos, as falhas.

Dito isso, para que a compreensão ocorra, e o locutor instaure sua “vontade de verdade” quanto aos fatos, o autor inicia sua carta dizendo-se pasmado com a verdade publicada pelo jornal: “Fiquei surpresa ao abri o caderno de notícias do dia, e ver minha foto estampada na capa [...]. Durante a leitura, percebi que estava equivocada e que a mídia cria mecanismos de prender a atenção do leitor, mesmo que para isso tenha que passar por cima de princípios éticos e de respeito ao próximo”.

Usando as marcas de interlocução “jornalistas do *Lê Monde*”, “*Lê Monde*” “editores do *Lê Monde*”, o locutor viabiliza a afirmação de que suas reclamações envolvem todo o jornal e não apenas quem assina a matéria publicada. Nesse caso, inferimos que o autor compreende que as opiniões e informações apresentadas nos meios de comunicação representam toda a empresa e não apenas um indivíduo. Essa constatação marca seu posicionamento a cerca do que ocorre nas elaborações das mídias impressas, mostrando-se um sujeito atento aos procedimentos internos de controle das massas.

Essa repetição do mesmo operado pelo princípio da paráfrase, torna-se diferente pelo modo como o autor organiza seu discurso. O comentário, princípio interno de controle dos discursos, às vezes limita o acaso, o novo do discurso pelo jogo entre a paráfrase e a polissemia. Mas a função autor – que também faz parte do princípio de controle discursivo, diferentemente do comentário, de acordo com Gregolin (2004, p. 99), “limita esse mesmo jogo por meio da criação do efeito da individualidade do autor”. Quando afirmamos isso, estamos amparados pela voz do próprio locutor ao chamar a mídia de “quarto poder” que “trata a sociedade como um tabuleiro de xadrez,

em que as peças são mexidas de acordo a obter sempre vantagens, independente da regra do jogo”.

Deduzimos que a elaboração “independente das regras do jogo” pode demonstrar que o autor compreende que as relações de poder que estão em ação na construção de verdades (FOUCAULT, 2003). Esse modo de dizer se configura como modalizador dos discursos: o locutor entende que não pode dizer o que quer de qualquer maneira. Essa passagem do texto¹ pode recuperar algumas vozes presentes na coletânea que afirmam a construção de verdades pela mídia, representado, inclusive, pelo então ministro das comunicações Luiz Gushiken (ver anexo I).

Utilizando o conto de Machado de Assis para afirmar que mentiras tornam-se verdades ao serem repetidas, o autor traz elementos extra-coletânea acentuando seu conhecimento temático e do universo que o cerca. Demonstra ser um sujeito que articula informações diversas, utilizando-as de modo pertinente em prol de uma maior consistência argumentativa. Em contrapartida, podemos inferir que esse interdiscurso não condiz com uma imagem bem definida do locutor da proposta C. Segundo Pêcheux (1990, p. 171), sobre os desdobramentos imagéticos necessários a toda produção enunciativa,

o fato de se tratar fundamentalmente de uma ilusão não impede a necessidade desta ilusão e impõe como tarefa ao menos a descrição de sua estrutura (sob a forma de um esboço descritivo dos processos de enunciação) e possivelmente também a articulação da descrição desta ilusão ao que aqui chamamos de o ‘esquecimento nº1.

O esquecimento nº1, conforme explicitamos no capítulo 3 (três) desta pesquisa, se caracteriza por um esquecimento provocado pelo atravessamento ideológico, que não permite ao sujeito enunciar sem que isso seja feito calcado na exterioridade, ou seja, os sujeitos não enunciam se não estiverem inseridos em uma determinada FD.

Nesse sentido, podemos afirmar que a imagem que o autor fez de uma jovem francesa e de seus interlocutores (que se configuram na imagem do povo francês e seus conflitos sócio-culturais), ao usar como voz de autoridade o escritor brasileiro Machado de Assis, não se aproxima da realidade o que, conseqüentemente, afetará o efeito de sentido do enunciado e, portanto, do argumento.

Para finalizar sua defesa em detrimento da mentira estampada no jornal, o locutor insere mais uma voz de autoridade: “vejo que a verdade verdadeira, como dizia

Platão, está no questionamento das coisas e no bom senso das ações”. Nessa passagem, as vozes do locutor e de Platão se unem para sustentar sua posição de vítima das armações midiáticas, isentando-se da exclusividade do papel de acusador, já que ele não faz afirmações sozinho. Diferentemente do que ocorre com o uso do conto machadiano na busca de sustentação argumentativa, esse interdiscurso funciona como extrapolação da coletânea, já que essa referência não está disponível na prova de redação do vestibular UFG/2005. Além disso, o filósofo Platão se configura como um representante da cultura ocidental, o que viabiliza o uso dessa referência perante a sociedade européia como voz de verdade e autoridade a respeito da temática.

O texto2, diferentemente do anterior, não se vale das citações diretas para construir sua argumentação. As vozes que aparecem na redação, estão diluídas ao longo da carta. Elas emergem no modo como são elaborados os argumentos em defesa da personagem. O caminho escolhido pelo autor do texto2 é o de explicar as razões pelas quais o locutor não inventou uma história de agressão, visto que essa possibilidade foi apresentada pelo texto da coletânea o qual a proposta C faz referência direta. Portanto, o texto2 se explica para argumentar. Esse é o princípio básico do gênero carta de leitor, pois “é um texto utilizado em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe da revista/ jornal, respectivamente), atendendo a diversos propósitos” (BEZERRA, 2002). Sendo assim, o autor deve se preocupar com os dizeres da proposta C que pede que ele esclareça os fatos ocorridos no trem defenda-se das acusações feitas pelo jornal e questione a noção de verdade dos meios de comunicação (ver anexo I).

Para o autor, portanto, existe uma necessidade eminente de confirmar sua verdade a partir de argumentos consistentes, ir aos fatos. Isso se explica em razão de que o poder da verdade também está na comprovação dos fatos, como se configura em todas as nossas leis públicas. Portanto, para esse sujeito, imerso nas relações de controle sociais, essa seria a única forma de provar que o locutor estava sendo lesado pela mídia.

Partindo dessa premissa, o locutor explica aos seus interlocutores todo o acontecimento, valendo-se da voz da verdade dos fatos, voz de quem vivenciou o problema (grifo nosso): “agora que uma verdade foi criada sobre mim, gostaria de esclarecer os fatos e mostrar que a **imprensa dessa vez está errada**”. Mas ao modalizar seu discurso, o que poderia se configurar positivamente, nesse caso interfere de modo negativo na argumentação, visto que o princípio argumentativo da proposta C está em questionar a mídia quanto à veracidade de suas publicações, portanto, questionar suas

práticas quanto ao princípio de verdade. Mais uma vez, temos um deslocamento da imagem negativa da imprensa que se espera que o autor desenvolva. Na palavras de Pêcheux (1990, p. 168),

o ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc) numa determinada formação discursiva. Ou melhor, no próprio interior do discursivo ela provoca uma defasagem que reflete esta exterioridade.

Portanto, mais uma vez temos o esquecimento ideológico agindo sobre as práticas discursivas ligadas, essencialmente, pela subjetividade dos sujeitos do discurso, o que Pêcheux denominou de esquecimento nº1, que por sua vez, pressupõe o esquecimento nº 2, que implica na seleção dos enunciados, feita pelo autor, e que, ao selecionar, exclui outros possíveis enunciados (Pêcheux, 1997).

Seguindo a linha explicativa, o locutor pede auxílio ao governo e à sociedade para confirmar sua versão dos fatos. Essa inserção de dois grandes formadores de opinião (o governo, que representa a lei, a soberania social e a sociedade, que representa a voz de confirmação de toda e qualquer verdade a ser instituída) se instaura como argumento definitivo para a fidelidade dos fatos e a absolvição do locutor, visto que o grande argumento usado por ele é de que há em toda a Europa, principalmente na França, um “xenofobismo” que suscita a violência, tal como sofrera no trem: “Pesso ajuda ao governo e a sociedade, não por mim, mas pelos muitos crimes que estão por vir”.

O discurso da paz, que circula o mundo todo, é um dos argumentos polifônicos do locutor. Ele solicita, junto a outras vozes diluídas em seu discurso, por uma paz que pode ser, segundo sua visão, encabeçada pelos meios de comunicação. Esse efeito dispersivo presente nesse fragmento, mostra certa ingenuidade do locutor no que tange às manobras midiáticas na construção das matérias publicadas – presente na coletânea –, mas, em contrapartida, coloca-o em uma posição de quem compreende o papel da mídia na formação de opiniões. Sabemos que a polifonia determina a diversidade na transmissão discursiva encarregada de constituir o dialogismo do discurso e, nesse caso, inferimos que essas vozes correspondem a todo um jogo ideológico presente nos discursos contemporâneos sobre a violência tratada como principal mazela social do mundo. Dizemos jogo, porque o locutor pede pelas outras

pessoas que inevitavelmente sofrerão o mesmo crime, o que implica num descrédito no discurso da paz entre os povos.

Ao dizer que a imprensa faz “inversão de verdades” – aspas do autor, o locutor modaliza a forma de abordar a mentira defendida pelo jornal, mostrando certa ironia. Produz, assim, um efeito de criticidade indireta, visto que a compreensão desse efeito, como já dissemos anteriormente, precisa ser partilhada pelos interlocutores. Nas palavras de Brandão (1996, p. 50), numa releitura de Aulthier-Revuz, a ironia “joga com o outro discurso (às vezes, tornando-o mais vivo) não mais no nível da transparência, do explicitante mostrado ou dito, mas no espaço do implícito, do semidesvelado, do sugerido”. Além disso, mostra que o autor entra na ordem discursiva jornalística, pois sabe que na situação de quem deseja sua carta publicada no jornal, não pode enunciar o que quer, como desejar, pois há uma triagem entre as cartas de leitor que serão ou não publicadas, “o que acaba por configurar-se como uma carta com co-autoria” (BEZERRA, 2002).

Podemos inferir que o autor consegue realizar um jogo imagético que se aproxima de uma realidade determinante do locutor, da situação vivida pelo sujeito na posição que ocupa para dizer o que disse. Esse exercício autoral, controlado e pela exterioridade discursiva e pelo próprio discurso, coloca o sujeito na situação de “representar-se” na relação com o corpo social e com uma instituição de saber” (GREGOLIN, 2004a – grifos da autora), o que, de certa forma, está configurado no texto², como dissemos ao longo da análise.

Essas mesmas estratégias discursivas podem ser percebidas no do texto³. O locutor inicia seu protesto colocando em questão a integridade do jornal e dizendo-se perplexo diante da matéria publicada. Porém, flexibilizando seu discurso, o locutor se coloca como grande admirador do jornal e não afirma que houve uma farsa na matéria publicada, apontando para um desdobramento imagético dos seus interlocutores jornalistas e mostrando-se atento ao que, a partir do gênero carta de leitor, pode ou não dizer (Grifo nosso): “Por sempre acreditar na integridade do La Monde [...] devo colocar-me indignada em relação à matéria publicada , pelo jornal, sobre **uma possível farsa** da agressão que sofri no início do verão”.

Votando seus argumentos ao fato ocorrido, como vimos no texto², o locutor explica o que aconteceu no trem, voltando sempre a afirmar que o jornal “enganou-se”. Mas na seqüência da defesa, o locutor ataca o jornal: “ninguém pode prever **‘forças ocultas’** que influenciam nas decisões da imprensa, com o propósito de não se

comprometerem” (grifos do candidato-autor). Essa passagem mostra uma ironia marcada no discurso do autor, que supomos se configurar como uma estratégia argumentativa que respeita as regras que o próprio gênero impõe, como dissemos na análise anterior. Além disso, as regras sócio-discursivas, ainda externas ao discurso, também se mostram nessa passagem, delimitando o que posso dizer da posição que ocupo no jogo discursivo. Sendo um leitor que escreve para o jornal a fim de questioná-lo, o locutor precisa seguir algumas normas para que sua carta seja publicada. Além disso, não podemos perder de vista que trata-se de um locutor envolvido no “escândalo” e não qualquer outro leitor.

Logo em seguida, o locutor diz que o jornal não se dedica a assuntos de segurança ou intolerância racial, visto que estaria escondendo a verdade dos fatos para não se comprometer: “o macro sendo maquiado pelo micro”. A possível contradição que se estabelece nessa passagem, de que a história da personagem é mais importante do que as relações de poder que influenciam na matéria publicada, sugere maior atenção do interlocutor: a história do locutor se mistura com a situação de intolerância racial o que faz com que o acontecimento seja de fundamental importância para toda a sociedade européia.

Nesse sentido, a personagem passa a se configurar como representante dos conflitos marcadamente ideológicos que estão infiltrados na sociedade. O descaso do jornal passa a ser maior: deixa de ser particular, passando à coletividade – “o macro sendo maquiado pelo micro”. Podemos inferir que ‘forças ocultas’ se relaciona com as relações de poder sob as quais a mídia e, por consequência, os leitores e espectadores, estão submetidos.

Essas circunstâncias marcadas no texto³ pelo jogo imagético construído pelo autor, representam as relações que se estabelecem no mundo real. Ele consegue, a partir de suas manobras discursivas, levantar suspeitas quanto à manipulação da verdade pela mídia, atingindo aos leitores do jornal, marcando indícios autorais: “Agora estou convicta da incapacidade jornalística para com a verdade. Mas isso já são outros viés e não será empecilho para me compor. O que de fato me fere, é a boçalidade de uma sociedade maleável e sem espírito ideológico, crítico, capaz de aceitar todas as ditas “verdades” do jornalismo”.

Além disso, encontramos recorrentemente o discurso da pós-modernidade inserido na discussão temática e esboçado pela coletânea. Circulam socialmente enunciados que se cristalizaram sobre os conflitos humanos e sociais vividos na pós-

modernidade. E o autor faz uso desses dizeres para reafirmar sua condição de sujeito crítico e observador (sujeito-candidato) e de sujeito violado na sua conduta e verdade (sujeito locutor): “Isso se dá devido a um povo sem lutas ideológicas, uma sociedade sem ao que se acreditar e lutar, sem verdades próprias, ou seja, pós-moderna”. A polifonia, que está presente nessa passagem, de certa forma confere veracidade ao discurso do locutor, visto que essas vozes estão submetidas a uma ordem discursivo social que subjetiva o sujeito autor no momento em que ele se apropria de certos enunciados correntes no bojo social para alcançar força argumentativa.

Para finalizar seu texto, o locutor faz uma referência ao filme “Invasões Bárbaras”, cujo tema central é o conflito humano, que gira entre o que é verdade o que é manipulação da verdade: “esse é o verdadeiro câncer que nos atinge, uma invasão bárbara que nos faz ter como real os olhos alheios”. Além de se configurar como extrapolação da coletânea, pois que o uso da referência é pertinente ao tema a ser discutido pela redação, esse autor desenvolve dialeticamente a temática até o final de seu texto.

Considerações Finais

Há indícios de autoria quando diversos recursos da língua são agenciados mais ou menos pessoalmente – o que poderia dar a entender que se trata de um saber pessoal posto a funcionar segundo um critério de gosto. Mas, simultaneamente, o apelo a tais recursos só produz efeitos de autoria quando agenciados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido.

(Sírio Possenti)

As análises dos textos utilizados como subsídios para caracterizar o exercício da função autor, nos permitem afirmar que a autoria pode ser identificada nas redações produzidas em situação de vestibular a partir do modo como o candidato se posiciona discursivamente frente ao tema proposto pela prova. Esse exercício se estende para a maneira como o candidato usa não só as informações da coletânea (intertextualidade), mas também como o candidato dá voz a outros sujeitos no seu texto (polifonia) – dialogando com outros discursos, partindo de um gênero textual específico.

Os traços marcantes desse exercício da função autor, no caso do *corpus* analisado, são as representações que os candidatos fazem de si (estudantes, candidatos ao vestibular) e dos locutores dos quais eles se investem para produzir suas redações (um cientista, um editor chefe de uma revista ou jornal de circulação nacional ou, ainda, uma francesa, leitora do jornal *Le Monde*). Esses desdobramentos imagéticos, viabilizados pelas propostas de produção de texto do vestibular, elaboradas a partir da concepção de gêneros discursivos, nos permitiu algumas considerações específicas a respeito do exercício da função autor: como o candidato organiza as variadas vozes que compõem o seu texto, dialogando com as variadas vozes que estão presentes em toda produção discursiva; os recursos argumentativos utilizados pelos autores no intuito de mostrar o posicionamento dos locutores diante do conflito a ser discutido a partir do tema; o uso da coletânea que, ao nosso ver, implica uma leitura crítica sobre o tema, além de viabilizar, a partir dessa leitura, o desenvolvimento da intertextualidade e da interdiscursividade.

Dessa forma, partimos da noção de autoria proposta por Bakhtin ao longo de sua obra, que parte da premissa de que “autorar é assumir uma posição axiológica, é deslocar-se para outra(s) voz(es) social(is)” (FARACO, 2005, p. 56), sem perder de

vista que esse conceito foi estudado inicialmente em textos literários. Além disso, foi ele quem elaborou a noção de gêneros discursivos mostrando-o como única forma de desenvolvimento da linguagem na/pela sociedade.

Mas ao pensarmos nos sujeitos do discurso como representantes de papéis sociais, controlados pelo/no discurso, imersos na teia de poderes configurados como práticas que orientam todo e qualquer desenvolvimento humano, vislumbramos a necessidade de utilizar a teoria foucaultiana como norteadora deste trabalho. Para Foucault (2004b), a autoria é um dos vários mecanismos controladores dos discursos, o que ratifica a nossa escolha, entendendo que “autor é, dentre outras dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição e responsabilidade” (BRANDÃO, 1996, p. 67).

A fim de alcançar as representações que se fazem necessárias nas práticas discursivas diárias, nos recorreremos a Pêcheux (1990), que traçou, as formações imaginárias de modo a nos fazer compreender como esse processo ocorre na prática cotidiana. Esse processo discursivo foi desenvolvido por Pêcheux esboçando a posição ocupada pelos protagonistas do discurso e mostrando que essas posições sociais interferem de maneira efetiva nos enunciados produzidos. As representações imaginárias dos sujeitos pertencem às condições de produção dos discursos fundando uma estratégia discursiva. Essa estratégia é fundamental para que, no caso do *corpus* analisado neste trabalho, o produtor do texto exerça a função autor, produzindo o efeito de sentido desejado pela instituição e pelo autor. “A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo envolve os sujeitos em interlocução” (FERNANDES, 2005, p.27).

A complexidade que enfrentamos ao usar a linguagem por escrito, na emergência de um sujeito que parte da dispersão para uma tentativa de coesão de seus enunciados, está sempre posta em quaisquer condições de produção discursiva. Sendo assim, exercer a função autor, não é tarefa fácil. O sujeito candidato à vaga na universidade, atravessado pelas regras que rondam esse tipo de processo seletivo, necessita de certa alteridade para que os efeitos de sentido que ele deseja e necessita produzir, sejam alcançados. Sabemos, contudo, que as regras historicamente construídas a partir dos gêneros discursivos não podem ser abandonadas, com a punição de acabarem produzindo textos escolares, que não levem em consideração aspectos

fundamentais na produção de sentidos no discurso (polifonia, dialogismo, interdiscursividade, intertextualidade, recursos argumentativos).

No entanto, o efeito autoria ainda é um conceito pouco estudado no que se refere aos textos não consagrados, como neste caso. Assumimos que este trabalho oferece pouca discussão teórica a cerca da autoria, mas entendemos que a própria constituição da linguagem (heterogênea e, portanto, polifônica e dialógica), nos deu subsídios para que pudéssemos analisar esse quesito nas redações do vestibular.

Encontramos, a partir da análise das redações, sujeitos construídos por diferentes vozes sociais, marcados pela heterogeneidade e pelos conflitos que emergem na/pela linguagem, ou seja, no espaço discursivo-ideológico afetando, dessa forma, os textos que produzem. Pelas condições de produção das redações do vestibular, que exige do vestibulando conhecimento e manobra das convenções sócio-discursivas, e pelo entendimento compartilhado com Pilar (2002, p. 172) de que “o estudo da linguagem no contexto do vestibular pode servir para que trabalhemos a redação do vestibular como prática social que, se for relacionada à história de vida do aluno, pode demonstrar a sua competência argumentativa enquanto sujeito”, acreditamos que a prova de redação do vestibular se configura como um gênero discursivo. Sendo assim, temos um gênero vestibular que se realiza a partir da noção de outros gêneros discursivos que circulam em nossa sociedade.

Vislumbramos, em nossa análise, sujeitos que entram na ordem discursiva institucional, pois respondem às exigências e expectativas da prova do vestibular e que, de certa forma, lutam discursivamente contra a sujeição às regras sob as quais seus discursos são produzidos, pois cada autor escolhe estratégias particulares para realizar seu texto, mesmo que compartilhem, como podemos inferir a partir da análise, alguns argumentos semelhantes entre eles.

Nos arriscamos a dizer que esse assemelhamento ocorre porque os sujeitos estão inseridos numa mesma sociedade, cuja cultura é compartilhada e, desse modo, a memória discursiva pode ser afetada, em alguns aspectos, semelhantemente. Além disso, as regras impostas pelos comandos da prova podem sustentar, também, certas analogias.

A Análise do Discurso, suporte teórico que utilizamos para alcançar esse efeito autor nas redações, caminha numa perspectiva de estudos da linguagem que viabiliza a constante revisão da necessidade de conhecimento dos sujeitos e suas práticas. Os discursos que circulam em nossa sociedade, estejam eles em forma de texto

ou não, são a única forma de ação do homem sobre si mesmo e sobre o universo que o cerca. Toda produção de conhecimento, todo desenvolvimento humano depende dessa prática.

O vestibular, como já dissemos, tornou-se fundamental em nossa sociedade e, sendo assim, acreditamos que há um imperativo permanente de discutir suas ações no universo da pesquisa. A prova de redação, foco desta pesquisa, reúne todo o complexo mecanismo presente na prática cotidiana de produção de múltiplos discursos, tornando-se centro do processo seletivo. Portanto, realizamos este trabalho pensando, em especial, uma dessas questões (autoria) por entendermos sua importância como ponto de convergência principal dessa produção de textos. Isso porque, a partir da nossa investigação, compreendemos que o bom desenvolvimento temático, que pressupõe a instauração da “máscara” interlocutiva construída a partir dos desdobramentos imagéticos do autor, aliado a uma leitura crítica e interpretativa da coletânea se configuram como um grande caminho rumo à construção de uma boa redação de vestibular. Essas instâncias podem ser observadas a partir do modo como o autor organiza as informações sobre o tema: como desenvolve seus argumentos e elabora as manobras discursivas a fim de alcançar as necessidades de cada gênero e de seus locutores para, então, chegar à aprovação no processo seletivo .

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação: Marlene Teixeira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Questões de Literatura e de Estética*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARONAS, Roberto Laiser. Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre autoria. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; CRUVINEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (org). *Análise do discurso: entornos e sentidos*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2001.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis?. In: ROJO, Roxane (org). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

BARROS, Diana Luz pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução: Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Néri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna, 2002.

BEZERRA, Paulo. Dialogismo e polifonia em Esaú e Jacó. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. In: *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRAIT, Beth (org). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. Estilo, dialogismo e autoria: identidade e alteridade. In: FARACO, Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (org). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

_____. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (org). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado das Letras, 2000.

BRANDÃO, Helena Nagamini. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. (org). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CASTRO, Gilberto de. Enunciado e discurso: um diálogo entre o Círculo de Bakhtin e Michel Foucault. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. (org). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1994

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2004.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. In: ACHARD, Pierre...[et al.]. *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP; pontes, 1999.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyla, 2004b.

_____. *O que é um autor?* Tradução: Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro Cidade: Vega, 2002. (Passagens)

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, L. Humbert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. *Vigiar e Punir* (nascimento da prisão). Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Repertórios)

GERALDI, João Wanderlay. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral. *Teorias lingüísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia, EDUFU, 2003.

_____. *Pêcheux e Foucault: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004a.

_____. O enunciado e o arquivo: (entre)vistas. In: *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. São Carlos: Claraluz, 2004b.

_____. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; CRUVINEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (org). *Análise do discurso: entornos e sentidos*. Araraquara, SP: Cultura acadêmica, 2001.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Anna Rachel. *O diário de leituras: a introdução de um novo instrumento na escola*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004.

OLIVEIRA, Eduardo Calil de. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina, PR: Eduel, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. *Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar*. 2005. 344 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, [2005].

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Repertórios)

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre...[et al.]. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução; Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990b.

PILAR, Jandira. A redação do vestibular como gênero. In: MAUER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (org). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

POSSENTI, Sírio. Índícios de autoria. *Perspectiva*, Florianópolis, n. 01, p. 105-124, jan./jun. 2002a.

_____. *Os limites do discurso*. Curitiba, PR: Criar Edições LTDA, 2002b.

_____. Notas sobre as condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP: Unicamp, 1998. Verificar essa referência.

PROCESSO SELETIVO 2005: Língua Portuguesa e Redação. Goiânia, Centro de Seleção/UFG, 2005.

SELEÇÃO, Centro de UFG. *Processo Seletivo UFG: Manual do candidato 2005*. Brasília, DF: Studiu Design, 2005.

SOUSA, Kátia Menezes. *A redação no vestibular: textos que realizam gêneros ou tipologias?*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, [2002].